

REVISTA

DO

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO

DO RIO GRANDE DO SUL

1º TRIMESTRE

ANNO I

PORTO ALEGRE — 1921

Barcellos, Bertaso & Cia. — Livraria do Globo — Porto Alegre

Filiaes: Santa Maria, Cruz Alta, Uruguayana e Pelotas

A historia e o Instituto Historico

Uma sociedade que não cultiva a sua propria historia não tem consciencia de si—mesma:—E' como uma creança que vive apenas as evidencias tangiveis da hora presente, sem meditar o passado e sem pensar no que ha de vir.

Os prophetas e os magos não teriam illuminado o futuro dos povos, si não houvessem recorrido á experiencia dos seculos amontoada na historia.

Consultar o passado é preparar o futuro. Um paradoxo? Para os menos avisados em sociologia, talvez. Não assim para os que apartam os milagres dos phenomenos sociaes, como os excluem dos physicos. Para estes, para os que têm o espirito affeito á observação positiva dos factos que se succedem no tempo, é clara, é translucida a verdade de que só se póde agir com utilidade no presente, quando pela observação do passado se conhecem as probabilidades do futuro. Dest'arte, como ensina Augusto Comte, a ordem chronologica das épocas não é a mesma ordem philosophica. Em lugar de: — o passado, o presente e o futuro, deve se dizer: — o passado, o futuro e o presente, pois o presente nada mais é do que um ponto entre o que passou e o que passará.

Essas meditações, podemos resumil-as muito syntheticamente dizendo que o passado está prenhe do futuro. Si assim não fosse, si o futuro não fosse uma decorrença necessaria do passado, toda a ordem social seria uma improvisação formidavel, sem nexo de continuidade. Mas, ter por certa semelhante proposição equivaleria por estabelecer o chãos em todas as conquistas do espirito humano. Do mesmo modo por que em sociologia conceberiamos o amanhã sem a preparação necessaria do hontem, admittiriamos na physica celeste a possibilidade da descoberta da lei da gravitação sem a sciencia da geometria, e o estabelecimento, na mathematica, das leis de movimento sem conhecimento das de extensão, e destas sem as de numero. E chegaria-

mos, assim, aos mais monstruosos absurdos em todos os ramos do conhecimento.

* * *

Quando, pela penna de Diderot, d'Alembert exclama, em sonho, que "só ha um grande individuo, que é o todo" e que todo ser é "a somma d'um certo numero de tendencias", elle nos patenteia, numa admiravel synthese esthetica, a coordenação organica de todas as actividades sociaes, em convergencia para um fim de utilidade commun. A systematisação dessas tendencias sociaes é a historia. E como essas tendencias obedecem a relações constantes — sempre as mesmas, nas mesmas condições — segue-se que a historia, na sua concepção scientifica, não é o simples relato empyrico do predominio de certos factores occasionaes, mas uma sciencia positiva baseada em leis tão immutaveis como as do numero, embora, pela sua collocação na hierarchia scientifica, essas leis sejam fatalmente menos geraes e mais complexas do que as das sciencias que lhe são inferiores.

Esta menor generalidade e maior complexidade das leis sociologicas em relação ás da mathematica, da astronomia, da physica, da chimica, da biologia, não permittiu, até hoje, a sua systematisação rigorosa. Essa systematisação nem seria possivel mesmo, antes de realisada a das sciencias que a precedem na escala dos conhecimentos. E outra sinão a falta dessa systematisação, devida á ascendencia da persistente direcção critica da sociedade sobre a direcção organica, não é a causa da anarchia generalisada em que se debate o mundo, desde o momento em que a capacidade industrial, por um lado, e a scientifica, por outro, emprehenderam a lucta contra os poderes temporal e espiritual.

Só depois dessa systematisação é que a historia será, de facto, a sciencia sagrada, na maravilhosa previsão de Comte. Desde então, a politica baseará sobre a historia todas as suas iniciativas. E mesmo a poesia procurará nella os quadros destinados á preparação do futuro pela idealisação do passado.

Mas, como a historia é rigorosamente uma sciencia de observação em que se resumem todas as outras, a sua systematisação não será possivel sem um estudo constante dos factos que nella se concatenam, de sorte a se irem estabelecendo em leis todos os phenomenos que se ligam entre si por circumstancias invariaveis de semelhança, coexistencia ou successão.

O estudo da historia tem, pois, uma dupla e convergente finalidade: — Visto por um prisma restricto, dá ás

sociedades que o praticam a possibilidade sempre renovada de melhor preparar o futuro pelo conhecimento do passado, ao passo que, de um ponto de vista mais amplo e geral, concorre para a fixação systematica das leis que régem o gradual desenvolvimento da humanidade, tanto moral como material .

* *

Mas, o estudo do elemento “população” não é possível sem o estudo correspondente do “territorio”, ou, melhor, do “meio physico”. Quem quizer estudar a historia de um povo, não o poderá fazer de modo positivo sem se preoccupar correlatamente com a sua geographia. Admittir este principio não importa em adherir ao crêdo do mecanicismo historico que pretende interpretar todos os phenomenos sociaes á simples luz de causas externas. O proprio Buckle, cujo nome é tantas vezes invocado para a defeza desse criterio, confessa que “o avanço da civilisação européa é caracterisado por uma influencia decrescente das leis physicas e por uma influencia crescente das leis psychologicas”, para concluir, mais adeante, que “a medida da civilisação é o triumpho do espirito sobre os agentes externos” e que “das duas classes de leis que régem o progresso da humanidade, a classe psychologica é mais importante do que a physica”.

Associar fundamentalmente o estudo da população ao do meio physico significa, na analyse do complexo aggregado social, determinar e fixar, centro de um criterio nitidamente sociologico, os elementos mais simples e os que se devem considerar irreductiveis. Logicamente, esta operação equivale, em biologia, ao da prévia determinação dos elementos anatomicos, antes de emprehender o estudo, por exemplo, da sua composição chimica. E precisamente porque em sociologia a população e o meio-physico são os elementos mais simples é que o seu estudo deve preceder a quaesquer outros e ser feito em commun.

* *

E' deste duplo mister que vem cuidar no Rio Grande do Sul o Instituto Historico e Geographico.

Esta casa de estudos e trabalhos collectivos — e talvez nem fosse preciso assignalar esse facto — não surge com o intuito de codificar, em definitiva, os nossos elementos de historia e geographia, ou mais exactamente, de elaborar a historia e a geographia officiaes do nosso Estado. Os seus fins são mais modestos, e por isto, serão tambem, natural-

mente, muito mais proficuos. Vivendo precipuamente pela sua "Revista", o Instituto Historico valerá por um permanente estimulo intellectual para a elaboração de trabalhos sobre a historia e a geographia do Rio Grande. Esta publicação que óra apparece será não só um repositorio de trabalhos originaes no genero, mas ainda, e talvez sobretudo, um esforço continuado e methodico na divulgação de elementos historicos que jazem desconhecidos nos archivos publicos e particulares. Si mais não fizesse a "Revista do Instituto Historico", só esse serviço já bastaria para lhe sagrar a benemerencia no nosso meio intellectual. Quem póde imaginar, com effeito, o que vae de dados e informações preciosissimas pelas pouco frequentadas estantes e gavetas dos nossos archivos? E qual a actividade pessoal isolada que seria capaz de tomar a si, expontaneamente e sem nenhum intuito de recompensa, a cópia e a publicação de todas essas informações que são, de facto, imprescindiveis a qualquer estudo consciencioso da nossa historia e de nossa geographia?

Visa tambem a "Revista do Instituto Historico" a reedição, em séries ou em volumes especiaes, de obras escriptas sobre o Rio rGande do Sul e que, hoje, pela sua grande raridade, nem a todos é dado possuir ou siquer consultar, e cuja publicação, sempre que fôr opportuno, será acompanhada de notas e commentarios explicativos do texto original. Além disto, como já ficou dito, a "Revista" será o vehiculo para a publicação de todos os trabalhos historicos e geographicos elaborados pelos socios do Instituto.

Toda a nossa historia de luctas heroicas sustentadas em pról das fronteiras moraes e politicas da nacionalidade, todo o nosso anseio pela conquista da liberdade publica, toda a nossa secular vibração patriotica em face dos inimigos da Patria, assim como a admiravel evolução pacifica das nossas instituições privadas e politicas, tudo isto está a exigir o apparecimento de intelligencias capazes de, pela evocação do passado, melhor preparar o futuro do nosso idolatrado Rio Grande.

Assim, si é permittido repetir aqui um expressivo logar — commum, diremos que a fundação do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Sul veiu preencher uma sensibilissima lacuna no nosso meio intellectual. E contando, como conta, com o precioso apoio moral do patriotico e esclarecido Governo do Estado, subsistem as mais fundadas esperanças de que levará a completo exito os elevados fins que o animam.

Melhor do que seria possível neste rapido artigo, dedicado mais á exposição fundamental dos nossos designios communs, já o presidente do Instituto, o dr. Florencio de Abreu, e o seu orador official, o 1.º tenente Souza Dócca, explanaram nos discursos proferidos na sessão inaugural e que são publicados neste mesmo numero, as causas immediatas que determinaram a sua fundação e o muito que se deve esperar de sua promissora actividade, para a gloria cada vez maior do Rio Grande do Sul.

Lindolfo Collor.



A conquista das Missões e os cachoeirenses

Comêça agora, com os primeiros albôres do novo seculo para a vida aventureira dos cachoeirenses, educados nessa escola de heroismo que foi a existencia de seus antepassados, outro ciclo não menos admiravel pelo valor, pela bravura, com que souberam manter as velhas tradições raianas, illustrando ainda mais, por actos inegalaveis, o nome desses fronteireros invenciveis, dos quaes tinham de ser emeritos continuadores.

Em 1801 rebôa por toda a parte a noticia do estado de guerra existente entre Portugal e Hespanha. Apresentava-se, magnificamente, occasião opportuna para vingar os velhos agravos que tantas vezes haviam determinado o renovamento da lucta secular em que nos empenháramos com o castelhano, illegitimamente fixado dentro do territorio patrio.

Pelo espirito encendido de ardor marcial dos riograndenses, que não se conformavam com tal estado de cousas, passou, célere, a ideia de arrancar a zona missioneira á posse dos hespanhòes. "Não ha palavras com que se explique o alvoroço de todos os habitantes daquella capitania, na esperanza de imporem, comas armas na mão, uma demarcação de limites mais ventajosa", informa Gabriel Ribeiro de Almeida. (1).

O tenente-general Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Camara, Governador da Capitania do Rio Grande, logo que teve conhecimento dessa noticia, providenciou no sentido de apparelhar o exercito para entrar immediatamente em campanha, appellando para o patriotismo dos riograndenses. Indo ao encontro das aspirações nacionaes, dentro em breve, de todos os lados surgiram elementos de toda ordem e, "o espirito de patriotismo" de que se achavam os continentinos animados, "fez com que, em poucos dias, se vestisse a tropa, pois os que não podiam dar dinheiro davam pannos, bois, cavallos, carros, escravos, offerecendo tudo em beneficio da tropa e do Estado, e isto continuaram a praticar em toda guerra." (2)

Organizado o exercito, Veiga Cabral dividiu-o em dous corpos sob o commando, respectivamente, do coronel Manuel Marques de Souza e tenente coronel Patricio José Corrêa da Camara. O primeiro marchou para a fronteira do Rio Grande e o segundo foi estacionar em Rio Pardo.

(1) **Memoria sobre a tomada dos sete povos de Missões.** Gabriel Ribeiro de Almeida. Hemeterio Velloso. **As Missões Orientaes.** 87. Porto Alegre. 1910.

(2) Gabriel Ribeiro. **Mem. cit.**

Antes mesmo do início das hostilidades varias pessoas, se apresentaram ao Governador com o intuito de, á sua custa, organisarem partidas para combater os inimigos. Entre essas salienta-se o fazendeiro Manuel dos Santos Pedroso que, com 40 homens, investiu contra a guarda hespanhola de São Martinho, tomando-a depois de ligeira escaramuça em que pôz em fuga os contrarios.

Apparece agora, aqui, a figura lendaria de José Borges do Canto. Como todos que a elle se tem referido nada mais sabíamos a seu respeito senão que fôra um soldado de dragões, desertor, que, com um grupo resumido de valentes, tomára os sete povos de Missões.

Aprofundando nossas pesquisas podemos fazer um pouco de luz sobre esse admiravel continuador das glorias dos nossos antepassados, tão mal estudado ainda, a ponto de um dos mais modernos historiadores patrios ter duvidas quanto ao seu proprio nome. (3)

Antes, vejamos quem era José Borges do Canto.

Quando, em 1777, o brigadeiro José Casimiro Roncalli autorisou fossem os campos que se estendiam ao sul do Jacuhy, entre Pequery, Capané e Irapuá, occupados por individuos que se quizessem dedicar á criação de gado, entre outros apresentou-se áquelle commandante Francisco Borges do Canto que tomou pösse de uma sesmaria, junto ao Capané. Esse campo em que construiu casa de moradia, curraes, lavouras e mais bemfeitorias, tinha duas leguas de cumprimento por uma de largura e foi-lhe concedido por despacho do Governador José Marcellino de Figueiredo, de 3 de Abril de 1780. Nelle contava Francisco do Canto, em 1784, para mais de 650 animaes. Vendendo, mais tarde, essa propriedade a Francisco de Oliveira Porto, retirou-se Canto para Rio Pardo, em cuja povoação tinha casa, ahi residindo em 1801.

Francisco Borges do Canto era natural da Ilha de São Miguel, filho legitimo de José Caetano Pereira, ilhéu e de Maria Eugenia de Figueiredo, nascida em Lisbôa. Foi casado e a primeiras nupcias com Eugenia Francisca de Souza, nascida na Colonia do Sacramento. Enviuvando, em 1801, casou Francisco do Canto, um anno depois, com Feliciano Rosa de Jesus, de cujo matrimonio houve uma filha que recebeu o nome de Alexandrina. Do seu primeiro consorcio teve os seguintes filhos: Rosaura Francisca que foi casada com Manoel José de Azevedo e por morte deste, em segundas nupcias com Placido Rodri-

(3) Rocha Pombo. *Historia do Brasil*. Vol. VI. 564 n. 1.

gues Souto; capitão José Borges do Canto, nascido em 1773; (4) Bernardo José do Canto, soldado de Dragões, nascido em 1775; Francisca Margarida, casada com José Maria da Silveira Peixoto; Joaquina Francisca, casada com Joaquim José Ferreira Guimarães; Esmeria, casada com José Luiz da Silva; Francisco Borges do Canto, nascido em 1782, mais tarde fazendeiro em São Borja, (5); João Borges do Canto, nascido em 1785; Manoel Borges do Canto, nascido em 1786; Vicente Borges do Canto, nascido em 1789; Maria Francisca, casada com Albino Francisco de Bem; Manoel, nascido em 1794 e Anna.

Muito novo ainda, José Borges do Canto sentou praça na primeira companhia do Regimento de Dragões do Rio Pardo, de que era commandante o tenente coronel Patricio José Corrêa da Camara.

Genio aventureiro e fadado para as luctas, creado entre os fragores armigeros das campanhas continuas que abalavam aquellas regiões, o moço dragão sentia-se enervado na vida dos quartéis para onde fôra servir, sonhando, talvez, com a epopéa dos valentes que num largo ciclo de embates violentos, haviam traçado com o sangue generoso as raias da terra natal. Outro scenario era-lhe mais grato. E preferiu desertar. Viveu muitos annos «naquella vasta campanha, povoada de uma nação de gentios *Charruas* e *Minuanos*, canto e refugio dos criminosos de ambas as nações. José do Canto, pois, ora entrava na capitania do Rio Grande de S. Pedro, donde era natural, ora nas terras dos hespanhoes, a traficar contrabandos-

(4) Colligimos esses dados, que vêm identificar José Borges do Canto, em dous inventarios existentes no **Archivo Publico** do Estado, um por morte da primeira mulher de Francisco Borges do Canto, em 1801 e outro por morte deste em 1809. Na relação de herdeiros do primeiro consta o nome do **“capitão José Borges do Canto, soldado de Dragões”**, designação que lhe era dada pelo proprio pae. Esse inventario foi feito em Agosto de 1801, poucos dias depois da partida de José Borges para a conquista de Missões quando, não obstante, capitaneou a partida que organisara era, ainda, simplesmente, soldado de dragões, desertor.

(5) Francisco fôra tambem soldado de Dragões. O dr. Alfredo Varella, (*Duas grandes intrigas*, T. II, 162) referindo-se a Francisco Borges do Canto que, em São Borja, no anno de 1829, presidira uma assembléa convocada pelo general Rivera para “effectuar o solemne acto declaratorio da separação e ruptura com o Brasil”, da Provincia de Missões, extranha que dirija os trabalhos desse congresso “pessoa cujo nome é identico ao de um dos famosos conquistadores da zona que se destacava de nós.” Pois era, nada menos do que o proprio irmão do denodado José Borges do Canto que, com a idade de 19 annos, já soldado de dragões, vira partir o valoroso cabo de guerra para a empreza assignalada. Não affirmamos, mas é provavel que devesse sua situação de fazendeiro ao proprio irmão que, com “seus companheiros conquistadores tinham sido remunerados por S. Magestade Fidelissima que lhes mandou o titulo do grande rincão chamado Camaquã, sito entre o rio do mesmo nome, o Uruguay e o rio Piratinim, até as estancias que pertenciam aos povos orientaes”, região que constituiu, posteriormente o 3.º districto de São Borja. J. P. Gay, **Republica Jesuitica do Paraguay**, 1863. 279. Robustecem essa presunção outros elementos que opportunamente serão mencionados.

em uma e outra parte passeava disfarçado, pois se tinha feito celebre com sua vida extravagante e odiosa a ambas as nações.» (6)

Declarada a guerra, em Agosto de 1801, «sabendo que havia perdão geral aos desertores, apresentou-se ao tenente coronel Patricio José Corrêa da Camara e pediu licença para ir a fazer algumas hostilidades ao inimigo, e, obtida permissão, sahiu pelas fazendas, convocando alguns seus conhecidos e incorporou consigo quatorze homens,» diz Gabriel Ribeiro.

Tendo consultado valiosos documentos que estão sendo catalogados no *Archivo Publico*, entre os quaes cartas do proprio José Borges do Canto, parece poderemos dar outro rumo á verdade historica.

A idea da conquista de Missões partiu do tenente coronel Patricio Corrêa da Camara (7), valoroso soldado, a quem mais tarde quizeram tirar esse merito, o que motivou larga controversia constante de cartas que tivemos oportunidade de ler. Ha, entre estas, uma do proprio José Borges do Canto que confirma o que asseveramos. Em outra, datada de 12 de Agosto, diz Canto a Patricio, ter chegado a S. Miguel, com procedencia de S. Martinho, para a dilligencia de que este commandante lhe incumbira, acrescentando que consigo levava um tenente (8) e um furriel (9).

O tenente coronel Patricio conhecia perfeitamente o valor do soldado que desertara do seu Regimento, tendo-se «feito celebre com sua vida extravagante,» na região onde actuava entre indios e pelas escaramuças constantes em que se via envolvido como contrabandista, na fronteira.

Resolvida a execução da empreza que demandava de pessoas que tivessem os requisitos necessarios para levar a bom termo, apresentou-se ao tenente coronel Patricio a oportunidade de elegel-a, com a presença, em Rio Pardo, de José do Canto, que ali provavelmente fôra por occasião do fallecimento de sua progenitora. Nesse entretempo o velho soldado incumbiu o moço dragão da temerosa façanha. E' significativo o facto de no titulo de herdeiros do inventario procedido por morte da mulher de Francisco do Canto, feito em data de 19 de Agosto de 1801, figurar como «capitão José Borges do Canto, soldado dos dragões» seis dias depois da tomada de S. Miguel

(6) Gabriel Ribeiro. *Mem. cit.*

(7) Depois tenente general e primeiro Visconde de Pelotas.

(8) Antonio de Almeida Lara, tenente da capitania de S. Paulo.

(9) Gabriel Ribeiro de Almeida, autor da *Memoria* que vamos citando, descendente dos valorosos paulistas Almeida Paes e irmão de Bento Manuel Ribeiro. Uma das filhas de Gabriel Ribeiro, Luzia Maria de Almeida, casou com o tenente José Gomes do Porto, cachoeirense, e pae do valente brigadeiro José Gomes Portinho.

(13 de Agosto). Faz suppor que Patricio já houvesse antecipadamente, certo do éxito da aventura, conferido esse posto ao homem que destacára para a grande empreza.

Para executar o plano preestabelecido, convocou José do Canto os velhos conhecidos que estanciavam pelas fazendas, levantando um pequeno contingente de 14 homens (10). Em São Martinho, depois de se lhe ter aggregado o tenente Antonio de Almeida, que ali servia sob as ordens do cachoeirense alferes André Ferreira de Andrade. Gabriel Ribeiro se lhe offereceu para participar da arrojada empreza, levando comsigo um pequeno contingente de seis homens. Em seguida se associa a esses bravos Antonio dos Santos com oito companheiros. Eram ao todo 40 homens.

No dia 3 de Agosto de 1801 a pequena força marcha de S. Martinho rumando Missões, (11), para iniciar a campanha gloriosa que daria á Patria uma das mais bellas regiões de seu territorio.

A primeira etapa foi longa e penosa. Dez leguas de percurso, sob o rigor de um frio intenso, e á calada da noite, de inopino, cahiram esses valentes sobre a guarda de São Pedro, commandada por um official hespanhol que tinha ás suas ordens trinta índios. Desbaratados os inimigos, o posto foi tomado pela força de Canto.

Sobre ser o mais intelligente e preparado de todos, Gabriel Ribeiro alliava a essas qualidades a vantagem de conhecer perfeitamente a lingua guarany. Borges do Canto, com desprendimento digno de nota, investe esse companheiro do commando da expedição, combinando-se consultassem mutuamente sobre as difficuldades que surgissem de momento.

Depois de surprehenderem e tomarem alguns reductos fortificados, Santo Ignacio e S. João Mirim, este ultimo commandado por d. José Manoel de las Canas, que nesta acção perdeu 14 homens dos 100 castelhanos e 300 índios que guardavam a praça, conseguiram Canto e Gabriél que estes índios se lhes juntassem e com esse reforço se dirigiram para S. Miguel, a velha capital das Missões, a que puzeram sitio em 8 de Agosto.

«Cinco dias depois que tinha principiado o sitio capitulou o tenente governador (12), sahindo elle e a guarnição da

(10) Hemeterio Velloso, *Mis. Orien.* 310, diz serem dos treze companheiros de Canto, João do Cabo Farias, mais tarde capitão, José Gomes Centurião, José Joaquim Barbosa, Antonio Lopes Pacheco, José Joaquim Domingues, Adriano Santiago, José da Silva Avila, Francisco Fernandes, Joaquim Ferreira Machado, Januario Barbosa e Manuel Gomes Leite de Siqueira.

(11) Barão do Rio Branco. *Ephemerides Brasileiras.* 376.

(12) D. Francisco Rodrigues.

praça com as honras de guerra, levando a artilharia, armamento e equipagens; mas o cabo portuguez se empenhava, principalmente, em apoderar-se da povoação e dos armazens, nos quaes achou ainda cento e sessenta espingardas, nove pistolas, um parque de dez peças de calibre um e tres, cento e noventa lanças, etc. Optima aquisição nessa circumstancia. Isto se passava em 13 de Agosto de 1801.» (13)

«Ao formalisar os artigos da capitulação, diz Ayres de Cazal, ficou perplexo o commandante, quando Canto, perguntado pela graduação de sua patente, lhe respondeo que era o menor soldado da tropa portugueza.» (14)

Depois da tomada de S. Miguel, Canto, como já o fizera anteriormente, deu parte dos acontecimentos ao capitão Francisco Barreto Pereira Pinto e ao tenente coronel Patricio, pedindo reforços que eram necessarios ao proseguimento da acção. (15)

Attendendo promptamente á solicitação o commandante Corrêa da Camara determinou em 21 de agosto que seguisse para Missões, com valiosos soccorros o sargento-mór de Dragões José de Castro Moraes, (16) e o capitão José Anchieta Furtado de Mendonça, commandante da Cavallaria Auxiliar, (milicianos) de Cachoeira. Commandando um esquadrão de oitenta homens, marchou com o mesmo destino o valente Francisco Carvalho da Silva que, com seus irmãos Felipe Carvalho e Luiz Carvalho todos filhos da heroica terra cachoeirense, seriam depois expoentes maximos da bravura tradicional, que fôra sempre o mais bello apanagio dos velhos fronteiros audazes, cujas espadas ensanguentadas haviam traçado, no seculo que se escôara as raias extremas da Patria.

Antes mesmo da chegada dessas forças mandadas pelo tenente-coronel Patricio, Canto e Almeida, com admiravel actividade, tinham accrescentado á já valiosa folha de serviços a conquista de outros povos.

O illustre sorocabano com vinte homens tomára posse dos povos de S. Lourenço, S. João, S. Luiz Gonzaga e S. Angelo, nos quaes arrecadou grande cópia de armamento e munições,

(13) J. P. Gay. *Rep. Jes. cit.* 276.

(14) Ayres de Cazal. *Corographia Brazilica*. Vol. I. 143.

(15) Diz Hemeterio V. da Silveira, *Miss. Orien.* n. 3. 94., que "foi baldado esse appello, pois o chefe portuguez não se capacitava de que esses aventureiros voltassem com vida dessa empreza." Destroem essa asserção documentos existentes no *Archivo Publico*, pelos quaes se vê que Patricio, oito dias depois da tomada de S. Miguel, mandou forças de Cachoeira para Missões.

(16) O sargento-mór José de Castro Moraes, depois primeiro commandante militar da Provincia de Missões, era um dos mais abastados fazendeiros de Cachoeira, tendo fazenda de criação entre os Canapés, desde 1780.

estandartes dos cabildos, trophéos estes que mais tarde, pessoalmente, entregou ao Governador da Capitania.

Com a partida de 40 homens que commandava, entrára nessa occasião, em Missões, o capitão Manoel dos Santos Pedroso. Sabendo este que Canto havia aceitado a capitulação do commandante hespanhol de S. Miguel, que sahira da praça com as honras de guerra, pôz-se com a sua gente de alcatêa e, surpreendendo o ex-governador da Provincia de Missões, desbaratou-lhe a gente que levava, aprisionando-o. Os valores conduzidos pelo commandante hespanhol foram distribuidos pelos soldados de Pedroso. (17) Em seguida, marchou este para S. Miguel, onde já estavam os reforços capitaneados pelo sargento-mór José de Castro Moraes, e Canto aquartelado com seus homens.

Echoou mal entre aquellos valentes a insolita acção de Pedroso. O capitão Manoel Carneiro da Fontoura e o tenente Francisco Carvalho conseguiram, entreanto, fossem devolvidos ao ex-governador os objectos que lhe haviam sido tirados pelos soldados do cabo de guerra miliciano.

Com a chegada a S. Miguel do sargento-mór Castro Moraes que assumiu o commando das forças ali estacionadas e a direcção do governo militar, começaram, dentro em breve, pequenos dissídios entre os conquistadores e esse commandante. Almeida formúla amargas queixas contra Moraes que quizêra empanar o brilho da empreza e escurecer o valor dos serviços prestados por Canto e seus companheiros. O sargento-mór «lembrando-se de ser Canto soldado de seu regimento, quiz puxal-o para o esquadrão e tiral-o do commando daquella conquista», informa Gabriel Ribeiro. Em vista dessa attitude injustificavel do commandante, Canto quiz reagir á mão armada. Gabriel, mais previdente, obistou o golpe, seguindo para Porto Alegre onde foi inteirar o Governador da Capitania dos serviços relevantes prestados pelo ex-soldado desertor. Levava tambem uma carta do ex-governador castelhano, preso por Pedroso, na qual aquelle se queixava amargamente do modo porque se conduzira o chefe miliciano, não respeitando as condições da capitulação aceitas por Canto.

Sciende do que se passava, Veiga Cabral, nomeou a José Borges do Canto capitão de milicias, a Gabriel Ribeiro de Almeida tenente da mesma companhia, determinando que fosse escolhido alferes o que, entre os companheiros de Canto, tivesse maior somma de serviços de guerra. Foi eleito para esse posto Francisco Gomes de Mattos.

(17) Retirando-se os capituladores, diz Ayres de Casal, **Chor. Braz.**, experimentarão o infortunio de cahir nas mãos de outra partida semelhante, que os aprisionou com tudo o que se lhes concedera; por mais que o commandante protestasse pelo cumprimento da capitulação”.

Pedroso foi recolhido preso a Porto Alegre pelo procedimento que tivera para com d. Francisco Rodriguez, sendo, mais tarde solto e nomeado capitão de milicias.

A conquista tinha sido relativamente facil. O heroismo dos aventureiros de Canto supprira a deficiencia do numero resumido de valentes que haviam integrado ao territorio brasileiro a vasta Provincia de Missões.

Entre os poucos officiaes espanhões que reagiram, não se conformando com o facto consumado, tem notavel destaque o valente Rubio Dulce, tenente das forças castelhanas, que deu ensejo a podermos hoje registrar feitos heroicos da nossa gente.

Em fins de agosto de 1801 o tenente Francisco Carvalho da Silva, que fazia parte das forças de Cachoeira, com nove companheiros, desalojou os inimigos do *Passo da Cruz*, em que tinham uma guarnição de 150 praças, commandadas pelo tenente Rubio Dulce. Completamente batidos, debandaram os hespanhões, deixando como presa dos nossos 414 cavallo mansos. Francisco Carvalho teve um soldado ferido. Voltando, mais tarde, o esforçado tenente castelhano, com dois saveiros, cada um com oitenta praças, para atacar o passo de S. Borja, encontrou ainda pela frente o bravo Francisco Carvalho que, com 30 companheiros, lhe oppôz tenaz resistencia. Sabendo, ainda, o intrepido cachoeirense que Rubio Dulce forçara o passo de Butuhy, foi encontral-o, em retirada no passo de Itaculim e atacou-o, de madrugada, derrotando-o. Rubio Dulce teve de lamentar a morte de sete de seus soldados e onze feridos. Dos nossos ficaram um morto e outro levemente ferido. (18)

Coube ao tenente Felipe Carvalho da Silva a honra de ter iniciado o ultimo combate que deu fim á conquista das Missões. Em 23 de novembro de 1801 (19), com 30 praças desbaratou uma partida de Rubio Dulce que perdeu sete homens. Os brasileiros tiveram um homem morto e varios feridos. Acudindo o capitão José Borges do Canto, tenente Gabriel Ribeiro de Almeida e outros officiaes, elevaram a pequena força a 110 homens e esperaram o embate de Rubio, que reconstituiu sua partida.

«A's dez horas da manhã, diz Souza Docca, (20) foi o combate iniciado pelos nossos que, em numero de 40, ás ordens do tenente Gabriel Ribeiro de Almeida atacaram o flanco esquerdo do inimigo que foi ao mesmo tempo atacado pela frente, por fracções de força rio-grandense, ás ordens dos alferes João Machado e André Ferreira e pelo flanco direito por trinta

(18) Visconde de S. Leopoldo. *Annaes da Prov. de S. Pedro do Rio Grande do Sul*.

(19) V. S. Leopoldo. *Ann. cit.*

(20) *Conquista das Missões. Ultimo combate.* Almanach 1914.

cavallarianos ao mando dos alferes Felipe Carvalho, (21) Manoel Carvalho e João Antonio da Silveira».

Fugindo á impetuosidade do ataque deixaram os castelhanos no campo da lucta 60 mortos, 73 prisioneiros, 200 armas de fogo, espadas e grande cópia de munição. Os rio-grandenses tiveram tres mortos e quatro feridos.

E assim terminou, como sempre tendo alto destaque o nome cachoeirense, a conquista de Missões.

Após essa guerra, que tanto illustrara as armas rio-graúndenses, resolveu Gabriel Ribeiro de Almeida, em pessoa, dar della noticia fidedigna ao Principe Regente. E com esse intuito partiu para Portugal. (22)

José Borges do Canto, a quem fôra, como vimos, dado bem como a seus companheiros o vasto rincão do Camaquã, em uma das excursões que seguidamente fazia ás costas do Quarahy, povoadas pelos *charruas*, pereceu ás mãos desses indios, em plena mocidade. (23)

Tardiamente lembrou-se o Principe Regente de galardôar os serviços relevantes do denodado patriota. Por decreto de 18 de fevereiro de 1809 determinou fosse adjudicada á pessoa do pae do glorioso soldado metade do soldo do posto de capitão de dragões a que seria promovido José Borges do Canto, se não houvesse fallecido. (24) Era, tarde, porém: o velho Francisco

(21) Felipe Carvalho éra tenente de Cavallaria Auxiliãr, chegando, mais tarde, ao posto de sargento-mór. Francisco Carvalho, nascido em 1767, morreu em 1810, como capitão de milicia. Eram filhos do tenente Manuel Carvalho da Silva, um dos primeiros povoadores de Cachoeira.

(22) Entre as minhas reminiscencias de infancia avulta a historia lendaria desses feitos que era contada a nós, creanças, por velhas tias avós, netas de Gabriel Ribeiro de Almeida. A viagem do valente paulista á Lisboa ficou na familia, cercada de um nimbo de lenda. Gabriel, depois de ter dado á Patria o riquissimo territorio de Missões, foi á corte lusitana levando unicamente no bolso oito doblas de ouro. Morreu, como capitão de milicias, em S. Miguel, pobremente.

(23) Em Agosto de 1801, quando se procedeu ao inventario por fallecimento de sua progenitora, José Borges do Canto que partira em principios do mesmo mez para a conquista de Missões, tinha 28 annos. Em 1809 já havia fallecido, em estado de solteiro. Deve ter sido morto pelos *charrúas* em 1808, na idade de 35 annos, pois em Fevereiro de 1809 resolve o Principe Regente conceder-lhe honras posthumas, na pessoa de seu pae, cujo nome nem o proprio decreto real menciona.

(24) Tivemos occasião de ver, no **Archivo Publico**, esse documento inedito exhumado pelo estudioso chefe de Secção de Historia, dr. Eduardo Duarte. Mandando executar o decreto de 18 de Fevereiro baixou o Governo da Capitania o seguinte acto: "Que o Principe Regente Nosso Senhor, em attenção á Memoria dos serviços que lhe havia feito o fallecido José Borges do Canto, capitão de milicias desta Capitania: Houve por bem verificando em seu pae a remuneração dos ditos serviços: Fazer-lhe mercê, na conformidade do decreto da copia inclusa, assignada por Antonio Mariano de Azevedo, Contador Geral da Segunda Repartição do mesmo Real Erario, da metade do soldo do posto de capitão de dragões a que teria sido promovido o dito seu filho se não fallecesse, etc." Porto Alegre, 30 de Maio de 1809. **Archivo Publico**. No anno seguinte, Vicente Borges do Canto, um dos irmãos mais moços do capitão Canto, requereu lhe fosse dado o posto e soldo do irmão fallecido, informando d. Diogo de Souza para a corte, em resposta de consulta do Principe Regente, que o peticionario não era merecedor dessa regalia. (28 de Abril de 1910). **Corr. de D. Diogo**. Arch. Publ.

Borges do Canto morrera em principios de 1809, em Rio Pardo, não tendo gosado das vantagens de ter sido pae do maior heróe desses tempos lendarios do Rio Grande do Sul. Morreu pobre, tendo, talvez, nos seus ultimos momentos, a visão dessa terra opulenta que seu filho integrara á grande Patria, a qual tambem déra, na medida de seus esforços, o tributo de uma vida de trabalho incessante.

Em novas campanhas, pela defesa da integridade territorial da Patria, acompanharemos esses fronteiros denodados na epopéa gloriosa em que consistiu a sua vida heroica. (1)

Aurelio Porto.

Invasão Paraguaya na fronteira brasileira do Uruguay (1)

Pelo Conego João Pedro Gay

PREFACIO

Para não ser victima dos ferozes invasores, que no dia 10 de Junho de 1865 accommeteram a fronteira brasileira do Uruguay pelo passo de S. Borja, tive naquelle dia que retirar-me ao interior do municipio de S. Borja, onde me conservei até principios do mez de Setembro, seguindo então para o nosso exercito em operações nesta provincia, em frente da villa de Uruguayana. Ahi presenciei, no faustoso dia 18 de Setembro, o grande feito que purificou esta fronteira das pisadas vergonhosas do inimigo.

Em minha emigração, e no exercito, tomei notas do que vi, e das informações exactas que estava recebendo sobre os acontecimentos do theatro da guerra nesta fronteira. Em meu regresso a esta villa de S. Borja, puz minhas notas a limpo, esmerando-me em narrar os factos com a maior exactidão. Assim formei este opusculo historico, que os Brasileiros amantes do seu paiz lerão com interesse. E' nesta esperança que tenho o prazer de o offerecer ao publico, pedindo-lhe que não repare em sua imperfeição.

S. Borja, 1 de Novembro de 1865.

O Conego-vigario, *João Pedro Gay,*

*
**

(25) Excerpto do capitulo **Epopéa dos fronteiros**, Cachoeira. (Livro do Centenario, em elaboração).

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

O general Francisco Solano Lopez, presidente da Republica do Paraguay, vendo em meados de 1864 travar-se a luta entre o Imperio do Brazil e o governo da Republica Oriental do Uruguay, estremeceu em sua cadeira de ferro, temendo que o Brazil, com quem não tinha contas justas, lh'a espedaçasse, derribando seu governo despotico logo que elle houvesse derrotado os *blancos* de Montevideo, e em seu furor resolveu elle declarar a guerra ao Brazil. (2)

Já as forças brasileiras se achavam na fronteira da provincia do Rio Grande do Sul, prestes a invadir a Republica Oriental, para exigir as reparações que o governo *blanco* lhe recusára; já varios vasos da esquadra brasileira com o mesmo proposito sulcavam as aguas do Rio da Prata, quando o despota do Paraguay, estabelecendo-se o arbitro do Rio da Prata, sob o pretexto de conservar o equilibrio em aquelle paiz, e de se oppôr á sua conquista pelo Imperio, deu sua nota de 30 de Agosto de 1864, pela qual reprovava a conducta do Brazil, declarando que, se as forças brasileiras invadissem a Republica Oriental do Uruguay, o governo do Imperio seria responsavel das consequencias ulteriores, ficando ao governo do Paraguay o direito de obrar como bem lhe parecesse. (3) E sem mais preliminares o presidente Lopez apoderou-se a 12 de Novembro do vapor brasileiro *Marquez de Olinda*, pertencente á companhia de navegação de Montevideo á provincia brasileira de Matto Grosso, em occasião que o dito vapor navegava o rio Paraguay, em frente de Assumpção, (4) capital do Paraguay. Esse vaso se dirigia a Cuyabá, levando a seu bordo o coronel Frederico Carneiro de Campos, nomeado presidente e commandante das armas da provincia de Matto Grosso, (5) e uma porção de dinheiro (6) para pagamento das tropas e para obras publicas. O marechal Lopez saqueou tudo o que se achava no *Marquez de Olinda*, que armou para servir em sua esquadra, (7) e lançou num calabouço, como prisioneiro de guerra, o presidente de Matto Grosso, tambem deputado á assembléa geral do Brazil. (8) Este acto de selvagem pirataria foi a nota diplomatica pela qual o despota do Paraguay declarou guerra ao Imperio do Brazil.

(1) Este trabalho foi escripto em fins de 1865 e publicado em 1867. Não só pela natureza do assumpto, como por ter sido pequena a edição, logo exgotou-se. E' muito raro hoje e por isso pouco conhecido até pelos estudiosos de nossa historia, os quaes em sua

derá ocasionar precipitação por sua parte para tomar uma defensiva vantajosa e assim ganhar posição.

«O governo do Paraguay está no direito de invadir o Brazil em silencio». (Despacho reservado de 27 de Outubro de 1864).

(3) A intervenção armada do Brazil no Uruguay em 1864 era necessaria, inadiavel. Uma summula dos factos que a precederam nos inteira da verdade:

Desde 1852 que o governo brasileiro reclamava amigavelmente, com moderação, com longanimidade, para não dizer com tolerancia peccaminosa, por intermedio de sua diplomacia, sobre os attentados, roubos e assassinios praticados no Estado Oriental do Uruguay não só por particulares mas tambem por autoridades civis e militares daquelle paiz, sobre a propriedade e vida de patricios nossos ali domiciliados, sem que tivesse a solução desejada, porque as respostas eram sempre desculpas dubias, promessas vagas, verdadeiros palliativos, que o governo imperial acceitava não porque lhe satisfizessem plenamente, mas porque mantinha o firme proposito de evitar questões com os seus visinhos, com receio de mais fortificar-lhes a convicção em que estavam de que nutria desejos de conquista, segundo então proclamavam inimigos do imperio, que o apontavam como uma planta exotica na America.

Aferrado áquelle proposito se manteve o governo brasileiro até 1864.

Dessa politica de longanimidade — escrevemos em o nosso livro *Causas da guerra com o Paraguay* — seguida a todo transe pelo imperador — 12 annos a fio — resultou um grande mal; os governos uruguayos se habituaram a dar as desculpas que julgavam mais convenientes á sua politica, sem tomarem as providencias que, como engodo, promettiam; e os criminosos, deante desse procedimento, sentiam-se animados á pratica de novos delictos, não só pela certeza da impunidade, como por julgarem que nos faltava coragem para uma acção repressiva, e em consequencia disso os crimes que vinham sendo praticados recrudesceram aterradoramente em 1863 e em principios de 1864.

Foi deante desse estado de cousas que muitos dos nossos compatricios residentes naquelle paiz, sem esperanza do justo auxilio do governo brasileiro, anciosamente ha muito esperado, passaram a engrossar as fileiras dos *colorados* do general Flôres, em luta civil contra o governo *blanco*, para dess'arte melhor garantirem suas vidas e seus interesses.

Essa grave resolução, imposta por uma situação intoleravel, por injusta e cruel, ainda mais assanhou o odio dos *blancos*. E taes foram os crimes que praticaram e tantas as queixas e reclamações de energicas providencias feitas pelas columnas dos jornaes e no parlamento brasileiros, que o governo imperial não poudé mais se manter na attitude em que vinha persistindo erradamente e tomou a resolução de mandar á Republica Oriental do Uruguay uma missão especial e a confiou, em boa hora, ao conselheiro José Antonio Saraiva, estadista culto e de grande talento e espirito eminentemente conciliador e ponderado.

A acção do ministro brasileiro no Estado Oriental foi de um verdadeiro apostolo da ordem, inspirado sempre nos sãos principios da justiça, que é apanagio das almas nobres. Desde sua chegada áquelle paiz se entregou, com alma e coração, ao afan de conseguir ali o restabelecimento do socego interno, por meio de uma paz honrosa, e nesse sentido teve varias conferencias com Aguirre e seus ministros, mostrando-lhes o alto interesse do paiz em acabar com a revolução e para isso chegou até a offerecer-lhes apoio moral e material.

maioria delle tem conhecimento pelas citações de Rio Branco, nas annotações á *Guerra da Triplíce Alliança contra o Paraguay*, de L. Schneider e pelas transcripções que o dr. Pereira da Costa fez em sua *Historia da Guerra do Brazil contra as Republicas do Uruguay e Paraguay*, em 4 volumes, publicados em 1870, sem nome de autor.

Julgamos, por tudo isso, de interesse geral e muito curiosa a transcripção na integra do referido trabalho, indispensavel não só a quem quizer escrever a historia deste Estado como a do Brazil em geral ou, isoladamente, a da maior lucta internacional até hoje travada na America do Sul.

Pareceu-nos conveniente fazer algumas annotações ao interessante trabalho do conego Gay e disso ficou encarregado o tenente Souza Docca.

2) As causas do criminoso ataque e da insolita declaração de guerra do dictador paraguay ao Brazil foram estas em linhas geraes: *Desde antes de subir ao poder que Solano Lopez* alimentava sonhos de conquistas que lhe assegurassem posse forçada de vastos territorios, para com elles constituir um grande imperio. Assevera o illustre senador uruguayo dr. Julio Maria Sosa, que Lopez «chegou, em seu delirio, a mandar fazer faustosos thronos régios para seu uso particular e official em Assumpção e uma corôa de ferro semelhante á de Napoleão I, que logo, por um sarcasmo do destino, foi embargada pelo governo da Republica Argentina».

Esse throno e os ricos moveis de apparencia régia que o acompanhavam, foram vendidos em leilão em Buenos Aires, segundo o testemunho insuspeito do dr. Alberto Palomeque, que assim se refere a essa occurrencia: «E' lamentavel que, não tivesse sido conservado aquelle throno, que lá, quando joven, vi, em a casa de leilão, situada, se bem me recordo, á rua Potosi (hoje Alsina), entre Bolivar e Defensa».

Possuido o dictador de tal mania e diaria e insistentemente instigado por Elisa Lynch, que exercia sobre elle a dupla influencia de seu talento e de sua grande formosura, como muito bem disse a baroneza de Wilson, anciava por uma oportunidade para lançar-se na aventura, e por isso quando os *blancos* orientaes, a semelhança dos gebelinos, bateram, desnorreados por um partidarismo estreito e cego, nas portas da capital paraguay, pedindo sua protecção immediata, viu nesse acto o momento ha tanto esperado, mas porque era solérte e tambem com o fim de mais comprometter os que o procuravam fazendo-lhes offerecimentos innominaveis, declarou que não podia dar ostensivamente prompto soccorro, visto que nenhuma alliança tinha com os *blancos*. Vasquez Sagastume, então, que era o enviado oriental, escreveu nestes termos ao seu governo, ácerca da intervenção: «O governo Oriental pôde conseguir isso de duas fórmás: pedindo a intervenção armada do Exm^o. Governo do Paraguay, na lucta em que se acha com o Brazil, para defender principios de commum interesse; ou celebrando um tratado de alliança offensiva e defensiva, para garantir a independencia e a integridade de ambas republicas de qualquer perigo que as ameace no presente ou no futnro. E depois de julgar empreza facillima um ataque victorioso sobre o Brazil, lembrou este sinistro plano, calorosamente approved pelo dictador, que o executou logo depois, com a frieza tigrina do sanguinario, alliada á brutalidade atroz do selvagem: «A mobilisação das forças paraguayas sobre o Brazil, nestes momentos, será talvez um golpe de morte para o Imperio. Dentro de um mez só Deus sabe a natureza dos inconvenientes que podem surgir.

«Uma declaração de guerra ao Brazil, previa ás operações, po-

A paixão politica, porém, collocando os interesses partidarios acima das conveniencias nacionaes, cegando e turbando a razão dos governantes uruguayos, os arrastou pela via tortuosa do erro até ás portas de Assumpção, onde bateram empunhando o facho da guerra e recebidos com agrado e carinho hypocritas pelo Nero paraguay, que sonhava com a constituição de um vasto imperio e para isso procurava elementos de toda ordem, de lá voltaram convencidos do triumpho de seus intentos por meio de uma alliança e para conseguirem-n'a se entregaram a offercimentos criminosos; e quando lhes pareceu que essa alliança já era um facto, romperam de modo violento as negociações de paz que chegára a ser annunciada em documento official e forçaram o conselheiro Saraiva a apresentar o *ultimatum* de 4 de Agosto, que devolveram arrogantemente.

(4) O *Marquez de Olinda*, era um pequeno vapor de cerca de 200 toneladas de carga, tinha dois masts, uma chaminé e era movido a rodas. Aportára em Assumpção a 10 de Novembro, ás 11 horas da noite, em frente ao antigo quartel de infantaria.

A 11 levantou ferro e singrou serenamente em demanda de Corumbá.

Emquanto isso acontecia, Solano Lopez que desde o dia 10 se achava no Acampamento de Cerro Leon em conferencia com os notaveis de Assumpção, sobre os meios de provocar uma guerra immediata com o Brazil, resolveu, depois de vacillações, iniciar os actos de guerra abruptamente, apprehendendo aquelle navio, e expediu ordens para que o *Taguary*, o mais veloz dos vapores da esquadilha paraguay, reconduzisse para Assumpção, a todo custo, o inermé vapor brasileiro. Este foi alcançado pelo corsario paraguay nas primeiras horas da manhã de 12, a algumas milhas de Assumpção aguas acima, e reconduzido para aquelle porto.

(5) O coronel Carneiro de Campos pertencia á arma de engenharia. Era dos Carneiros de Campos da Bahia, distincta familia que deu ao Brazil uma pleiade de illustres varões. Nascera em 1803, contava portanto naquella época 61 annos; era porém muito vigoroso e apparentava ter menos 10 annos. Supportou as torturas e os soffrimentos que lhe foram infligidos, com fortaleza de animo e resistencia espantosas. Morreu a 3 de Novembro de 1867, no acampamento paraguay em Passo Pocú, ao correr ahi de bocca em bocca que o exercito brasileiro soffrera uma estrondosa e fatal derrota, o que parecia veridico, em vista da grande quantidade de prisioneiros do 4º de artilharia imperial. Já muito alquebrado então pelos longos soffrimentos e pelo miseravel passadio, não teve forças para resistir tão forte choque moral e succumbiu em sordida prisão, sob os olhares leaes saudosos e compungidos de seus companheiros de infortunio que ainda existiam. Destes, dois sobreviveram á guerra e um vive ainda, o capitão de mar e guerra reformado João Clíao Pereira Arouca, natural da Bahia, onde nasceu aos 23 de Abril de 1843. Escapou-se de seus algozes depois da batalha de Campo Grande, em Agosto de 1869, juntamente com o official de fazenda João Coelho de Almeida, que falleceu, no Rio de Janeiro, em Dezembro de 1917.

(6) Quatrocentos contos de réis.

(7) Foi posto fóra de combate e destruido pela canhoneira *Amazonas*, na batalha do Riachuelo.

(8) Da tribuna parlamentar, em 18 de Março de 1864, ou seja no mesmo anno em que suas illusões foram desfeitas pela brutalidade de uma insidiosa desgraça, Carneiro de Campos, se manifestou contrario á um pequeno augmento que se pretendia fazer nos quadros de 1ª linha do exercito nacional, por julgar desnecessario esse augmento.

Memorias de Francisco Pedro de Abreu

(Barão de Jacuhy)

Publicando as memorias de Francisco Pedro de Abreu, não precisamos pedir venia aos amigos da historia patria. Um dos mais activos combatentes da legalidade, não houve talvez outro commandante que fizesse tanto prejuizo á causa da revolução. Conhecendo o seu valor e julgando immerecido o esquecimento que lhe recompensou tantas fadigas e a ruina de seus proprios bens, sentou-se o valente gaúcho na mesa, para confiar ao papel a memoria de suas façanhas.

Muitos factos da revolução recebem por suas Memorias nova luz. Para o character de figuras principaes da luta fraticida dão novos traços e para a biographia de Chico Pedro que bem a merece são um auxiliar valorosissimo, como não menos para a historia da grande luta, possivel unicamente no Rio Grande do Sul, lavrado por tantas influencias heterogeneas.

Temos a esperança que a publicação das Memorias evocará do olvido de archivos particulares principalmente, outras contribuições e gratos receberemos qualquer noticia que contribua a reconstituir o periodo infausto e a desenhar com fidelidade o retrato do grande gaúcho.

J. B. H.

Francisco Pedro de Abreu sendo paisano entrou na primeira acção que as forças leaes do Imperio tiveram no dia 31 de março de 1836, nas immedições do Arroio dos Ratos, contra o chefe dos rebeldes Bento Gonçalves da Silva, aonde elle deu provas de coragem.

Depois desta acção se retirou o brigadeiro Bento Manoel Ribeiro com as forças leaes para a campanha em distancia de mais de 60 legoas da Capital de Porto Alegre e dali sendo reclamado da Capital, para vir em seu auxilio, pois se achava

esta sitiada e a braços com os rebeldes, pela legal reacção de 15 de junho de 1836 se encaminhou o brigadeiro em 25 de julho do dito anno em soccorro á Capital, vindo nestas forças os tres Abreus, o tenente Antonio Pedro de Abreu commandando humá companhia de lanceiros do esquadrão do major Athanasio, e o tenente João Pedro de Abreu, e ajudante das forças de Caçapava do commando do tenente-coronel Carlos, o tenente João Pedro de Abreu, até então paisano, o qual não só operando, como auxiliando as forças com as suas quadrilhas de cavallos, servindo para mais de hum anno sem querer soldo nem postos, até que seus brilhantes feitos obrigaram o Presidente da Provincia dr. José de Araujo Ribeiro a nomeal-o em 3 de janeiro tenente de cavallaria da Guarda Nacional.

Quando se approximava a columna legal em soccorro da Capital, na altura do Curral Alto, ou Cerro do Roque, distante da mesma 13 ou 14 legoas, foram mandados pelo dito brigadeiro, os tres Abreus — Antonio, João e Francisco como praticos, com a companhia do capitão Manoel Adolpho Charão, para os districtos da barra de Camaquã, afim de prender os rebeldes, reunir gente e cavallos; entre os prisioneiros foi o rebelde Juiz de Paz dr. Jeronymo Ribeiro da Cunha, flagello da legalidade e dos Abreus.

Para a tentativa de Francisco Pedro de Abreu ainda sendo paisano, achando-se nas forças legaes na Capella das Dores, do outro lado do Arroio Velhaco, em distancia de mais de cinco legoas, com 10 homens, foi bater humá partida de 30 homens, commandada pelo rebelde Juiz de Paz, João Evangelista, que a fez precipitadamente ganhar o matto e deixar alguns cavallos arreitados, com os quaes se retirou para as Dores a reunir-se a sua força, aonde depois por ordem do Presidente e Commandante das Armas os tres Abreus passaram para a capital de Porto Alegre e ahi, por ordem do brigadeiro Bento Manoel, o tenente Antonio Pedro, a pedido do major da praça Manoel Marques de Souza, passou a commandar a Presiganga, prisão de maior risco, por estar entulhada de maus rebeldes; os outros dois, João e Francisco, seguiram com a columna legal afim de alcançar o inimigo, distante tres legoas na Capella do Viamão, onde o mesmo recebeu fogo por vezes, sendo depois derrotado na Ilha do Fanfa.

Nesta occasião, por ordem do brigadeiro Araujo seguiu para os districtos da Barra o capitão José Ignacio Ourives, com uma força de 20 homens, da qual faziam parte Paulo José de Abreu e Francisco Pedro de Abreu, não só afim de regular a boa ordem, como resgatar e conduzir á seus domicilios varias familias de estimação que os rebeldes tinham obrigado a sahir

de suas casas e seguirem centralmente a distancia de 3 legoas e no resgate da ultima familia, do capitão Antonio Alves de Azambuja, que já se achava preso na columna rebelde do commando de Crescencio e com sentença de morte, foi tão fortemente atacada a força legal com forças mais que dobradas e durando o fogo mais de duas horas, sendo logo no principio do mesmo baleado em uma perna o capitão Ourives e morto um primo irmão de Francisco Pedro de Abreu, o valente Ezequiel Antonio da Silva, vendo-se Francisco Pedro obrigado, sendo paisano, a tomar o commando do combate e no meio do fogo levou as carretas, o capitão Ourives e seu primo morto e seguindo o combate, debaixo do mesmo, fez seguir as carretas, debandando o inimigo que se pôz em retirada; ficando victorioso, chegou ao porto de embarque nas Xarqueadas da Barra e a vista do inimigo fez embarcar para Porto Alegre o capitão Ourives e ás familias, dando sepultura a seu primo Ezequiel, no cemiterio da Barra e se fortificou ao pé da praia (acção por onde os rebeldes principiaram a temer) até que da capital o Presidente dr. Araujo lhe mandou em soccorro com umas praças o seu irmão tenente João Pedro de Abreu, para commandar como official, na qual tambem se achava Paulo José de Abreu; toda a força montava a trinta e tantos homens e entrou a intitular-se Esquadrão da Barra, título de terror ao inimigo. Esta força proseguio até os suburbios da Capella das Dores em distancia de 9 legoas, a reunir gente e cavallos e tendo já o numero de 40 e tantas praças descobriu-se traição em alguns dos reunidos e além destes uma força de mais de 200 homens, que de prompto pretendiam de noite atacar a força legal, tão diminuta a do inimigo; mas o tenente João Pedro, de combinação com seus irmãos, souberam escapar a tempo, que o inimigo se achava com os logares do acampamento. Já então tinham ordem do Presidente Araujo para seguirem para os suburbios da Villa do Triumpho e S. Amaro, em distancia de mais de 20 legoas, em soccorro do tenente-coronel Antonio Manoel de Azambuja. No meio desta marcha recebeu Francisco Pedro de Abeu, do Presidente das Armas, seu diploma de tenente de cavallaria da Guarda Nacional, datado de 3 de janeiro de 1837.

Depois desta força fazer junção com a de Azambuja, foram repellidos daquelles lugares todos os rebeldes, dando com isso motivo para que a força legal passasse para o outro lado do rio Jacuhy em Santo Amaro, e ficando ali na povoação o tenente-coronel Azambuja, capitão Patricio de Azambuja e outros, seguindo com licença maliciosa o capitão Antonio Joaquim Dornelles, com muitas praças a suas rotativas e mais os dois

tenentes Abreus; o seu fim foi de seguirem com a sua força já conhecida para o Esquadrão da Barra e algumas praças de infantaria, para acamparem na distancia da povoação mais de meia legoa no potreiro da Cara de Sola aonde assim mesmo não estavam seguros...

Após poucos dias se passarem, o capitão Antonio Joaquim Dornelles, tornando-se outra vez trahidor ao Imperio, com muitos outros officiaes, reuniram uma força de mais de 250 homens e com ella atacaram de noite á povoação de Santo Amaro, prendendo ahi o tenente-coronel Antonio M. de Azambuja, commandante da força legal, capitão Patricio de Azambuja, alferes Candido José da Costa e outros officiaes, e o Juiz de Paz, Paula Siqueira, e com todos esses presos, por volta da meia noite vieram ao acampamento dos Abreus, os quaes tendo presentido a tempo semelhante e séria trahição, lhes sahiu á frente com 3 ou 4 homens na bocca da entrada do potreiro. O tenente Francisco Pedro de Abreu mandando-os fazer alto, gritou para a embuscada que não fizesse fogo até segunda ordem, mandando secretamente aviso a seu irmão, tenente João Pedro de Abreu, que se puzesse de improviso prompto com a força a retirar-se pelos fundos do Potreiro, pois que a força do inimigo era numerosa. Gritando para o inimigo, perguntou o que queriam e ouvindo dizer pelo commandante inimigo que se entregassem, pois que outra cousa não tinham a fazer, visto já terem preso seu commandante e outros officiaes; a essa intimação, o tenente Francisco Pedro de Abreu oppôz todas as repulsas necessarias, quando vio que a força grande se destinava a cercar o fundo do Potreiro; repentinamente se retirou com sua força e a fez marchar, entrando por uma picadã á dentro, á qual já de antemão tinha descoberto no fundo do Potreiro e pondo-se na rectaguarda de sua força a defendeu até entrar toda na picada, quanto pertencia a cavallaria; na sahida desta força, do Rincão, já hia fechando o cerco do inimigo, com quem brigaram numa extensão de mais de duas legoas, fazendo fogo de retirada, até que o tenente Francisco Pedro de Abreu vendo a contumacia do inimigo os investiu com 10 ou 12 homens, obrigando-o a retirar-se, tendo a força legal perseguido o resto de sua marcha para a Villa do Triumpho, para onde passaram o rio com a roupa do corpo. (Esta acção foi heroica, como se fosse praticada por um velho guerreiro experimentado, porém não entrou em linha de conta).

Commandava a Villa do Triumpho, nesta occasião, o capitão Antonio Joaquim da Cruz e a freguezia de S. José do Taquary, o major Jeronymo de Alencastro, que se achava cercado de rebeldes, indo em seu soccorro o tenente Francisco Pedro de

Abreu, com a maior parte do Esquadrão da Barra e com a sua chegada em Taquary, foram os rebeldes dispersados, ficando o povo em socego, mas muito escasso de mantimentos, pelo que com bastante risco, passou para o outro lado do rio S. Amaro o tenente Francisco Pedro de Abreu a reunir cavallos e gado para fornecimento não só das forças legaes, como do povo de Taquary e voltando depois á Villa do Triumpho, ali encontrou como seu commandante o brigadeiro Manoel Carneiro da Fountoura, pelo qual foi mandado o tenente Francisco Pedro, com parte do Esquadrão da Barra, commandar a policia de S. Amaro, tarefa de grande risco. E quando Abreu, a poder de maneiras, hia amoldando o povo, arrebenta a celebre invernoada em Caçapava, no principio do anno de 1837, da entrega das forças legaes aos rebeldes, pelo brigadeiro Bento Manoel Ribeiro, então Commandante das Armas na Provincia.

Este facto era de fazer balbuciar hum militar velho, e veterano, porem o do. Ten. Francisco P. A. não desanimou, seguiu logo com a força que tinha a Villa do Rio Pardo em distancia de 12 legoas e ali achou o Coronel Gabriel Gomes Lisboa com uma força legal de 200 homens, porem desmoralizada, e muito desanimada pelo successo de Cassapava, e fazendo o do. Abreu, animar a força e chefe, com vivas a sua M. I. seguiu mais de 12 legoas directo a Cachoeira por entre rebeldes, a ver se salvava alguns legaes que tivessem escapado da traição, e tragedia da Villa de Cassapava, aonde salvou o Capitão Barboza e outros; e voltando a Rio Pardo, já achou outra vez o Coronel Gabriel Gomes bem desanimado por lhe ter dezertado a maior parte de sua força. Mas com a chegada do Abreu, fez criar animo a todos, a bem de se aprontarem com suas familias, e mais precizo e seguirem para a Capital de Porto Alegre, familias, negocios e tropas, protegendo por terra a St. Amaro, e dali a Villa do Triunfo, o Coronel Gomes, e o resto de suas forças, e varios officiaes, com um resto das praças de seus Commandos. Com a chegada do Tenente Francisco Pedro de Abreu ao Triunfo ficou paralisada a traição fulminada pelos rebeldes de asacinaem o Brigadeiro Carneiro, Coronel Olinto, Visconde de Camamú, Coronel Fernandes, para o que os rebeldes circulavão desde a Capital, até a Villa do Triunfo. Foi então deliberado pelo Comm. da Villa, que já então era Visconde de Camamú, de abandonar aquella Villa, e vir elle embarcado com quasi toda infantaria. Então os dois Tenentes João Pedro de Abreu e Francisco Pedro de Abreu, com o seu Esquadrão chamado da Barra, protegerão por terra por entre os rebeldes a Capital mais de 12 legoas, o Coronel Gabriel Gomes, o Capitão Marianito Meiz, o Tenente Osorio, e outros of-

ficiaes de cavallaria com hum resto de praças de seus commandos, huma meia Companhia de Infantaria commandada pelo Alferes Xavier.

Fazendo ao mesmo tempo aonde quer que encontravão os dos. (1) Abreus, seguir adiante cavallos, gados, e todos os mais mantimentos de que a Cidade se achava escassa, e já cercada do inimigo; porém já commandada pelo animozo e valente Tenente General Francisco das Chagas Santos. Depois as ditas forças com os mais fornecimentos, entradas na Capital, o Tenente João Pedro de Abreu, entregou de todo o Commando do Esquadrão da Barra a seu irmão o Tenente Francisco P. de Abreu, e este por proposta do Tenente General Chagas passou a Capitão do mesmo Esquadrão, em 5 de Junho de 1837, e seu irmão Paulo José a Tenente do mesmo Esquadrão, contando já até aqui o Tenente Francisco Pedro de Abreu, em suas deliberações de guerra vantagens. (Ficando estas e quasi todas as acções envolvidas no escuro da fumaça)

5

Em Junho de 1837 sahio o Capitão Francisco Pedro de Abreu fora das trinxeiras da Capital sobre o inimigo em huma expedição commandada pelo Commandante da Guarnição o Brigadeiro Francisco Xavier da Cunha, a qual destinando o A. de sahir na vanguarda com 10 homens, com elles accommetteu o inimigo em uma posição de serro, aonde o mesmo tinha postado huma pessa de Artilharia, e no avance recebendo hum tiro de metralha com tanta felicidade que nem hum legal foi ferido, e com tal arrojio carregarão os Legalistas sobre os rebeldes por espaço de um quarto de legoa, que os poz em precipitada retirada. (Fumaça com elle).

6.

Em 25 de Junho de 1837, tornando a sahir fora das trinxeiras a mesma Expedição, Commandada pelo Brigadeiro Cunha destinou este, que o Capitão Francisco P. de Abreu com parte do Esquadrão da Barra de seu Comando atacasse o inimigo pela parte mais perigosa, de onde estando em fogo com o inimigo, observou que as forças legaes se achavão a ponto de succumbir, pela morte do Major Masaredo Commandante do 8.º Batalhão e que este e o Batalhão Provisorio se achavão desregulados e em confusão sem Commandante Rompeu o Abreu por entre o fogo do inimigo, e posto na frente do Batalhão 8.º deu vivas a S. M. I. e mandou sahir a frente o official mais antigo e de maior talento, e o fez operar sobre o

1) do. = dito.

inimigo, e animando o Batalhão Provisorio, e mais corpo com vivas a S. M. I. com elles carregou sobre o inimigo que poz em precipitada retirada, ficando assim salva a Capital que esteve em hum balanço. (O escuro da fumaça, tambem escureseu este facto na ordem do dia, porém memorou outros que ficarão dentro da Povoação).

7.

Em 27 de Setembro de 1837 emprehendeu o Brigadeiro Cunha, Commandante da Guarnição, de hir com as forças da Capital em distancia de meia legoa atacar o inimigo no seu forte e entrinxeiramento, ordenando ao Capitão Francisco Pedro de Abreu, que com 20 e tantos homens do seu Esquadrão, seguisse a todo o risco por huns serros, e fosse cortar a retaguarda do inimigo ; o que sendo executado pelo Abreu, nas saídas do mesmo serro, derrotou huma partida inimiga, tomando-lhe 20 e tantos cavallos, ficando depois em observação do que surdia do ataque nos entrinxeiramentos dos rebeldes, mas como no espaço de grande tempo, nada surdia, subiu o do fAbreu no alto do serro a descobrir campo, e como visse as dorças legaes, quasi a ponto de sucumbir, e o inimigo em transe le entrar na Capital, varou o do. Abreu com a sua força violento por entre balas dos rebeldes, e quando chegou nas forças legaes, já sucumbidas, e em retirada, animou as tropas e seus commandantes, e dando vivas a S. M. I. carregarão sobre os rebeldes que tiveram de retirar-se e athé com precipitação.

8.

Em Outubro de 1837, vendo o Capitão Francisco Pedro de Abreu que os Povos e forças legaes da Capital, já se achavam em escases, e por todos os lados cercados de rebeldes, sem entrarem comestiveis alguns na Cidade, e que portanto muito convinha a legalidade, asenhorear-se do outro lado do rio, do lugar chamado da Picada por onde desemboca o Rio Jacuhy, que passa por Rio Pardo aonde tinha commodidades para tropas e cavalladas, como para empresas sobre o inimigo, não só afim de derrotar por aquella parte, como de mais facil se poder meter fornecimento de gados, e generos para tropas, Hospitais e Povo. Como de facto convencido o Brigadeiro Cunha, commandante da Guarnição da Capital do plano do Abreu, conveio na sua passagem para o lugar com as forças do Esquadrão da Barra de seu Commando, e algumas praças de Infantaria, esta deliberação do Abreu, muito emquisilou os rebeldes, que desde logo lhe fizeram uma guerra de morte, porem o

do. Abreu, sempre se defendeu com corage, até no principio na bocca da picada sobre um rodado de carro velho, cavalgou um pedaço de pau podre e mais aviamentos de peça, e com sentinellas, que o inimigo a respeitava como peça, e sustava as suas avançadas por muito tempo, até que o do. Abreu por segurança ali edificou hum forte, que era conhecido por forte do Chico Pedro, do qual existem as trinxeiras, mas agora não se fala nele por causa dos invejosos, que de ordinario sobem sem ser vistos; porém vamos, a que emporta, com este acampamento e forte, muitos beneficios recebeu a Capital na escases em que se achava, pois em dias de Outubro de 1837, sahio o Abreu, com o seu Esquadrão na frente e o Major Osorio na rectaguarda e atravessando a picada quasi de uma legoa de Mato, na sahida da Picada o Abreu com o seu Esquadrão se adiantou, e no espaço de quasi legoa e meia, cercou as casas da Charqueada de D. Ritta Pires, e ahi bateu e prizionou uma partida rebelde de 30 homens commandada pelo celebre Pintado, ficando alem dos 30 prizioneiros, armamento e cavallhada, e depois junto com o do Osorio conduziu para o acampamento da Picada porção de gados afim de aliviar a escases da Cidade; e tudo isto só com a perda de um homem da legalidade que sendo baliado do inimigo no ataque em um braço, hindo para o Hospital nelle morreu.

9.

Em 13 de Julho de 1837, foi batido e morto no morro da fortaleza o valente Capitão rebelde Joaquim Alves Famfa, commandante de uma forte força de 150 homens rebeldes; tendo sahido da Capital de Porto Alegre, embarcada uma força legal, composta de cavallaria e infantaria debaixo do commando do Coronel Gabriel Gomes Lisboa, e o Coronel Gama. e Major José Joaquim de Andrade Neves, na qual força hia incluido o Esquadrão do faxinal, e o Esquadrão da Barra do Commando do Capitão Francisco P. A. Chegada esta força no porto de desembarque em distancia de mais de legoa do Morro da Fortaleza aonde em boa posição estava postada a força do inimigo; na praia ficou toda a expedição com o Coronel Gabriel Gomes, e o Coronel Gama, e outros officiaes. Mas o Capitão Francisco que sempre deseja matar caça, seguiu com o seu Esquadrão da Barra, e algumas praças e officiaes do Esquadrão do faxinal e tambem o Major José Joaquim e seu irmão o Tenente João Pedro de Abreu, e quando chegou ao morro da Fortaleza, já achou o inimigo em linha de batalha, e ainda que o do. Abreu a sua gente era menos de ametade da força do inimigo, e o

Major José Joaquim de Andrade Neves por atroado se tinha desvareado atoa, campo fora, atras de uns rebeldes que por astucias o puxarão. Abriu o combate o Capitão Abreu com a superior força inimiga, tão por mais de uma ora, que os destrosou de todo, matando-lhe 20 e tantos cavallos rebeldes e prezionando-lhe 5 além dos feridos ficando senhor de cavallos, areios, armamento e toda a mais cavallhada, e quando por ultimo se escapava o Commandante, o valente Capitão Joaquim Alvez, seguiu o Capitão Francisco Pedro de Abreu que podendo-lhe alcançar tão furiosamente se atracarão, que baliando o Joaquim Alves a queima roupa o Abreu em um tornozelo da perna direita, deixando a bala uma marca redonda na pestana da bota, tendo esmigalhado o botão resbalando cortou a sobre-cincha do cavallo, e baliou o mesmo cavallo, mas estando o cavallo ainda quente, se atracarão ainda de espada e com as guarnições das espadas se maltratarão até que por ultimo finalisou ali seus dias o valente Joaquim Alves, e ali tambem ficou morto o cavallo do Abreu, que por milagre escapou deste ataque, porque o grande atirador de perdizes Juca Custodio em todo o ataque se não empregava em fazer ponto noutra pessoa, senão no Abreu, victorioso o Abreu se retirou com tudo sem quebra da legalidade, mais do que o seu cavallo.

10.

O Capitão Francisco Pedro de Abreu nos fins de Julho de 1837 sahiu de madrugada fora das trincheiras de Porto Alegre, com 12 homens, em descoberta, e na distancia de quasi hum quarto de legua, destroçou uma parte rebelde na Zenha, da qual presionou 3 rebeldes.

11

O Cappam Francisco Pedro de Abreu nos principios de Outubro de 1837 por ordem do Brigdro Cunha commandante da Guarnição da Cappital, seguiu com 30 homens, em tres lanxões de guerra, a expencionar as Ilhas adjacentes a Cidade, e na sua retirada pelo Rio Jacuhy abordou de repente na margem direita do Rio, em terra firme uma Guarda de rebeldes, porém sempre lhe tomou 14 cavallos bons.

12

O Cappam Francisco Pedro de Abreu em fins de Outubro de 1837 sahiu do acampamento e forte da Picada, com a força do Esquadrão da Barra de seu commando, e seguiu até

o Guará, a distancia de 13 legoas, e na paragem chamada Petrim foi morto o rebelde Americo de Sa Barboza, e prezo Mel Correia Sarafana, reunindo mais de 60 cavallos, sem quebra da legalidade.

13

O Cappam Francisco Pedro de Abreu, entre os mezes de Outubro e Novembro do anno de 1837, sahiu embarcado com o Brig. Cunha com o Esquadrão da Barra e Infantaria direito a Gravatahy, aonde desembarcada a força, ficando na praia o Brig. Cunha com infantaria, e seguindo terra adentro o Cappam Francisco Pedro de Abreu com o seu Esquadrão da Barra, e derrotou uma partida rebelde, da qual além dos feridos, ficou hum morto 2 prizioneiros e armamento, 40 cavallos, e 40 rezes que tudo conduziu por entre os rebeldes por terra a Cidade sem quebra alguma da legalidade.

14

Em fins de Novembro de 1837 seguiu o Brigdro. Cunha commandante da guarnição da Capital com uma expedição de 360 praças de todas as armas, embarcado em uma barca de vapor, e quando esta expedição as 10 horas da noite passava frentendo o acampamento da picada em que se achava o Capitão Francisco Pedro de Abreu recebeu este de passagem ordem bocal que já marchasse por terra a distancia de 8 legoas com a força de seu Esquadrão, e levasse por diante cavallos para montar a mais cavallaria, e como de facto marchando o Abreu toda a noite por entre rebeldes, quando ao amanhecer nas charqueadas do Triunfo, desembarcava a expedição ali se achava o Cappam Abreu prompto com o seu Esquadrão e cavallos e depois de montar a cavallo toda a cavallaria, o Brigdro Cunha commetteu uma deligencia de risco ao Major José Joaquim de Andrades Neves, o qual recuando fazela a commetteu ao Cappam Francisco Pedro de Abreu que immediatamente a foi fazer com seu Esquadrão da Barra que apenas montaria a 40 praças, e seguindo direito a S. Amaro no alcance do ajudante General dos rebeldes Joaquim Pedro Soares, passou o rio no lugar chamado Cachoeira, entrando repentinamente em S. Amaro destruindo todas as policias, proseguio com a maior violencia sobre o ajudante General rebelde e o fez lançar-se violentamente de cavallo abaixo e lançar-se por hum espinharal a dentro, deixando o seu cavallo bem areiado de prata, tomando-lhe 300 cavallos bons entre estes alguns areiados, algumas armas e mais despojos, e alem dos feridos alguns mortos entre estes o Alferes e tres prizioneiros, e com

tudo isto o Abreu se apresentou no dia seguinte nas charqueadas do Triunfo ao Brigadro Cunha e com mais huma grande porção de gado para fornecimento de povo e tropas da Capital, hospitaes, citiados e tudo foi conduzido por terra para o acampamento da picada, de onde recolhida toda a expedição para a Capital, só ali ficarão de officiaes os 2 Abreus, o C. Francisco Pedro e seu irmão Paulo João de Abreu, sendo estes os que reconhecerão e receberão as forças do Marechal Barreto em o 1 de Novembro 1837 chegado no acampamento da Picada da denominada Cruz Alta. (Consta que o Marechal Barreto dissera que o Capam Abreu mostrava ser official activo e desembaraçado e que precisava puchar por elle e que lhe responderão que não convinha por então bem depressa ficariam debaixo das ordens delle.)

15

O Cap. Francisco Pedro de Abreu, em dias de 9bro de 1837. Sahiu do forte e acampamento da Picada de noite com o seu Esquadrão da Barra, direito a Boa vista a distancia de 4 legoas, e de madrugada deu em huma partida de Antonio Pires e escapando-lhe a partida rebelde pelos Mattos, sempre lhe tomou 20 cavallos de estimação.

16

Em 26 de Março de 1838, o Capam Francisco Pedro de Abreu, seguiu do forte da Picada de noite a distancia de tres legoas pelos campos de D. Rita Pires, a bater huma partida rebelde do commando de Agostinho Pires, que escapando-lhe esta debaixo de fogo para o mato lhe tomou 8 tercerôlas, algumas Pistolas e Espadas e areios e 11 cavallos sendo destes 4 de estimação e parelheiros.

17

Em principios de Abril de 1838, O Marechal Elezio pres. da Prov. e General das Armas, sahio da Capital de Porto Alegre com huma columna de corpos composta de 3 armas, devida em commandos de Divizões, do Marechal Barreto, Brig. Cunha, Brig. Caldeirão direita ao Rio Pardo, em numero de 2000 homens, marchando na frente e aonde se manifestava perigo o Cappam Francisco Pedro de Abreu e seu irmão o Ten. Paulo José de Abreu, com o Esquadrão da Barra, com o qual os dos Abreus romperão na frente, a entrada em Rio Pardo do qual ficou senhora a columna Legal, em meado do mez de

Abril, o Marechal Barreto commandante da Coluna Legal, por se retirar para a Capital, o Prez. e Commandante das armas Eliziario, mandou os dos Abreus com o Esquadrão da Barra de seu commando para o Districto de S. Amaro, em distancia de mais de 9 legoas, não só a policiair como para bater huma forte e terrivel partida rebelde do ali veterano, emtitulado o Major Antonio Joaquim Dornelles, que tanto aterrava os moradores de S. Amaro, a ponto de alguns morrerem de susto delle, como foi Antonico Lourenço, e por isso os dos. Abreus com seu Esquadrão da Barra preseguirão de dia e de noite o do Dornelles, que desbaratarão opozarão em tal aperto de se lançar com outros a cavallo mesmo, a passar o Rio Jacuhy no lugar das Pombas, ficando assim o districto de S. Amaro socegoado athé o ponto da infeliz noticia da Coluna Legal existente em Rio Pardo ser derrotada completamente pelo exercito rebelde em numero de 5000 commandado pelos chefes rebeldes o degenerado Bento Manoel Ribeiro, Bento Glz da Sa, o intitulado General Antonio de Souza Nettos, e outras muitas cabeças, que infelizmente triumpharão da Coluna Legal pelo desprezo que o Marechal Barreto fez dos avizos que lhe fez o Capam Francisco Pedro de Abreu, para o que fez evidencia de avançar em huma noite de S. Amaro a Rio Pardo. Este infeliz suceso da Coluna Legal em 30 de Abril de 1838 apavorou o Corel. Luis Manoel, Commandante do 8 Batalhão de linha que tendo hido da Capital se achava com a maior parte do batalhão em S. Amaro, e como patente superior aos Abreus, obrigou a este com huma pequena força de Cavallaria, a protegerem seu embarque athé o ultimo soldado; sem lhe emportar do grande risco em que estes estavam, não tendo a infantaria nenhum por terem armas compridas, e defeza de huma canhoneira, e lanxão de guerra. Contudo, protegido o embarque pelos dos. Abreos, mal montados e debaixo de risco, se encaminharão por terra a distancia de 3 legoas a Villa do Triumpho, levando comsigo gente e cavallos, que conseguirão passar a salvo com tudo a Rio, para o Triumpho e ali forão chegando nos dias seguintes embarcados, o Marechal Barreto, Brig. Cunha, Brig. Caldeirão e o Major Jose Joaquim de Andrade Neves, e outros officiaes e praças que se puderão escapar, e do Triumpho, por segurança vierão todos embarcados para a Capital e os dos Abreos com todo o risco vierão por terra o expasso de 12 legoas, só afim de trazerem cavallos e gados e mais mantimentos para a Cidade. ((que tanto empenho tinham os Abreus na defeza da guerra, como no suprimento do Povo da Cidade.))

18

O Capitão Francisco Pedro de Abreu, incansavel na guerra contra os rebeldes. Em 3 de Junho de 1838 seguiu do acampamento e forte da Picada embarcado, com Lanchões de guerra do Commando do Commandante Rocha, direito ao Arroio de Petim e de (dentro do Arroio restaurou do poder dos rebeldes, dois Hiates, 2 Chalupas, sendo huma do Paula, e huma Lanxa, e 5 prisioneiros rebeldes, e entre estes o temivel commandante do Brigue Bento Gonçalves da Silva, José Pereira da Santa Junior que tanto mal tinha feito á Cidade de Porto Alegre. (Isto teria alguma importancia, se houvesse forma de se applicar aos que nada fazem).

19

O Capitão Francisco Pedro de Abreu, em 3 de Julho de 1838, sahiu do seu acampamento e forte da Picada embarcado, com o Esquadrão da Barra de seu Commando, e algumas de infantaria, directa pela Lagoa dos Patos, ao porto dos Tapes na mesma Lagoa, em distancia de 20 legoas, aonde aportou ao romper do dia, e desembarcando ahi derrotou huma guarda rebelde de Policia da qual morreu o Commandante Ireno, e outro, e os mais feridos, e nesse porto aprendeu hum Hiate de João Antonio Lopes, com 2 negros, varias miudezas, 15 terços de erva de mate com 1500 & 179 couros, e 260\$000 em cobre, e seguindo depois emediatemente terra dentro, mais de 2 legoas, tomou dos rebeldes huma peça de bronze de campanha com seus preparos, que os rebeldes tinham tomado em Rio Pardo á Legalidade no dia 30 de Abril de 1838. Esta peça custou bem a conduzir ao Porto de embarque não só pela falta de meios como pela grande diligencia que os rebeldes fazião por retomala, cujo maior excesso fizerão com grande força no seu embarque que motivou hum renhido combate, e debaixo do mesmo combate se embarcou a peça, e forão os rebeldes destroçados, e alguns feridos, sem quebra alguma da legalidade. Por cujo feito, o Marechal Elizeario, promoveu o Capitão Francisco Major da G N de Cavallaria em 25 de Julho de 1838.

20.

O Major Francisco Pedro de Abreu, em 18 de Agosto de 1838, seguiu com o seu Esquadrão e outras praças, por terra, directo ao Cahy, dispercar todas as partidas rebeldes daquelle logar, afim de o Prez. Elizeario, com a marinha de guerra, tirar do fundo do Rio Cahy, a canhoneira Legalidade que as forças rebeldes commandadas por Bento Manoel Ribeiro em com-

bate tinham mettido no fundo do Rio Cahy. E o do Major Abreu não so desafrentou aquelle logar de rebeldes, como derrotou algumas partidas delles, fazendo prizioneiros, como tomando-lhes 6 pipas de agoa ardente, 2 carretas, boiada, porção de gado e cavallo sem quebra alguma da legalidade.

21.

O Major Francisco Pedro de Abreu, em 30 de Agosto de 1838, seguiu do seu acampamento e forte da Picada com o Esquadrão da Barra de seu Commando directo ao Petim a distancia de 5 legoas aonde desembarcou de noite, e de noite mesmo caminhou o espaço de 2 legoas, e sobre a madrugada derrotou a partida do entitulado Capitão Pedro Ribeiro, matando-lhe hum, ferindo-lhe outro, sem quebra legal, e quando o do. Abreu se retirou no 1 de Setembro 1838, na altura do Petim, tendo caminhado 3 legoas, foi o do Abreu fortemente atacado com mais de forças dobradas, e bem montadas, e todas commandadas pelo entitulado Major Ferrador, a quem já se tinha reunido o celebre Pedro Ribeiro e outros officiaes com suas forças, e depois de hum renhido combate por mais de huma hora, forão de todo os rebeldes destroçados, ficando no campo alem dos feridos mais de 15 mortos, 50 cavallo e boa porção de gado, algum armamento, e areios, ficando da legalidade 1 morto e seis feridos, e entre os feridos o Major Abreu, de huma bala que no principio do combate lhe entrou debaixo da teta esquerda, e por entre as costellas lhe sahio a meio dos peitos, do qual ferimento padeceu bastante.

22.

O Major Francisco Pedro de Abreu, em 7 de Setembro de 1838 seguiu com as forças de seu commando ao Districto do Cahy, e ali derrotou huma força rebelde do commando do irmão de David Canabarro, de nome Duarte Canabarro, ficando este prizioneiro, algum gado e cavallo, sem quebra da legalidade.

23.

O major Francisco Pedro de Abreu, a 4 de Novembro de 1838, seguiu com uma expedição embarcado para a Villa do Triumpho, aonde desembarcado, seguiu por terra dentro com a cavalaria no dia 6 do do. mez, e na volta chamada do Sabino derrotou huma grossa partida rebelde de 80 homens, da qual alem dos feridos ficarão 8 mortos no campo e 12 prizioneiros, entre os quaes o abalisado e valente Antonio Correia,

armamento e 150 cavallos, e voltando a Villa do Triumpho ahi apprehendeu dos rebeldes 22 pipas de agoa ardente e farinha da terra em sorrções, e passando no mesmo dia para a margem direita do rio Jacuhy, seguiu as charqueadas do rebelde e assassino Juca Leão e ali derrotou outra partida de 14 rebeldes, da qual morrerão 6, e entre estes, o perverso Enzio capataz do do. Leão, tomando-lhe cavallos e gado, e com tudo se recolheu o do. Abreu por terra ao acampamento da Picada, com mais de 300 cavallos, e bastante gado para fornecimento das Tropas, Hospitales, e Povo da Cidade, tendo o mais apprehendido e prizioneiros, embarcado, sem quebra alguma da legalidade.

(Os seguimentos destes feitos cada vez engrossarão a fumaça que fazia desfarar a ordens do dia, quando alguma apparecia muito escura).

24.

O Major Francisco Pedro de Abreu em 20 de Novembro de 1838, seguiu do acampamento da Picada embarcado com a força do seu commando, directo a Santo Amaro, e desembarcando repentinamente de madrugada derrotou completamente a força rebelde de Policia, arrojando-se esta aos matos, da qual alem dos feridos, ficou hum morto, e presioneiro o seu commandante o valente Francisco Teixeira, e resgatado o Major Lopo commandante da Artilharia Legal, prisioneiro na Catastrofe de Rio Pardo em 30 de Abril de 1838, e bem assim hum sargento, alem destes tres homens reunidos para serviço da legalidade alguns cavallos e 400 rezes que conduzio por terra algumas 15 legoas, para fornecimento das tropas, Hospitales e Povo, sem quebra alguma da Legalidade.

25.

O Major Francisco Pedro de Abreu, em 24 de Dezembro de 1838, com a força do seu Esquadrão da Barra, se arrojou a sahir fora das trinxeiras, e a romper por entre rebeldes, afim de trazer como trouxe gado para Municipio (sic) das tropas, Hospitales e Povo que se achava em escassez.

26.

O Major Francisco Pedro de Abreu, em 1 de Janeiro de 1839, com parte da força do Esquadrão da Barra, já elevado a 5 to. corpo da G N, seguiu de noite do acampamento da Picada a seguir directo ao Boquerão a distancia de mais de 4 legoas, ali derrotou huma partida rebelde de Policia da qual

alem dos feridos prisionou 6 e entre estes, o intitulado Capitão Francisco Caxoeira, e 20 cavallos bons.

27.

O Major Francisco Pedro de Abreu, em meado de Janeiro de 1839, com a força de seu commando seguiu embarcado 7 legoas pelo rio abaixo, e desembarcando no porto e xarqueada do Conego Salgado, seguiu 12 legoas terra dentro, até o arroio Velhaço, e derrotando algumas partidas rebeldes, das quaes alem dos feridos, peresserão alguns, e ficarão 7 prisioneiros, inclusive o perverço Juis de Paz da Capela do Viamão, Serafim Panela, 100 cavallos e gados que conduzio por terra para fornecimento das Tropas, Hospitaes e Povo: tudo sem quebra da Legalidade.

28

O major Francisco Pedro de Abreu, em 28 de fevereiro de 1839, com a força do 5º Corpo de Cavallaria da G. N. de seu commando, e alguma infantaria, seguiu do acampamento da Picada embarcado directo a Villa do Triumpho e desembarcando ás 4 horas da madrugada no porto chamado do Carvalho, e marchando immediatamente a cavallaria terra dentro, derrotou uma partida rebelde, commandada pelo intitulado tenente-coronel Moraes, o qual arrojando-se ao matto, e mais praças, deixou o seu cavallo arreiado, e roupa, ficando no campo tres mortos e entre estes o perverso e assassino intitulado tenente Damasceno e outro tenente ferido, tomando-lhe 60 cavallos, alguns destes arreitados, porção de gado e armamento, tudo sem quebra da Legalidade.

29

O major Francisco Pedro de Abreu, em principios de abril de 1839 sahiu embarcado do acampamento da Picada, com a força do 5º Corpo de Cavallaria da G. N. de seu commando e desembarcando de noite no Pontal, marchou immediatamente bastantes legoas terra dentro, a resgatar no centro do Faxinal a canhoneira de guerra Liberal, em cuja occasião tambem derrotou uma partida de 20 homens da guarda do intitulado general Antonio de Souza Netto, escapando-lhe este e alguns officiaes de sua comitiva, por se terem adiantado na mesma noite para um convite na Villa do Triumpho, de cuja derrota ficaram no campo 2 mortos, alguns feridos, 13 prisioneiros, a secretaria de Netto e todo o seu fato, arreios, armamento e bocado manço, sendo tudo conduzido em duas carretas, sem

haver quebra da Legalidade. (A farda de Netto e muitas cartas de grandes traidores da Côrte, as levou de Porto Alegre o ministro da guerra Sebastião do Rego Barros).

30

O major Francisco Pedro de Abreu, em 11 de abril de 1839, com a força do seu commando, em companhia dos capitães Paulo José de Abreu e Mariano Martins e algumas praças de infantaria, seguiu do acampamento pelo rio Jacuhy abaixo, a meio da Lagoa dos Patos, distancia de mais de 30 legoas, directo a barra de Camaquã e por causa da ruindade do tempo que affrontava as embarcações e principalmente as barcas que conduziã cavallos, fez seu desembarque acima do lugar da Barra do rio Camaquã e immediatamente por partidas não presentidas reuniu os cavallos que lhe foi possível e caminhou de noite, de 7 a 8 legoas, amanhecendo aonde estava o estaleiro mistico ao do rio, da marinha de guerra rebelde, administrada pelo carcamanho de nome Garibaldi e defendido por uma força rebelde de mais de 60 homens, a qual a não ser avisada por hum rebelde, d. Antonia do Brejo, irmã de Bento Gonçalves da Silva, de certo seria surprehendida, mas estando em armas e sendo fortemente atacados pelo major Abreu, na primeira investida morreram 14 rebeldes, entre estes um chefe de peça, quando pegava fogo na mesma, podendo os outros rebeldes com seu commandante Garibaldi ganhar hum casa ao pé da praia com duas portas para o mar e uma para terra, de forte construção, de proposito para servir de trincheira: a porta do mar defendia os lanchões de guerra que estavam no estaleiro. A vista disto o major Abreu investiu por vezes á entrada da casa, tendo combatido por mais de duas horas sem poder entrar, não só devido ao muito fogo que vinha de dentro, como por estarem as portas crivadas de baionetas. Na ultima investida foi morto junto a porta ao lado de terra o cavallo do major Abreu, determinando então este que fosse ateado fogo á casa, pelo telhado, o qual tão emcalesado estava que nem a força de lenha, sebo, graxa e grande brazido não foi possível penetrar dentro da casa. Na terceira tentativa, depois do emprego de mais materiaes, ficando á mostra os cercados, foi notada grande confusão entre o inimigo, a quem o commandante Garibaldi, bastante receioso, custava a animar, com bebidas e promessas. Estando assim a acção vencida, foi o major Abreu por um buraco da casa, baleado no braço direito, acima do cotovello, por arma de infantaria, cuja bala quebrou a faxe ou o osso em pedaços, pelo que o major Abreu entregou o commando

ao capitão Marianito, ordenando-lhe que proseguisse a acção a qual estava quasi vencida; devido, porém, ao ferimento de Abreu, sua força ficou desanimada, o que sendo observado pelo mesmo, apesar das afflictivas dores que sentia em seu braço, vendo que já era tempo de vir soccorro aos rebeldes, deu ordem de retirada, pois que dos legaes já se achavam 5 feridos e 4 mortos, deixando a acção quasi vencida de todo e assim mesmo ferido se viu na necessidade de animar e commandar a sua gente até o porto de embarque, distante 7 á 8 legoas, já debaixo de guerrilhas dos que vinham em soccorro dos rebeldes e desta maneira embarcou no vapor, escapando com sua expedição com destino á Porto Alegre, gastando 3 dias de viagem. Em sua casa muito padeceu no decurso de 4 mezes. (Em todo este tempo esteve a legalidade paralisada até que no fim do alludido tempo o major Abreu de braço ao peito, entrou effectivamente a bater e perseguir os rebeldes).

31.

O Major Francisco Pedro de Abreu, de braço ao peito ainda lançando esquirulas de ossos de seu braço. Em 17 de Setembro de 1839 com a força do Esquadrão da Barra do seu Commando, seguiu as charqueadas do Coronel de Legião rebel de José Manoel de Leão, e cercando-lhe de surpresa huma guarda no Arroio dos Rattos, seguiu emediatemente e destróçou a partida rebelde do Leão matando-lhe 7 rebeldes, e entre estes o do Coronel Leão, e seu irmão Francisco Leão e o grande perverso e assassino Antonio Turpim, 9 prizioneiros, e entre estes o Ten. Jeronimo de Arbro e o Alferes Inocencio, 100 cavallos, 100 rezes e bois manços, armamento, couros, charque, tudo sem quebra da legalidade.

32.

O Major Francisco Pedro de Abreu ainda de braço ao peito, em 15 de Outubro de 1839, seguiu com huma força de 15 homens do Esquadrão da Barra embarcado ao passo do Cahy no contracto chamado; e desembarcando derrotou em terra huma guarda rebelde, prizionando o commandante José Pedro da Silva, ficando quasi morto hum rebelde, tomando-lhe cavallos e arreios, e 40 e tantas rezes, sem quebra da legalidade.

33.

O Major Francisco Pedro de Abreu de braço ao peito, em fins de outubro de 1839, seguiu embarcado com uma força a

ponta grossa, e por causa do mau tempo que se voltou mas fez o que pretendia, mais sempre presionou 2 rebeldes, e tomou vinte e tantos cavallos.

34.

O Major Francisco Pedro de Abreu de braço ao peito nos principios de Novembro de 1839, seguiu, embarcado com hum força do Esquadrão da Barra do seu Commando directo ao paço da Ponte do Termo da Villa do Triumpho, a auxiliar a passagem do Major Orives para a Serra cuja occasião fez 4 prizioneiros e tomou 20 cavallos bons e 40 rezes, entrando neste numero 13 bois manços para a nação, e hum a boa besta para a Art^a sem quebra da legalidade.

35.

O Major Francisco Pedro de Abreu, encançavel por destruir o partido rebelde formou secretamente o plano de hir a Villa do Rio Pardo em distancia de 30 legoas, de braço ao peito bater os rebeldes. Para o que sahiu do seu acampamento da Picada por terra com 140 praças de cavallaria de seu commando, fazendo ao mesmo tempo seguir por mar 50 infantes, no dia 22 de Novembro de 1839, todos combinados em suas marchas, caminhando elle por terra por exquisitos lugares de noite e dia, e soube entrar em Rio Pardo, quasi sem ser visto, e tal confusão meteu ao commandante da Policia rebelde, Antonio Joaquim Dornellas, entitulado Tenente Coronel que quase sem fazer defeza, se poz em retirada com a sua força, levando diante de si duas bandas de musica, mas o Major Abreu o preseguiu tal velozmente até perto da Cruz Alta em distancia de mais de 2 legoas, debaixo de fogo que matando-lhe hum Cappitão Valente, e ferindo-lhe outros e fazendo-lhe prizioneiros, entre os quaes hum entitulado Tenente perverço e assassino, escapando-se o commandante Dornellas por estar bem montado ficando nesta derrota em poder da força legal, a Musica do 2º batalhão do Mendanha, que tinha ficado prisioneiro em Rio Pardo em 30 de Abril, constante de 30 Musicos, 24 de profissão e 6 aprendizes e hum a banda de 7 cornetas do proprio Batalhão e 2. do, e 6 apresentados para o serviço da legalidade, e dentro da Villa quatro peças de artilharia, 3 de bronze e hum a de ferro, mais de 100 armas de infantaria novas, bastante lanças, pistolas e tercerolas e espadas e cavallos areados, 160 bons cavallos para o serviço da nação, muitas barras de ferro, bastante caixões de aço, 50 meios de sola, pelicas e muitas miudezas de guerra, assim como esporas, bas-

tante fazenda do. perverço Sarrazim e outros, assim com hum Hiatinho do do com milho e farinha da terra, a barca grande da nação de passar animaes, que tambem tinhão sido tomada pelos rebeldes em 30 de Abril de 1838; e tudo tomada conduziu o Major Abreu sem quebra alguma da legalidade a capital de Porto Alegre, aonde chegou no ultimo de Novembro preenchendo 8 dias de ida e volta, empreza esta na verdade que era digna de mais atenção. (mostrava-se interesse que o Major José Joaquim de Andrade Neves commandasse o Major Abreu sempre? e por isso com bastante força se mandou o do Neves buscar humas egoas e cavallos de hum Potreiro perto da Aldea para sahir ambos Tenentes Coroneis no mesmo dia de ali a 7 dias).

36.

O Tenente Coronel Francisco Pedro de Abreu, não se cansando nas suas emprezas, e ainda de braço ao peito, sahiu do seu acampamento da Picada do outro lado do Rio, que divide a Cidade de Porto Alegre, no dia 21 de Dezembro de 1839. Com 158 praças de cavallaria do então 5º Corpo de G. N. e caminhando por terra de dia e de noite ao paço da Villa do Triumpho em distancia de 12 legoas, e dali ao Serro chamado do Roque de onde atravessando serra, e a Serra do Erval para Camaquam, fazendo hum circulo de mais de 60 legoas, dentro do qual derrotou duas partidas rebeldes; Sendo a primeira do entitulado Tenente Coronel Silveirinha da de 50 e tantos rebeldes, logo adeante do Serro do Roque, da qual alem dos feridos, ficarão no campo 5 mortos e 5 prizioneiros, armamento e cavallos areados; a segunda partida de perto de 200 rebeldes, que se tinhão preparado para bater os legaes ao pé do paço do Araça, e socedendo de andar em descuberta da parte dos Legaes o Tenente de 2ª linha Antonio Pedro de Abreu com seis homens, emcontrou a descuberta do inimigo de 6 homens, que envistindo-a lhe matou o mais valente e prisionou os cinco de resto, entre os quaes era o celebre Duardo resabiado, e com o abafamento inteiro da descuberta, se retirou o inimigo, e não esperou combate, e portanto seguiu a força legal para a Capital de Porto Alegre com os prizioneiros e mais despojos, e mais de 500 cavallos bons, dos quaes o do Tenente Antonio Pedro de Abreu tinha reunido mais de 150 cavallos manços, e contudo isto e mais 7 bestas manças para a artilharia chegou na Capital do. Tenente Coronel Abreu com o espaço de 8 dias, em que circulou mais de 60 legoas, sem quebra da Legalidade.

37

O tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu, em 8 de janeiro de 1840, sahiu do acampamento da Picada com 130 praças de seu commando a bater uma força rebelde, além do Morro da Fortaleza, e tendo-se esta evadido, endireitou aos Portões da Feitoria, aonde fez alguns prisioneiros e reuniu 10 homens para o serviço da Legalidade.

38

O tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu, em 23 de janeiro de 1840, sahiu de noite do acampamento da Picada, com 40 praças do 5º Corpo, do seu commando, para a costa do Arroio dos Ratos, em distancia de mais de 3 legoas, aonde dispersou uma policia rebelde e tomou 30 cavallo, 40 rezes e reuniu 4 homens para o serviço da Legalidade, tendo descoberto no meio de uns serros, em uma biboca de matta, uma ferraria rebelde, d'um mestre Virissimo, que com toda diligencia estava fazendo lanças encommendadas pelo ajudante-general rebelde Joaquim Pedro Soares, podendo-se escapar o ferreiro Virissimo, ficando a ferraria inutilisada para sempre.

39

O tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu, ainda lançando esquirulas de seu braço direito, em 28 de janeiro de 1840, secretamente apromptou 150 homens do 5º Corpo de seu commando, com 160 cavallo e mais 9 praças do 3º Corpo e fez seguir tudo das ilhas adjacentes á Capital, embarcando para a mesma, aonde, por causa do vento contrario, só poude chegar ás duas horas da madrugada do dia 29 e fazendo montar todos a cavallo, só conseguiu sair das trincheiras ás 2 1/2 horas da madrugada e seguindo com marchas violentas por caminhos exquisitos e escabrosos, mais de legoa e meia, ao romper do dia se encontrou com o piquete de descoberta da força do tenente-coronel Manoel Carvalho, que montava a mais de 80 homens, matando-lhe 12 destes, fazendo innumeros feridos e aprisionando-lhe mais de 40 .cavallos ensilhados, porção de armamento, sendo a maior parte lanças, recolhendo-se com tudo para á Capital, ás 9 horas do dia, sem quebra alguma da Legalidade.

40

O tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu, em 25 de fevereiro de 1840, seguiu embarcado com a força de cavallaria do 5º Corpo do seu commando e alguma infantaria, desembar-

cando em Ponto Razo, d'ahi seguindo immediatamente aos Passos do Cahy, afim de cortar, segundo combinação com o general Manoel Jorge Rodrigues, a passagem do general rebelde Netto, que com mais de 900 homens vinha da campanha com o intuito de reunir-se ao coronel Bento Glz. da Silva, que se achava perto da Capital com mais de 4,000 homens das tres armas, dispostos a baterem a Legalidade ou sahirem com franqueza para a campanha com todo o exercito rebelde. Mas o tenente-coronel Abreu tal defeza e fortificação fez naquelles Passos que o inimigo não se animou a transpol-os para mutuamente se socorrerem e fazerem a almejada junção. E isto foi feito debaixo do maior risco, porque a gente legal era pouca e a força inimiga muito numerosa, sendo os Passos em numero superior á cinco, conservando-se nessa expectativa até o dia 27, data em que foram chegando as forças leaes da Capital e depois as do Rio Grande, em 5 de março, com as que se completou nos Passos do Cahy o exercito legal, com o seu Quartel General, força sufficiente para embaraçar a passagem do inimigo, não obstante ainda faltarem as forças do brigadeiro Caldeirão, que vinham por terra, do Rio Grande.

41

O tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu, após a chegada da infantaria do Rio Grande, em 5 de março de 1840 no Cahy, nesse mesmo dia, quasi á tarde, foi mandado pelo general em chefe, com uma força de cavallaria, para Taquary, afim de bater a força do intitulado tenente-coronel Thomazinho, o que fez, destroçando-a completamente, matando-lhe mais de 6 homens, ferindo muitos, aprisionando-lhe 5, entre estes um tenente, escapando-se por estarem bem montados os tenentes-coroneis Thomazinho e Chico Ribeiro, ficando em poder do tenente-coronel Abreu todo o fato destes, assim como fardas, bandas, muitos cavallos arreitados e sem arreios, que excederam a 200, armas lanças, a Bandeira da Republica, 50 rezes e 300 alqueires de cal; no mesmo dia passou o tenente-coronel Abreu ao districto de S. Amaro, a perseguir o resto dos extraviados, aprisionando alguns, dos quaes tomou 40 cavallos e constando-lhe que de Cahy, ha umas poucas de legoas em Monte Negro se achava uma força rebelde, a perseguio até o Monte Negro; não vendo senão pequenos grupos de 5 a 6 homens, por cima das coxilhas, retirou-se para Taquary, trazendo os prisioneiros e 600 e tantas rezes, para o fornecimento do exercito e até o dia 27 de março em Taquary tinha o tenente-coronel Abreu reunido para mais de 600 cavallos bons e chamado ao serviço da Legalidade naquelle lugar para mais de 100 homens, sendo

destes 40 moços e ali em Taquary cercado de inimigos, conservou-se com toda a vigilancia, medindo-lhe os passos e dando parte de seus movimentos.

42

Nos fins de março de 1840, chegou á Taquary, ás forças do tenente-coronel Abreu, o tenente da G. N. Guimarães, mandado pelo brigadeiro Caldeirão, que se achava com a columna da cavallaria ao pé de Monte Negro, vindo por terra do Rio Grande, afim de participar ao General em Chefe de sua aproximação, o que sabido de Abreu, foi immediatamente ao encontro da columna, afim de propor ao brigadeiro Caldeirão o muito que convinha da columna se demorar em Monte Negro alguns dias, afim de bater as forças rebeldes que se achavam pela rectaguarda, como pela boa proporção que ali havia para reunir gente, cavallos e gados para fornecimento do exercito legal, já estacionado no Cahy. A nada annuiu o brigadeiro, dizendo que era fóra das ordens que tinha do general, mas o tenente-coronel Abreu sempre conseguiu acompanhar mil e tantas rezes, que bastante trabalho deram para passar no Passo geral de Taquary, e que foram de muita utilidade para o Exercito.

43

O tenente-coronel Abreu, vendo, em abril de 1840, que o Exercito estava desfalcado de gados, aventurou-se a passar o Rio Jacuhy com pequena força de seu commando e romper por terrenos occupados pelo inimigo, com 30 homens, conduzindo da parte do Curral Alto e Serro do Roque, ao Passo do Triumpho, perto de mil rezes, das quaes só passaram com muito trabalho nas barcas 700 e tantas com que se remontou o Exercito. O violento trabalho de conduzir e passar este gado, motivou grande ruina em seu braço direito, o qual ainda trazia ao peito, pelo que na Villa do Triumpho foi preciso abrir-lhe o braço, afim de tirar uma grande esquirula para juntar ás 50 e tantas que já haviam sahido do mesmo. (Nos quatro mezes que este official esteve doente do braço, morre não morre, permaneceu a Legalidade paralizada sem fazer uma empresa e os rebeldes satisfeitos com a morte de Abreu já tinham içado as bandeiras).



Commemoração civica da herma ao General José Gomes de Vasconcellos Jardim, nas Pedras Brancas

Assumiu as proporções de verdadeira consagração a commemoração civica prestada no dia 6 de novembro, na povoação das Pedras Brancas á memoria do inolvidavel general José Gomes de Vasconcellos Jardim, que foi o primeiro presidente da Republica Rio-Grandense.

Essa homenagem constou da inauguração da herma ali levantada pela municipalidade e que se acha collocada á praça Gomes Jardim, á frente do historico cypreste junto ao qual se reuniram aquelle chefe farroupilha, Bento Gonçalves e outros heróis da cruzada de 1835.

Para o acto da inauguração, a herma de Gomes Jardim, erecta á praça do mesmo nome á frente do cypreste historico, foi elegante e caprichosamente ornamentada, com folhagens naturaes e bandeiras nacional e rio-grandense.

Ao alto do cypreste, erguia-se o pavilhão de 1835.

A praça, proximidades e ruas centraes, principalmente as que vão dar ao porto de desembarque, apresentavam garrido e festivo aspecto, com filas de bandeiras que se estendiam ao alto, destacando-se, de espaço a espaço, arcos com folhagens naturaes.

Todos os estabelecimentos publicos e muitas casas particulares apresentavam as suas fachadas ornamentadas.

A ornamentação destacava-se mais junto á herma, no cimo da qual apparecia o busto do heroe republicano.

A herma que é um magnifico trabalho do artista Luiz Sanguin, apresenta significativos dizeres em suas faces.

Na principal lê-se:

“A’ memoria de José Gomes de Vasconcellos Jardim, Presidente da Republica Rio-Grandense, o povo e o municipio de Porto Alegre, 1835 — 1920.

Em uma das faces, figuram: “Nasceu a 8-3-1784. Falleceu a 7-4-1854”, e, na outra: “Foi eleito a 5 de Novembro de 1836. Tomou conta do governo a 6 de Novembro de 1836”.

Na face posterior, destacam-se estes expressivos dizeres:

“E’ sob a evolução das forças conservadoras, nas quaes se synthetizam épocas e estados de cultura, que a historia significa realmente um registro de transformações, para tempos melhores”.

Já pela madrugada, começaram as homenagens á memoria de Gomes Jardim, sendo saudada a alvorada por uma salva de dynamite e pelos accordes da banda do Tiro de Guerra n. 498, que executou o hymno da Republica Rio-Grandense e, após percorrer as principaes ruas da localidade, tocando vibrantes marchas.

Da praça Gomes Jardim, espoucaram girandolas de foguetes.

A PARTIDA DESTA CAPITAL

A’s 10 horas, partiram desta capital varias embarcações, conduzindo autoridades civis e militares, corporações, associações e demais convidados.

Essas embarcações, que se achavam embandeiradas em arco, compunham-se do vapor “Guaporé”, da Companhia de Navegação Pedras Brancas, das lanchas “Artigas” e “Pelotas”, cedidas gentilmente pelo Governo do Estado e diversos rebocadores.

A CHEGADA A PEDRAS BRANCAS

Pouco depois das 11 horas as embarcações chegaram ao Trapiche Municipal das Pedras Brancas, que se achava repleto de pessoas, vendo-se, entre os presentes, o tenente coronel Serafim Silveira subintendente; todos os membros da commissão promotora das homenagens, familias etc.

Effectuado o desembarque e trocados ligeiros cumprimentos, dirigiram-se todos para a rua principal, elegantemente ornamentada, e onde se viam, formados e uniformizados, empunhando pequenas bandeiras rio-grandenses, o Tiro de Guerra local e os collegios dirigidos pelas professoras dd. Honorina Dutra de Carvalho e Vicentina Costa d’Avila.

A CERIMONA DA INAUGURAÇÃO

Organisou-se, então, vistoso e extenso prestito, que puxado por duas bandas de musica da Brigada Militar e por dezenas de cavallerianos, empunhando lanças ao alto das quaes fluctuava o pavilhão de 1835, se dirigiu, ao som de marchas festivas e ao espoucar de foguetes, ao local em se ergue a herma.

Já ali se achava compacta multidão de pessoas, e que recebeu os viajantes por entre aclamações.

Feito silencio e collocando-se junto á herma, falou o dr.

José Montauray de Aguiar Leitão, operoso intendente municipal de Porto Alegre, que pronunciou o seguinte discurso:

O DISCURSO DO DR. MONTAURY

Nenhuma solemnidade me poderia ser mais grata do que esta, em que como mandatario da Municipalidade da Capital do Estado tenho a honra de assistir, prestando uma homenagem singela e expressiva a um dos vultos mais proeminentes da revolução rio-grandense de 1835.

Esta manifestação de culto civico compartilhada pela população do setimo districto deste municipio nos reúne hoje no mesmo logar e á sombra da mesma arvore em que a oitenta e cinco annos esse grande patriota com outros não menos dignos dessa epopeia politica organisavam os planos de revolução, que teve como consequencia a proclamação do regimen republicano em 5 de novembro de 1835 e o da installação em Piratiny no dia immediato, isto é, 6 de novembro sob a presidencia de José Gomes de Vasconcellos Jardim.

Quando pela primeira vez a vinte cinco annos visitei esta povoação, despertou-me a attenção como a todos os forasteiros, esta bellissima arvore, que solitaria sobre uma posição elevada se apresenta em accentuado destaque com uma perenne verdejante vegetação. Um amigo, que me acompanhava me contou a sua historia, que me fez ter por ella um carinhoso e supersticioso respeito.

Mais tarde o terreno, em que ella se achava posto á venda em hasta publica para pagamento de uma divida, foi adquirido pelo municipio, que mandou cercar o local occupado como uma recordação secular aos posteror, de tradição de um glorioso passado.

Precisava-se completar essa licção que a natureza nos offerecia e o illustre conselho municipal designou no seu orçamento os recursos precisos para erigir-se esse modesto monumento, em cujo pedestal foram collocados os restos mortaes do venerando patriota, como um tributo de veneração á sua memoria.

Nenhum dos proceres da revolução e republica rio-grandense, excedeu-o em serviços á causa, pela qual se batiam com a maior abnegação dedicação e valor pessoal.

Decorrida a sua existencia no periodo de 8 de Março de 1783 até 7 de Abril de 1854, foram do seu pleno conhecimento as revoluções da Inconfidencia em Minas, de Pernambuco e da Confederação do Equador e elle bem soube que destinos tiveram os pioneiros do ideal republicano, que deram corpo e alma a esses movimentos, pagando uns com a morte, outros com o degredo o seu devotamento á causa da Justiça e da Liberdade.

Já alcançado em idade, ao romper a revolução, possuidor de grande fortuna, tudo sacrificou pelo seu ideal e a elle coube e ao coronel Onofre Pires da Silveira Castro o inicio da hostilidade pelas armas contra a capital, obrigando o presidente da provincia Fernando Braga a abandonar o governo cuja acção injusta e irritante revoltava o partido nacional.

D'ahi se originaram os memoraveis acontecimentos, que se desenrolaram durante quasi dez annos e que tanto ennobreceram os envolvidos nessa lucta homérica de guerra e em inferioridade numerica, mas cheios de fé pela causa, que defendiam sempre se revelaram pelo valor pessoal, abnegação e generosidade.

E durante toda época revolucionaria continuamente o nome do general José Gomes de Vasconcellos Jardim se vê fulgurar nos annaes desse tempo, como presidente da Republica de Piratiny durante a ausencia do general Bento Gonçalves, ora como representante da assembléa constituinte installada no dia 1.º de Dezembro de 1842 no Alegrete e finalmente nas negociações de paz, ainda como presidente da Republica, estabelecendo condições as mais honrosas para os republicanos, á cuja causa leal e heroicamente serviu desde 20 de setembro de 1835 á 25 de Fevereiro de 1845, data em que foi resolvida no acampamento da Carolina, Poncho Verde a terminação da guerra.

Esse longo periodo de uma existencia, para a qual sobravam os meios de conforto — preferiu esse intemerato farrapo passal-o entre innumeradas vicissitudes não compatíveis com a sua avançada idade e isso justifica o gesto nobre e justo da Municipalidade em render-lhe esse pequeno tributo de gratidão republicana, esforçando para que o seu nome esteja sempre presente a nossa e ás gerações vindouras.

Mas, além da virtude do excelso patriota uma outra o enaltecia, fazendo-o credor do respeito e admiração da sociedade, em que viveu uma vida cheia de bondade para com os necessitados, soccorrendo-os, tratando-os em suas enfermidades, para cujo fim mantinha um hospital ás suas expensas.

A benemerencia desses actos está esculpida na pedra, que cobria o seu modesto tumulo e onde se lê: "Aqui jaz o caritativo pae dos pobres", homenagens do povo prestada á grandeza d'alma do seu bemfeitor.

Foi, portanto, José Gomes de Vasconcellos Jardim um patriota e um philanthropo.

Eis em synthese os motivos por que nos encontramos neste logar á sombra desta mesma arvore bemdita, que tambem abrigou e reuniu Bento Gonçalves, Antonio Netto, Costa Real, Onofre Pires, Canabarro, Lima e Silva, Garibaldi, Zambicari e outros vultos notaveis da historia da Republica Rio Grandense, para

glorificarmos a personalidade, de quem tanto fez pela causa republicana e social.

Mais eloquentemente se manifestarão em nome do Município e do Povo, os illustres oradores commissionedos, sobre a vida objectiva do general José Gomes de Vasconcellos Jardim.

Cumprido o meu dever de executivo municipal, peço ao representante do illustre dr. Presidente do Estado, para levantar o pavilhão rio-grandense, que cobre o busto do inesquecível e virtuoso patriota, pavilhão que com tanto amor defendeu e que a 31 annos fluctua neste Estado, intemerato a demonstrar de quanto o governo republicano é capaz para desenvolver o progresso de um povo.

Que a sua alma como as de todos os martyres, que em nossa Patria se bateram pelo ideal republicano, inspirem sempre os seus dirigentes nos seus exemplos de civismo a bem da sua integridade, prosperidade e de sua hegemonia no continente sul-americano.

As ultimas palavras do dr. Montaury foram abafadas por calorosas salvas de palmas, executando as bandas de musica o hymno da Republica, cantado pelos collegiaes presentes, e que estavam collocados ao redor da herma.

O DISCURSO DO DR. LINDOLFO COLLOR

Em seguida, falou, em nome da municipalidade, o dr. Lindolfo Collor, director d'“A Federação”, e que pronunciou o seguinte discurso, constantemenete interrompido pelos applausos dos assistentes:

“Sr. representante do Exmo. Sr. Presidente do Estado.

Srs. Representantes da Assembléa.

Sr. Intendente Municipal.

Minhas senhoras.

Meus senhores.

Já Marco Aurelio ensinava que o espirito do universo é um espirito social.

Por mais obscura que seja a bocca que os enuncie, e estreito o ambito que os receba, os grandes principios humanos, apenas postos em contacto com a alma do povo, crescem, augmentam de intensidade e de volume e se propagam atravez do tempo e do espaço. Dir-se-ia que ás leis da acustica correspondem, na atmosphera da sociabilidade humana, formulas espirituaes de propagação e percepção do pensamento. Mas a relação que existe entre esses phenomenos moraes e aquellas leis physicas exprime-se por uma evidencia de paradoxo: — Ao passo que as ondas sonoras se dilúem na sua irradiação centrifuga, tornando-se cada vez menos perceptíveis, de sorte que a intelligencia do som bem presto nada mais é do que um murmurio de ruido confuso

e surdo, o pensamento do homem, quando o assignala a condição da universalidade, desenvolve-se, ganha novos horizontes e épocas novas, bate, imperioso e irresistível á consciencia dos povos e atéa, por onde quer que passe, o incendio purificador das revoluções.

Vêde, para exemplo do que vos digo, a Revolução Franceza. A palavra da Encyclopedia gerára a ideia nova, consubstanciada nos direitos do Homem. E na terrível serenidade da manhã de 14 de julho, o povo de Paris arremetteu contra as muralhas da Bastilha e abateu o monstro da tyrannia. Fiscalisado por um prisma restricto aquelle borborinho humano que se espalhava pelas ruas da capital franceza era apenas uma explosão de vindicta dos "sans-culotte" contra uma aristocracia desvairada na prepotencia. Mas o povo de Paris soffria pelo mundo, pensava pelo mundo, agia pelo mundo... Poderia um Cesar deslocado no tempo comprometter, mais tarde, a grandiosa conquista social; poderia um tufão de imperialismo 'varrer a soberana afirmação do povo; poderia o Occidente, banhado em sangue, afundar de novo nas loucuras da autocracia: O germen da ideia nova estava lançado na alma do povo.

Annos depois, reincarnada, fortalecida, revestida de novos attributos mais generosos e mais humanos a ideia resurgiria nas terras livres da America. Bolivar, San Martin, O' Higgins, Artigas, seriam os homens providenciaes que antepôriam á intolerancia do passado a intransigencia ideal das conquistas modernas. A America toda, desde a bahia de Hudson até as planicies da Patagonia, sentiria o contacto magico da ideia que atravessára o Atlantico para transformar o continente escravizado numa theoria de povos livres, integrados na consciencia de si mesmos.

A Revolução de 35, senhores, modificadas as circumstancias de meio e tempo, é a mesma Revolução Franceza. O mesmo é, em essencia o pensamento e virtualmente a acção é a mesma.

Lamentaveis de myopia mental e falta de discernimento critico são os historiadores que para apoucar a significação politica da revolução rio-grandense, affirmam que Onofre e Gomes Jardim, quando entraram em Porto Alegre, na manhã de 20 de setembro, outra cousa não tinham em mente sinão depôr o presidente Fernandes Braga.

Mas eu vos pergunto, senhores, que pretendia o povo de Paris na manhã de 14 de julho? Pensaria elle, acaso, em instituir sobre as ruinas de um mundo antigo a nova éra de fraternidade universal? Não! O rugido formidavel daquella onda humana, procurava, concretamente, muito menos: *A' Bastilha! A' Bastilha!* O grito unioso da multidão era a exteriorisação do seu pensamento colectivo, do seu grande, do seu unico pensamento.

Depõe isto, por ventura, contra a característica de universalidade da Revolução franceza? Como, então, transformar em grande argumento o facto de que a revolução de 35, inicialmente, nada mais era do que um simples levante local contra um governo que se tornára synthese da autocracia e da corrupção?

O povo de Paris agitou-se, tomado de uma cólera sagrada contra o que elle considerava o symbolo da prepotencia, e a Humanidade o conduzio á suprema affirmação da solidariedade universal. O mesmo phenomeno psychologico explica como o povo do Rio Grande se levantou contra um governo execrado que lhe offendia a consciencia unanime, e como os grandes principios politicos da época o atiraram não contra o governo provincial, mas contra o throno, não contra um homem, mas contra uma idéa, não contra um erro de momento, mas contra uma affirmação de seculos.

Fosse qual fosse o intuito que animava Gomes Jardim e Onofre Pires quando, na vespera de 20 de setembro, acamparam na Azenha, o facto é, tanto do ponto de vista moral como politico, que a Revolução de 35 se filia á mesma ordem de idéas que agitária, um decennio antes, esta parte do Continente. Razões de ordem historica reflectidas sobre o scenario da nossa politica fizeram com que só mais de meio século depois a Republica vingasse no Brasil. Mas essa circumstancia não diminúe, antes augmenta e nimba de uma gloria muito maior, o esforço heroico, a abnegação civica, a illuminada crença no futuro da Patria, revelados e postos em pratica pelos nossos gloriosos antepassados, na formidavel epopéa de heroismo e de sacrificios que escreveram em dez longos annos de combates incruentos, sustentados contra o anachronismo politico do imperio.

Os "farrapos" são os verdadeiros precusores da Republica. Si não lhes cabe a primazia no tempo, é-lhes incontestavel, entretanto, a relatividade do exito que fez tremer, no Rio Grande do Sul, as fundações mal seguras da monarchia.

Meus senhores:

Nós estamos congregados aqui, neste pedaço da legendaria terra das Pedras Brancas, para uma singéla e tocante homenagem de civismo a um dos mais devotados, a um dos maiores precusores da Republica no Rio Grande do Sul. Em José Gomes de Vasconcellos Jardim, cuja figura varonil e austéra, eternizada no bronze, ides contemplar dentro em pouco, encontram-se as grandes qualidades typicas da nossa raça: — a bravura, a dedicação civica, a renuncia pessoal, a perfeita lealdade, a idolatria espirital pela terra em que nascemos. Juntae ainda a estas qualidades que vós todos lhe conheceis, a congenita vibração da liberdade e o odio incoercivel por todas as fórmias de oppressão e tyrannia e tereis a exacta reconstrucção moral desse varão extraordinario, nobre expoente de uma rara estirpe de heróes que soube dignamente

recolher, nos rincões do Rio Grande, o legado espiritual do século da Revolução e da Fraternidade.

Folheae a historia da guerra de 35, e sempre que vos encontrades com o vulto de Gomes Jardim tereis a certeza de que a grande causa enfrenta um momento decisivo, ou pelo menos de excepcional gravidade. A' primeira pagina, encontral-o-eis ao lado de Onofre, marchando sobre Porto Alegre e forçando o pró-consul do Imperio a abandonar o poder. Depois, quando parece que a revolução se encaminha para um triumpho indiscutivel, já não tereis no scenario heroico a presença do denodado capitão de milicianos. Mas, quando, mais tarde, após o desastre da ilha do Fanfa,

tremenda

Ferveva inegual lotta tra le immense

Falangi dell'Impero ed i valenti

Di libertà campioni,

e quando, preso e exilado Bento Gonçalves, a revolução parecia descambar, naturalmente, para o declínio, desbaratado o escól do exercito revolucionario, Crescencio em fuga obrigada, Canabarro hesitante, Netto praticamente reduzido á impotencia, eis que resurge na vanguarda dos acontecimentos a figura veneranda desse homem que soube nobremente cumprir a sua missão historica, imprimindo o prestigio da sua acção aos grandes lances em que se jogava a sorte do Rio Grande e da Republica.

Gomes Jardim tem, nessas conjuncturas extremas, a virtude de renovar a fé e infundir novas esperanças no animo dos intrepidos legionarios da democracia. Ao lado desse velhinho encanecido na vida rude dos campos, renasce, renovada e revigorada, a confiança na alma dos moços. Elle é — permitti a ousadia da expressão, á primeira vista absurda — elle é a força conservadora que se pôz a serviço da Revolução. O seu passado de labor pacifico e proficuo, a sua immensa fortuna, o numero dos seus annos que já passava de setenta, tudo isto e mais a austeridade espartana que lhe emoldurava a personalidade respeitavel, tudo isto faz de José Gomes de Vasconcellos Jardim um typo naturalmente conservador, no amplo sentido da expressão. Collocando-se, desde o primeiro instante, ao lado da revolução e dedicando-lhe integralmente os ultimos annos da existencia, elle affirma pela sua palavra e confirma pelos seus actos que a Republica era, realmente, no Rio Grande do Sul, uma aspiração geral e não apenas a generosa utopia de um reduzido nucleo de videntes.

E' nesta accepção, meus senhores, que eu vos digo que Gomes Jardim é a expressão conservadora do Rio Grande irmanada com a causa da Republica. Mas quando uma revolução tem a chancellar-lhe os propositos, o proprio pensamento das classes conservadoras, ella deixa de ser propriamente uma subversão da ordem,

para adquirir mais precisamente as características de uma verdadeira evolução que foi primeiramente moral para se tornar depois politica. E este foi o caso da Republica Riograndense, com cuja vida estava congraçada a propria alma do Rio Grande. Notae mesmo que não ha, fóra desse phenomeno de integridade espirital, nenhum outro elemento psychologico que consiga explicar a força sobrehumana com que o punhado farroupilha poude resistir, num decennio de lucta desigual, ás armas congregadas do throno.

A Republica era para os farrapos, na phrase de Joaquim Pedro "o regimen de todas as virtudes". E diante dessa definição que tanto tem de lapidar quanto de sublime, não é para extranhar que a propria expressão conservadora da provincia se collocasse, pela voz e pelo gesto dos seus mais autorisados representantes, ao lado do ideal republicano.

Essa expressão conservadora tem a sua synthese espirital em José de Vasconcellos Jardim.

A veneração que o Rio Grande republicano tributava ao austéro Patriarcha era sem limites. Escutae commigo a voz de um poeta da época:

Sacrosanta porção da divindade.
Que o fel dilúe da misera indigencia;
Caridosa, sem par beneficencia,
Pavez consolador da humanidade;

Amor á tua Patria, á liberdade,
Philantropia, rectidão, prudencia,
São virtudes, Jardim, que a sapiencia
Ha de louvar-te além da eternidade.

Nos corações um throno te prepara
A gratidão; nem temas que o destrúa
Do tempo estragador a fouce avára.

Não ha poder que o teu renome alúa.
Doura-te tanto a fama quanto é rara
Uma alma bemfazeja como a tua."

Taes eram os attributos excepcionaes, frouxamente debuxados pela minha palavra, que indicaram o nome de José Gomes de Vasconcellos Jardim para a suprema magistratura da Republica, dado o impedimento em que estava o Centauro da Revolução, encerrado numa fortaleza do Rio de Janeiro.

Foi ha oitenta e quatro annos, na data de hoje, senhores, que congregados na Camara Municipal de Piratiny os vultos mais representativos da Revolução, Antonio de Souza Netto ao lado de Gomes Jardim, e a seguir a effigie pensativa de Domingos José de Almeida, a presença suggestiva de Ulhôa Cintra e de Antonio Vicente da Fontoura, a figura veneranda do padre Miguel Justino

Moncada, a par de toda uma silenciosa e concentrada legião de bravos, que se procedeu á eleição do primeiro Presidente da Republica. Grande era a multidão que estacionava dentro e fóra do recinto. O ar que dominava a assembléa era de uma grande, de uma grave, de uma tocante solemnidade. O Rio Grande, cansado de viver escravizado dentro de um systema politico que lhe asphi-xiava as tendencias de liberdade, ia assumir em face do mundo a responsabilidade da direcção dos seus proprios destinos.

A serena physionomia de Gomes Jardim resplandecia de uma serenidade muito maior ainda do que a que todos, de habitual, lhe conheciam. Essa serenidade era feita do sereno proposito de viver ou morrer pela Patria. E o illustre varão demonstrou, desde logo, por palavras e actos, que estava, em tudo á altura do grande encargo que lhe fóra confiado.

Não vos direi, porque isto me levaria a digressões demasiado longas, o que foi em prudencia, em acerto politico, em tino administrativo, o governo de Gomes Jardim.. De sua sobrehumana dedicação á causa da Republica, fala, melhor do que eu, a sua propria palavra.

Nunca esquecerei, senhores, nunca esquecerei porque me orgulho dellas, as lagrimas de commoção que chorei na minha meninice, quando li pela primeira vez essa extraordinaria, essa portentosa pagina de civismo e de dedicação á Patria estremecida, que é o manifesto inaugural de Gomes Jardim ao povo do Rio Grande. "Riograndenses!...

Eu sou feitura vossa, e esse titulo honroso me assegura a vossa franca cooperação, para superar os obstaculos que se oppõem á nossa felicidade.

Proclamando solemnemente á face dos céus e da terra a nossa independencia politica, déstes um novo exemplo aos tyrannos de quanto póde um povo brioso, que quer ser livre. As bases do grande edificio social estão já levantadas; o resto depende de vossa virtude, vossa constancia, vossa nobre coragem e vosso ardente patriotismo. Sustentae, pois, a vossa obra, conheça o mundo inteiro que os riograndenses são dignos da liberdade.

Unamo-nos, caros compatriotas, para debellar os inimigos do nosso socego e da nossa prosperidade. A causa que defendemos é a causa da justiça contra a iniquidade; é a causa dos povos contra os seus oppressores; é, finalmente, a causa dos riograndenses livres contra os escravos de uma côrte viciosa e corrompida; unamo-nos, outra vez vos digo, e os pendões da Republica tremularão ovantes em toda a redondeza.

Todavia, si por uma cruel fatalidade, a deusa da victoria não secundar os nossos esforços, pereçamos antes do que entregarmos nossos pulsos aos ferros do captiveiro; converta-se este bello paiz em um ermo, e sobre suas cinzas, sobre nossos cadaveres inse-

pultos e tintos ainda de sangue, — triumphem embora os tyrannos, tenham o prazer canibal de contemplar com o rosto immudado, as ruinas da Patria, mas ao menos não possam escarnecer de nossa desgraça.

O nome riograndense será então lembrado com respeito e saudade pelas nações do universo,, que, admiradas de tanto valor e de tanto patriotismo, dirão: Ali existiu um povo infeliz, mas virtuoso; preferiu antes morrer livre, do que viver escravo!"

Meus senhores.

Porque o espirito do universo é um espirito social e porque os grandes principios humanos, apenas postos em contacto com a alma dos povos, crescem, augmentam de volume e de intensidade e se propagam atravez do tempo e do espaço, a semente lançada no Rio Grande pela nobre geração de 35 produziu os seus fructos com a grande geração de 89.

Em vez de um ermo convertido em cinzas, como temia Gomes Jardim, o idolatrado torrão gaúcho é hoje, num admiravel regimen de liberdade e ordem, a realisação do generoso sonho farroupilha. Com a transferencia no tempo, o advento da Republica conservou-nos a unidade nacional. Mas para tanto foi myster que se operasse, antes, no resto do paiz, a evolução moral e mental a que o Rio Grande já tinha attingido quando, ha oitenta e seis annos, proclamou a Republica de Piratiny.

O bronze que vamos inaugurar, em frente do cypreste a cuja sombra Gomes Jardim e Bento Gonçalves, illuminados pelo amor da Patria, tantas vezes lhe discutiram os gloriosos destinos, tem por tudo isto, para nós, os republicanos de hoje, a significação de um grandioso prenuncio historico que nos esforçamos por honrar, olhando para os exemplos dos nossos maiores e imitando-lhes a sua admiravel grandeza na dedicação á Patria.

Que a heroica povoação das Pedras Brancas receba e guarde com religioso carinho o busto do Patriarcha da liberdade! Entregando-lhe esta herma em nome da municipalidade de Porto Alegre, são estes os votos que eu formulo pesaroso por tão pouco vos haver dito de Gomes Jardim e triste porque vejo que na sentida expressão da minha palavra não coube resonancia de tanta gloria.

Fartos applausos e salvas de palmas cobriram as ultimas palavras do orador.

O DISCURSO DO DR. PLINIO CASADO

A seguir, falou o dr. Plinio Casado, interpretando os sentimentos da população de Pedras Brancas.

Começou o orador dizendo que do alto daquela collina, contemplando o azul das aguas, a esmeralda dos campos, a tur-

queza diaphana do céu, quem não sentirá em alta hora, que nos ficará indelevel o saudavel optimismo e a denominação de um doce pantheismo que a inspiração de José Bonifacio burilou em versos admiraveis.

E assim como a vista se alonga e se perde na successão dos horizontes, assim tambem nossa visão interior penetra nas paginas da historia.

E essas aguas marulhosas do Guahyba, esses campos e esse céu admiraveis, de uma paysagem acariciadora e bella, devem ser os mesmos de 85 annos atraz, quando Gomes Jardim e Bento Gonçalves partiram para a gloria e para a immortalidade.

Ali estiveram os dois heroes, ali partilharam o mesmo pedaço de terra que pisamos e os olhos da alma descobrem nesse sólo sagrado os passos de ambos os republicanos, a quem rende homenagem mais sincera da sua admiração, do seu respeito.

Tudo nos fala hoje, neste dia da glorificação: as plantas, as arvores e aquelle vegetal augusto (referindo-se ao cypreste) marco da sagrada predestinação historica.

Foi esse cypreste o testemunho das aspirações de liberdade de Gomes Jardim, quando embarcava no temerario bergantim da cruzada republicana. E hoje ali estão sob essa arvore de um silencio mais eloquente que a palavra humana, uma demonstração de que a justiça não falha, pois uma sentença deslumbrante fez cahir sobre a cabeça de Gomes Jardim a corôa da immortalidade.

A homenagem que ora se presta nos dá uma lição de historia, uma lição de educação civica. Não se comprehende Gomes Jardim isolado. Elle vale toda a sua época. A solemnidade a que assistimos tem sobretudo a significação de que se está aqui para se render homenagem ao homem que amou a Republica sobre todas as cousas abaixo da Patria.

Estamos junto ao monumento que se inaugura para affirmar o nosso amor pela Patria, o nosso amor pela Republica.

Significa, tambem, que, inspirando-se nas lições de civismo que nos deram os heróes, devemos imital-os para servir a Patria e a Republica. E' o nosso dever: servir a Patria no governo, na administração, na tribuna, na imprensa, no campo. Actos, palma, penna, enxada e arado são os meios de servir a Patria, bem como a espada para desagravar a honra nos campos de batalha.

E' este o dever da geração actual que recebe essa herança da geração passada, para transmittil-a — á geração futura.

Em seguida, o orador, tratando em termos entusiasticos de referencias feitas ao heróe rio-grandense pelos drs. Montaury e Lindolfo Collor, entra a analysar o movimento republicano de 35, comparando-o com o de 17, em Pernambuco, Inconfidencia Mineira, revoluções da Bahia e Maranhão e Confederação do

Equador, terminando por glorificar Gomes Jardim e os seus companheiros de luctas republicanas.

E declara que a bandeira nacional podia hoje tremular naquella local, pois a revolução de 35 devia ser commemorada em todo o Brasil, a ella se devendo a concepção republicana de todo o paiz.

Os corações de bahianos, cariocas, pernambucanos, mineiros, paulistas e outros devem palpitar nesta hora, como palpita o coração do rio-grandense.

E' uma solemnidade nacional.

A seguir, diz ser grande a gloria do povo de Pedras Brancas, naquella região da terra brasileira em ver perpetuar no bronze o valor e o heroismo de Gomes Jardim.

Agradece o comparecimento do representante do benemerito Presidente do Estado e dos demais presentes e a palavra quente, fina, de um exquisito paladar intellectual, de um fino lavor litterario do dr. Lindolfo Collor.

O povo de Pedras Brancas precisa dizer tambem que antes de vir para o bronze, a estatua de Gomes Jardim tinha um pedestal no coração de cada um dos seus filhos.

As ultimas palavras do dr. Plinio Casado foram abafadas pelas salvas de palmas calorosas dos assistentes.

A CONFERENCIA DO TENENTE SOUZA DOCCA

A's 17 horas, no Theatro Gomes Jardim, o tenente Souza Docca leu a seguinte conferencia sobre a personalidade do primeiro presidente da Republica Rio-Grandense:

Sr. Dr. Intendente Municipal.

Sr. Presidente da Commissão dirigente dos festejos em homenagem a Gomes Jardim.

Exmas. Senhoras.

Meus Senhores.

A presença no alto desta tribuna de uma pessoa de tão poucas luzes como a que aqui se encontra, perante um auditorio como este selecto e culto, é mistér que seja justificada para o julgamento da consciencia de quem em tal circumstancia assim se expõe.

A minha situação neste momento eu justifico dizendo simplesmente: estou cumprindo ordens!

Escalado pelo presidente do Gremio Gaucho de Porto Alegre para interpretar os sentimentos dessa nobre e patriotica sociedade, nesta glorificação de um dos maiores vultos da cruzada farroupilha, e affeito de ha muito ao velho e judicioso preceito militar — as ordens cumprem-se, não se discutem, não pude fur-

tar-me em aceitar o pesado encargo que me foi commettido e eis como e porque estou occupando vossas benevolentes attentções.

O Gremio Gaucho comprehendendo que um povo sem tradições, sem a raiz profunda e solida do passado, que vincula o presente a épocas recuadas de sua historia, em uma concatenação de idéas e de factos indissoluveis, é qual caravana de beduinos errantes a pisarem indifferentes as terras por onde passam ou como uma planta aquatica, que deslisa sem norte, a tóa, a mercê das correntezas ou impellida pela onda rumorosa das enxurradas, esculpiu em seus estatutos, como um dos principaes motivos de sua existencia, um culto sadio, consciante e nobre pelos nossos maiores, concorrendo assim para a nacionalisação de nossa Patria, visto que é esse o meio mais seguro, mais efficaz e mais pratico de accentuar os elementos que a caracterizam. E assim pensando o Gremio Gaucho não podia deixar de ter na alta conta em que tem as lições de altruismo de abnegação e de coragem que nos legaram os heróes do epico decennio rio-grandense e por isso, adoptou como seu o vibrante e formoso hymno farroupilha e o tricolor pavilhão que os centauros gauchos tanto amaram e ennobreceram.

José Gomes de Vasconcellos Jardim, que pertenceu a essa geração de fortes, não é para o "Gremio Gaucho" sómente o nome de um homem rico, honesto e bom, que funda e mantém hospitaes a sua custa, um philantropo inteiramente votado á pratica do bem e que nesse afan piedoso santo passou annos a fio, com a dedicação de um verdadeiro apostolo da caridade, não é sómente isso, que muito e muito seria — é tambem um symbolo vivo das tradições sem macula do gaucho altivo e nobre, do verdadeiro monarcha das cochilhas, sincero e franco e que não cessa de cantar:

"Não basta para ser livre
ser forte, aguerrido e bravo,
povo que não tem virtudes
acaba por ser escravo."

Foi, pois, Gomes Jardim, um homem representativo, um raro typo de virtudes civicas e moraes e por assim o considerar o Gremio Gaucho aventou a idéa da consagração que ha pouco se realisou, aquella consagração que o levantou da quase esquecida e ignorada sepultura em que jazia para, resuscitado nas linhas magestosas do bronze em que foi fundida a sua herma, assental-o no alto de uma columna reintegrado no coração do povo, de onde nunca mais ha de sair, porque a "estatua", como disse notavel escriptor, é um ser immortal entre os seres vivos."

Gomes Jardim revelou e manteve desde os mais verdes annos uma firmeza de idéas e uma rectidão de conducta que só aos grandes é dado possuir.

Devotado em extremo á sua Patria, o nosso amado Brazil, sempre se interessou pelos seus destinos e nunca deixou de attender os seus chamados em situações difficeis, e assim coube-lhe a gloria e a ventura de tomar parte effectiva e brilhante em todas as campanhas sustentadas aqui no sul, desde 1801 até 1828, nas quaes conquistou os galões de alferes, de tenente e de capitão, por actos de bravura, por serviços relevantes, como se vê do registo dessas patentes.

Tornou-se tambem notavel, desde muito joven, pela generosidade do seu magnanimo coração, sempre aberto á pratica do bem, e por isso, já antes de 1835, gosava do alto, do altissimo e invejavel titulo de benemerito, que lhe fôra conferido pelo povo, em signal de gratidão, como se pode ver de documentos existentes no archivo publico do Estado.

Desde 1834, pelo seu grande e merecido prestigio, pela sua coragem, sinceridade e ardor com que defendia as causas nobres e justas, sua casa aqui em Pedras Brancas tornou-se o centro, o areopago, das reuniões dos magnates do partido liberal, dos chefes continentinos, para tratarem da defesa dos rio-grandenses oprimidos, e foi ali que se tramou a revolta, foi ali que se preparou o campo para a revolução que explodiu fragorosamente na véspera da primavera de 1835, a grande revolução rio-grandense, que revelou ao mundo a existencia de um povo altivo e forte, que sabia com entranhado amor e com abnegação e coragem extraordinarias, defender os seus direitos de liberdade, resguardar a sua honra e que por isso não lia na cartilha de Pope, o famoso britannico cantor dos *Pastoraes* que em celebre carta dirigida a um amigo fez esta profissão de fé politica e religiosa: "Eu creio que todas as egrejas são de Deus e que todos os governos vêm de Deus, tanto assim que são bem conduzidos. Por isso mesmo a minha politica é estar com os governos para evitar complicações á minha pessoa, e a minha religião é estar com a igreja da terra onde me encontre, para conservar a paz de minha consciencia."

Isto, isto senhores, nos tempos de ouro de 1835 seria uma ignominia, uma verdadeira mancha indelevel, eterna.

Resalta dahi a necessidade, o dever patriotico, de se recordar e cultuar a memoria daquelles que entendiam que o "grande cumplice da tyrannia é o silencio" e que "não atacar o despotismo é a maneira mais covarde de servil-o", segundo o conceito profundo de Vargas Vila.

No culto pelo passado existe a forma mais significativa, mais real, mais produtora de manter a grandeza moral da nação, porque como já pontificou alguém, "é a recordação do passado

que constitue a nacionalidade de um povo.” E Homero, o divino cantor da *Iliade* mil annos antes de Christo, já ensinava que nada devíamos poupar para honrar os nossos grandes mortos.

Da pratica continua e pura desse culto nasce o amor da Patria, sagrado, consciente.

E o amor, segundo Platão, é o soccorro mais seguro e mais efficaz que os deuses deram aos homens para que estes pudessem attingir á verdadeira felicidade, porque não ha guia mais seguro para a boa vida do que o amor, visto que nem o nascimento nem honras nem riquezas, conduzem ao bem como o amor e não ha homem tão vil que o amor não faça devidamente inspirado pela mais energica das virtudes, tornando-o em nada inferior ao que é naturalmente bravo.”

Foi, sem duvida, meditando sobre essas grandes verdades que Alibert chegou a esta conclusão na *Physiologia das paixões*: “Somente ao homem é dado aperfeiçoar o sentimento da coragem e eleva-lo incessantemente acima das puras impulsões do instincto.”

Os farroupilhas nos legaram magnificos, extraordinarios, dignificantes exemplos de amor á liberdade e de civismo, defendendo o patrimonio moral que herdaram de seus antepassados.

O Rio Grande do Sul contava em 1835, noventa e oito annos de vida e nesse espaço de tempo seus filhos, em nome da liberdade e pela Patria, haviam sustentado 11 campanhas, durante 76 annos de luctas incessantes — expulsando o invasor audaz, libertando pedaços da Patria pelo inimigo conquistados, reintegrando no territorio nacional a vasta ubertosa e cubiçada região das Missões Orientaes. Era, pois, um povo de fortes, um povo talhado para as luctas, nas luctas retemperado e por isso não podia, qual um misero cordeiro, submeterse ao jugo ferrenho e brutal de um improvisado senhor.

Mas o governo existente no Rio Grande do Sul não comprehendeu ou não acreditou nisso e quiz implantar o despotismo — não sabia ainda avaliar o quanto póde e do que é capaz um povo altivo e viril quando se bate com ardor pela causa nobre e santa da liberdade. E por isso, esse governo, só percebeu a borrasca á ultima hora, e então, transido de pavor, cheio de espanto, e na ancia de uma salvação, mandou agentes seus assalariar braços mercenarios nas colonias visinhas, para a defesa de sua autoridade.

Era tarde — a procella estalára e a onda encapellada da indignação publica num crescendo formidavel, com Onofre Pires e Gomes Jardim á frente, foi de roxo sobre a capital gaucha, cujas portas cederam. Foi expulso em nome do decore dos rio-grandenses livres, o presidente arrogante e injusto e substituido o commandante das armas atrabiliario. Só então esse governo

percebeu o quanto doeram aos rio-grandenses as offensas que lhes atirára, do alto de seu posto, fiado na impunidade.

Em seguida á fuga de Fernandes Braga os revolucionarios tomaram conta do governo em Porto Alegre e, em momento de feliz inspiração, nomearam Gomes Jardim para dirigir o policiamento da cidade. No exercicio dessas funcções, com rara energia e louvavel prudencia, que reflectiam a grandeza de sua alma, a generosidade de seu coração, evitou Gomes Jardim que fossem praticados muitos actos de violencia pelos revolucionarios exaltados, dirigidos por Pedro Boticario, que proclamava que as cousas não se comporiam enquanto não se jogasse peteca pelas ruas com a cabeça dos gallegos!

Entre os muitos factos da historia patria que ainda não foram sufficientemente esclarecidos, figura a grande revolução farroupilha, quanto ao seu verdadeiro fim primordial, isto é: o intuito dos seus principaes chefes, e dahi o julgamento injusto de uns, o endeosamento de outros.

As causas dessa revolução são bem conhecidas, já estão perfeitamente determinadas, e quem nellas fixar a attenção em meticoloso estudo, sem perder de vista o passado e a educação dos homens que dirigiram a insurreição, não terá difficuldades em lobrigar-lhes os intuitos ao se levantarem contra o governo provincial, com as armas na mão.

Esse vestigio da verdade, que se manifesta ao principio, como o tenue fio d'agua em a nascente de um rio, como este, que se avoluma e cresce aos nossos olhos á proporção que sem perder-lhe o curso o seguimos, se nos depara clara, grandiosa e sublime e chega a ser convicção, á medida que devassamos os documentos da época e o proceder dos homens que nella tiveram actuação proeminente.

Todas as causas do formidavel levante acham-se explanadas no manifesto que Bento Gonçalves publicou cinco dias depois da deposição de Fernandes Braga. Os intuitos da revólta estão ahí indelevelmente estereotypados. E' desse importante documento este trecho: "Camaradas! vossos votos e vossas justas exigencias já estão satisfeitos. Caducou aquella autoridade cujo manto cobria os attentados de homens perversos, que tem conduzido esta benemerita provincia á borda do principio."

Não se pôde expressar de modo mais claro os fins do levante: as exigencias estavam satisfeitas porque não existia mais o governo oppressor. E corroborando essa affirmativa accrescentou no manifesto: "Cumprimos, riograndenses, um dever sagrado repellindo as primeiras tentativas de arbitrariedade em nossa cara patria; ella vos agradecerá, e o Brasil inteiro applaudirá o vosso patriotismo e a justiça que armou vosso braço para depor uma autoridade inepta e facciosa e restabelecer o imperio da lei; cor-

restes emfim ás armas para sustentar em sua pureza os principios políticos que nos conduziram ao sempre memoravel *sete de abril*, dia glorioso de nossa regeneração e total independencia.”

Importava isto não só em firmar de modo ineludivel os fins da rebelião, como assegurar fidelidade ao throno, e para que sobre este ponto nenhuma duvida pairasse, julgou o chefe do movimento conveniente repetir: “Não tivemos outro objecto, não nos propuzemos outro fim, que restabelecer o imperio da lei, afastando de nós um administrador inepto e faccioso, sustentando o throno do nosso joven monarcha e a integridade do imperio.”

Essas idéas continuaram ainda a ser sustentadas em 1836, por Bento Gonçalves, Bento Manoel, Antonio Netto, Domingos Crescencio e outros, quando se tratou da posse de Araujo Ribeiro, que, fiado nas promessas e na palavra desses chefes veio para Porto Alegre afim de ser empossado no cargo de presidente.

Será uma calúnia á memoria de Bento Gonçalves, duvidar-se de sua sinceridade quando escreveu ao seu primo e amigo, dissuadindo-o dos “boatos de republica” e o convidando para que quanto antes assumisse o governo.

Como ultima e esmagadora prova de que o eminente chefe farroupilha não se poz á frente do movimento revolucionario com intuitos de republica e separação, existe a carta por elle escripta ao general Gaspar Menna Barreto, em 15 de março de 1840, e portanto dois annos depois de seu manifesto de 1838, onde se declarou abertamente pela republica. São dessa interessante missiva estes trechos: “Empunhamos as armas para resistir á oppressão, não tínhamos então idéa de mudar a forma de governo estabelecida; mas as atrocidades e violencias praticadas pelo governo do imperio, seus agentes e delegados, nos forçaram a proclamar nossa independencia.”

Havia, ninguem poderá negar de boa fé, muitos rio-grandenses illustres com idéas republicanas; a maioria do povo tinha notavel tendencia para a republica, e todos aspiravam a liberdade e combatiam com fervor, sem esmorecimentos, os que fossem infensos ás suas idéas democraticas e nacionalistas. Convem advertir que não emprego o termo nacionalista com o sentido regional, como muitos querem. Os farroupilhas souberam amar o Brazil acima de tudo e em holocausto a esse grande amor depuzeram as armas em 1845, visto que “um poder extranho ameaçava a integridade do imperio e tão estolida ousadia jamais deixaria de ecoar em seus corações de brasileiros”, como registrou o general em chefe do exercito rio-grandense em memoravel ordem do dia. Teve pois, a grande revolução riograndense duas correntes de idéas differentes: uma queria apenas a deposição do presidente da provincia e a substituição do commandante das armas, estavam ao lado desta os homens de maior

prestigio, os chefes do movimento; a outra queria a republica e consequente separação da provincia, podendo entretanto a esta serem confederadas as demais do imperio que adherissem a essa forma de governo; eram seus adeptos sinceros e ardorosos muitos riograndenses e alguns filhos de outras provincias, industriosamente incitados por carbonarios foragidos e por politicos dos paizes platinos, que aqui agiam como delegados de Rosas e do governo oriental.

A primeira daquellas correntes fez a revolução e a segunda a aproveitou, assenhoreou-se da situação e a dirigiu, e assim, mais uma vez, se confirmou o conceito de Napoleão, o grande, de que "em quasi todas as commoções populares ha duas especies de homens: uns são os que as promovem; outros os que as aproveitam."

E por isso, exactamente por isso, a lucta que deveria cessar com o triumpho da revolução ou em seguida a chegada aqui do presidente nomeado pelo governo central, o presidente pedido pelos revolucionarios, continuou, e para que mais se prolongasse ainda, foi necessario que se combatesse por um novo ideal e então a republica se impoz a todos, como uma necessidade urgente inadiavel e o galhardo Antonio de Souza Netto foi obrigado a proclama-la em seguida ao bellico feito de Seival, em 11 de setembro de 1836.

Achando-se ausente Bento Gonçalves por ocasião da organização do primeiro governo republicano e não querendo os farroupilhas que o poder fosse exercido interinamente, elegeram Gomes Jardim para presidente da Republica durante a ausencia do illustre chefe, em 6 de novembro de 1836, precisamente ha 84 annos, e na mesma data, perante uma assembléa de homens notaveis pela rigidez de character, pelo amor ao Rio Grande e pelo heroismo, foi empossado naquelle alto posto.

Não podiam os destinos do novel Estado cair em mãos mais firmes nem encontrar mais leal servidor ou coração que por elles pulsasse com maior affecto, com verdadeiro desprendimento, como se revelou não só no inicio difficil da vida da Republica, como durante seus tristes, tristissimos e lutuozos dias de 1842 quando ella profundamente golpeada por dissensões partidarias, caiu, moribunda em suas possantes mãos, e ahi, vivificada pela extraordinaria energia desse homem extraordinario, desse luctador de fibra, que foi Gomes Jardim, resuscitou, como a phenix da fabula, das proprias cinzas, e poudo ainda viver mais 3 annos de luctas homericas, assombrosas.

E esse brasileiro illustre, esse grande bemfeitor da humanidade, esse vulto eminente do epico decennio riograndense é, entretanto, quasi desconhecido da geração que vive, seu nome só é familiar aos estudiosos; o povo, pôde-se dizer, desconhece-o.

A culpa desse esquecimento porém, recáe, se não em todos, em quasi todos os historiadores nem sempre justos, nem sempre imparciaes, nem sempre bem orientados e por esses motivos altamente lamentaveis, têm sido postos á margem os nomes gloriosos e symbolicos de Manduca Carvalho, Guedes, Juca Theodoro, Amaral Ferrador, Teixeira Nunes, uma centuria enfim de farroupilhas illustres cujos feitos bellicos assombraram luctadores da fama e da força de José Garibaldi, o grande heróe italiano que lhes foi auxiliar e companheiro prestimoso, e nunca chefe como se o tem feito figurar em batalhas campaes.

Ha um historiador riograndense que chega a dar a Garibaldi o commando de uma brigada farroupilha, cousa que elle nunca exerceu, em época que nem ao menos no Brasil se achava! E Victorio Bucelli, em seu livro *Uma viagem ao Rio Grande do Sul*, com a sua penna, transporta Garibaldi, em 1835, não sei de onde, para aqui, para Pedras Brancas e o figura confabulando com Bento Gonçalves sobre os planos da revolução farroupilha, á sombra de uma *figueira* que paginas adeante metamorphosea em *umbú*.

Quem aqui, sobre tão magno assumpto conferenciou diversas vezes com o querido e popular chefe farroupilha foi, como todos nós sabemos José Gomes de Vasconcellos Jardim e, segundo a tradição popular, á sombra daquelle cypreste, em cujas proximidades foi erigida sua herma. Entretanto aquella e outras mentiras sobre a nossa historia, foram pagas a peso de ouro. . .

Garibaldi tem sido muito endeosado em nosso meio, e é de lamentar que isso se tenha feito ás custa do esquecimento dos verdadeiros heróes farroupilhas, os nossos virtuosos avós.

O auxilio do destemido italiano aos farroupilhas foi grande, valioso mesmo se quizerem, mas os seus serviços aqui não sobrepujam nem foram mais vantajosos á nossa causa que os dos chefes e até de muitos officiaes subalternos do exercito riograndense.

Por tudo que acabo de referir, não é sem pesar, sem verdadeira magoa mesmo que eu vejo, toda vez que passo pela cidade de Rio Grande, o bello monumento de Bento Gonçalves, por ver que este é acompanhado na perpetuidade do bronze sómente pelo galhardo Antonio Netto e José Garibaldi, dignos, especialmente o primeiro, dignos pares do excelso chefe farroupilha, mas inquire, consternada, minha alma de brasileiro, quer saber, cheio de apreensões e zelos o meu amor pelo Rio Grande e pela sua historia, porque foram esquecidos nesta glorificação: Canabarro — o destemeroso, que pelas suas grandes qualidades militares foi, em 1839, o chefe aclamado para a arriscadissima e difficil expedição á Santa Catharina, onde revelou energia e em alto gráu, e que depois, em 1840, para salvar a Republica

e livrar o exercito riograndense de uma verdadeira hecatombe ou de uma rendição em massa, concebeu e levou a effeito a celebre travessia por Cima da Serra, que o conselheiro Araripe qualificou de incrível marcha e que é ao mesmo tempo um grandioso feito militar, que põe em relevo o estoicismo inexcédível e a virilidade portentosa de uma geração de fortes; Canabarro, que foi o esteio vigoroso que sustentou a Republica em seus ultimos e agitados dias, e que, por um acto de energia e de audacia, que só os grandes praticam, conseguiu uma paz honrosa; e Portinho, José Gomes Portinho, que tambem foi soldado illustre e que é entre todos o typo mais perfeito do vero republicano; como esqueceram — João Antonio, que foi no dizer conceituoso e fluente de Alfredo Varela “o mais alto expoente moral da revolução, o vero e perfeito symbolo vivo das populações chans da campanha, ao mesmo tempo robustas na alma e nò corpo, que esposaram apaixonadas as causas da independencia”; e Fontoura, o grande, austero e integro Vicente Antonio da Fontoura, que pelos esforços empregados, pelo devotamento e lealdade, pela intelligencia e energia com que se houve nas diversas comissões tratando da paz, quer junto ao conde de Caxias, quer junto ao governo imperial, na còrte, deve ser considerado como um dos maiores entre os grandes heroes do feito celebrado a 1.º de março de 1845, em Ponche Verde; e pode haver mais clamorosa injustiça do que se esquecer a personalidade illustre de Domingos José de Almeida, a cabeça pensante da Republica e autor esclarecido do projecto da constituição farroupilha? E, para não citar outros, porque iria muito longe, citarei porfim a ausencia naquella consagração do 1.º presidente da Republica Rio-grandense e um dos mais illustres dos seus devotados e bravos soldados — José Gomes de Vasconcellos Jardim que, no dizer de Assis Brasil, “não levo em conta o peso dos annos nem os cuidados de uma grande fortuna, para arrojarse á defesa de seus ideaes” e que no cumprimento dessa missão sacrosanta tudo perdeu, menos a honra, que transmittiu intacta á familia empobrecida.

Bento Gonçalves devia estar só naquelle monumento, como uma homenagem excepcional aos seus grandes meritos, como typo representativo que foi da altivez gaucha, da bondade e da coragem dos riograndenses e da dedicação dos brasileiros no amor de sua patria ou acompanhado por aquella pleiade de semi-deuses do Rio Grande, porque cada um representa uma época, um capitulo da vida da Republica farroupilha e ninguem poderá synthetisar essa vida em um monumento ou desenvolvê-la nas paginas de um livro, citando uns daquelles nomes, esquecendo outros, sem que commetta o imperdoavel crime de truncar a historia.

Essas faltas lamentaveis, essas injustiças clamorosas e que

doem, mostram cada vez mais a necessidade de consagração como a que hoje assistimos e por isso para ella o "Gremio Gaucho" concorreu com alma e coração.

E' um dever de honra, é o pagamento de uma divida de gratidão, perpetuar no coração do povo o nome daquelles brasileiros que com valor, bravura e fé, estoicidade e grandesa d'alma, escreveram a epopéa farroupilha — um dos mais soberbos capitulos da nossa historia republicana e que é ao mesmo tempo o livro de ouro do Rio Grande do Sul heroico.

Entre as grandes luctas sustentadas em todos os tempos na defesa de um ideal ou em prol da liberdade, figura brilhantemente o prodigioso decennio farroupilha.

Quem estudar os feitos dos riograndenses nesses dois quinquennios dignos de memoria terá a impressão de ler as lendas romanescas dos cavalleiros medievaes: cada luctador apparece como um heroe e muitas vezes tal qual verdadeiro semideus.

Os centauros idealizados na imaginosa lenda grega e que a historia mythologica perpetuou, passavam do dominio da fabula para o da realidade, porque existiram de facto no Brasil meridional — os farroupilhas! Com a notavel circumstancia, porém, de que não houve Hercules portentoso, com forças sufficientes para os debaratar — depuzeram as armas com honra e gloria, por meio de uma paz negociada de potencia a potencia e continuaram a viver liberrimos e altivos em sua amada Thessalia — o formoso e querido Rio Grande do Sul.

* *

*

A memoria de um varão de tão altas virtudes e de tão assignalados feitos como Gomes Jardim, não podia permanecer no esquecimento, porque isso importaria na mais negra das ingratidões causada pelo nosso pouco apreço por aquelles que souberam se elevar nos elevando.

A divida está felizmente resgatada, pela alta comprehensão civica do governo do municipio de Porto Alegre e pelo patriotismo, nunca desmentido, do povo generoso e nobre de Pedras Brancas. E o "Gremio Gaucho" que, pela voz e accção autorisadas e patrioticas de seu presidente, muito concorreu para a dignificante consagração que hoje assistimos, ao ver a idéa transformada em esplendida realidade, com a alma de joelhos e o coração á mostra, numa concentração profunda, cheia de uncção e de fé, de amor e de esperanza, invoca os manes de nossos avós, pedindo-lhes que, com os exemplos de seus grandiosos feitos, inspirados sempre na defesa da liberdade, na pratica do altruismo e no culto de suas patrioticas virtudes — esclareçam o nosso es-

pirito, illuminem as nossas consciencias, cimentem o nosso civismo e guiem os nossos passos pela estrada, sem curvas, ampla e luminosa do dever, da justiça e da razão, para que mais se arraigue, cresça e fructifique o nosso amor por esta grande Patria, para que não achem éco em nossos corações as vozes destoantes dos que pregam a dissolução de nosso patriotismo blasphemando contra a consagração de nossos heroes, para que tenhamos orgulho de sermos brasileiros acima de tudo e para que possamos continuar a manter um dos maiores bens que é dado ao homem gosar sobre a terra — a liberdade de pensar e agir.”

Grande salva de palmas cobriram as ultimas palavras do orador. E assim terminou a bella festa em homenagem á memoria do inolvidavel general José Gomes de Vasconcellos Jardim.

Diccionario Geographico, Historico e Ethnographico do Estado do Rio Grande do Sul

Octavio Augusto de Faria.



Aarão — Arroio que constitue um dos galhos geradores do arroio Iruhy; rega o municipio de Encruzilhada, passando junto á villa deste nome.

Abel — Lageado tributario do arroio Serrinha, municipio de Soledade. Nasce nos campos do Sobradinho e rega diversas terras particulares da colonia Sobradinho, indo desaguar pela esquerda, um pouco abaixo da foz do arroio Taboão, tributario da direita. Recebe diversos tributarios, destacando-se o arroio Segredo. Sua designação geographica relembra o brasileiro encarregado de abrir caminho da incipiente colonia Santa Cruz para os campos de Soledade, Abel Corrêa da Camara.

Abel — Assim foi primitivamente denominada a actual picada Santa Cruz ou Picada Velha, do municipio de Santa Cruz. Essa picada foi aberta no anno de 1849. A distancia que vae da cidade de Santa Cruz (antigo Faxinal do João Farias) aos campos de Soledade é de vinte e duas leguas e meia.

Abelha — Arroio affluente do arroio Forquetinha, municipio de Lageado. Rega a linha colonial de seu nome, 2.º districto, e recebe as aguas do arroio Alegre.

Abelha — Linha colonial do municipio de Lageado. Conta uma comunidade evangelica. Em 31 de dezembro de 1900 possuia 30 predios e 204 habitantes; o censo de de setembro de 1917, apurou 674 habitantes domiciliados em 116 predios. A lavoura é importante com abundancia de milho, feijão, fumo, batata ingleza, alfafa; em menor escala produz a lentilha, ervilha, fava, centeio, aveia, amendoim, arroz, etc. O numero de suinos é superior a 5.000.

Abelheira — Lageado affluente do rio Lambedor, municipio de Erechim. Recebe as aguas do lageado Pororó.

- Abelhinha** — Estabelecimento horticola e apicola no municipio de Rio Pardo, de cuja séde fica proximo. O seu fundador Frederico Hennemann, foi o introductor da abelha européa no Rio Grande do Sul. Actualmente o estabelecimento pertence a d. Magdalena Ferreira da Silva.
- Aberta** — Grota no municipio de Rosario. Ahi nasce um dos galhos do arroio Saican, que divide campos dos Coutos, Camargos, e Cruz de Pedra.
- Aberta dos Morros** — Estrada no municipio de Porto Alegre, districto de Belém. Fica situada entre os morros da Aberta e o da Tapera.
- Abrahão** — Morro nas immediações da cidade de Santa Maria.
- Abranjo** — Arroio no municipio de Encruzilhada, tributario do rio Camaquam.
- Abranjo** — Passo no arroio de seu nome, municipio de Encruzilhada.
- Abreu** — Ponta na costa oriental da lagôa dos Patos (saccho de Palmares), municipio de Viamão.
- Abreu** — Estrada no municipio de Viamão, districto de Itapuan. Seu nome provém de atravessar campos que foram do major Ignacio dos Santos Abreu, commandante do então districto militar de Viamão.
- Abreu** — Lagôa no municipio de Viamão.
- Abreu** — Sesmaria no municipio de Quarahy, entre a sanga do Marmelleiro e o arroio Quatepe.
- Abreu** — Sesmaria no municipio de Alegrete, concedida a Gaspar Nunes de Miranda que a vendeu ao general José de Abreu, em 1823. Está situada á margem do arroio Paipasso, regando-a ainda o arroio da Fortaleza e as sangas do Frederico, Salsos e Chacara.
- Abreu** — Arroio affluente do arroio dos Ratos, municipio de São Jeronymo.
- Abreu (dos)** — Serra no municipio de São Lourenço.
- Acacia** — Logar no municipio de Quarahy.
- Acampamento** — Passo no rio Pirahy, municipios de Bagé e Dom Pedrito. E' atravessado pela estrada geral.
- Acampamento** — Passo no arroio de seu nome, municipio de São Jeronymo e colonia Barão do Triumpho.
- Acampamento** — Passo no rio Piratiny, municipio de Piratiny, municipios de Piratiny e Cangussú. E' de muita frequencia. Tomou esse nome por ter sido ahi o logar em que quasi constantemente acamparam as forças

farroupilhas, em 1835. Possui uma ponte de alvenaria e cantaria rustica, construida em 5 pilares e dois pegões na altura de 9 metros, tendo 128 de comprimento e 7,5 de largura. Foi inaugurada em 21 de novembro de 1870, sendo a primeira com superstructura metallica installada no Rio Grande do Sul.

Acampamento — Lageado tributario do rio do Peixe, municipio de Passo Fundo, rega o 3.º districto municipal. Nasce por dois galhos existentes de um e outro lado da estação do Sertão. Corre no sentido de L. para O. e tem sua barra um pouco acima da do lageado "Theophilo".

Acampamento — Arroio tributario do Faxinal, municipio de São Jeronymo e colonia Barão do Triumpho. Está a 274 metros de altitude junto ao passo de seu nome.

Acampamento — Serra. Vide "Acampamento Velho".

Acampamento — Lagôa no municipio de Itaquí. Vide "Paraguayos".

Acampamento — Serro no municipio de Herval.

Acampamento Queimado — Passo no arroio Bote, municipio de Herval e Jaguarão. Ahi esteve acampado o general Osorio, em 1848.

Acampamento Velho — Serra. Constitue uma ramificação da Serra do Batovy, por sua vez esgalhamento da serra do Herval, systema maritimo ou da serra do Mar. E' constituida de schistos crystallinos e phyllitos, que a caracterisam como de formação primitiva. Percorre os municipios de São Gabriel, Lavras, Caçapava e São Sepé. Nella nascem os rios São Sepé e Cambahy, e um galho gerador do rio Camaquã.

Accioli — Linha colonial em Barão do Triumpho, municipio de São Jeronymo.

Accioli — Linha colonial no 4.º districto do municipio de Caxias e pertencente á freguezia de Nova Trento. Conta capella de Santo Antonio.

Accioli — Nucleo colonial no municipio de Pelotas. Limita-se ao norte e nordeste com herdeiros do visconde da Graça, colonia Affonso Penna e herdeiros de Isabel Francisca Cardoso; a leste com Manoel Antonio Alves e a estrada de Cangussú; ao sul com herdeiros de Cesar A. da Silveira, por uma sanga e propriedade de Jacintho A. de Moraes e a estrada para a Buena; a oeste com herdeiros de José Francisco da Silveira e o arroio Passo das Pedras. A Commissão Discrimina-

dora de Terras achou uma superficie de 9.030.470 metros quadrados para o nucleo. A sua população orça por 1.500 habitantes.

Accioli — Burgo no municipio de Pelotas, séde do nucleo de seu nome. Está situado aos 31°23'54" de Lat. S. e aos 9°27'20" de Long. O. do Rio de Janeiro.

Aceguá — Serra na linha divisoria com a Republica Oriental do Uruguay, municipio de Bagé. Estende-se no sentido de SE. para o NO. e constitue uma ramificação da Coxilha Grande, contando 12 a 14 kilometros de comprimento. Por cima della passam os marcos divisorios da nossa fronteira, o mais novo dos quaes foi inaugurado solennemente em 9 de maio de 1915, com a presença do presidente da republica visinha e de seus ministros, do dr. Lauro Müller, ministro brasileiro da pasta do exterior, do dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul e muitas outras pessoas da alta administração brasileira e do Uruguay. Ahi nasceu o eminente brasileiro — dr. Gaspar da Silveira Martins — honra tribunica da terra gaucha. — Synonymia tupi: Corruptela de Yaci-guá, — "Valle da lua, seio da lua". (Alfredo Carvalho).

Aceguá — Zona pastoril importante do municipio de Bagé, com excellentes pastagens e povoadissimas fazendas de criação. Ahi possuiu importante estancia o brigadeiro Astrogildo Pereira da Costa, que por seus muitos serviços prestados á Patria foi galardoado com o titulo de "Barão do Aceguá". Dentre os estabelecimentos pastoris da região destacam-se o do cidadão Roberto da Silveira, com uma área de 7.885 hectares, no valor de 792:300\$000, povoado por 4.500 bovinos e 2.000 ovinos, contando um banheiro carrapaticida.

Aceguá Chico — Cerro no municipio de Bagé, proximo á linha divisoria.

Achylles — Arroio tributario do Soturno, municipio de Cachoeira, onde rega o 5.º districto municipal.

Açouta Cavallo — Arroio tributario do Ibirapuitan Chico, municipio de Rosario.

Açouta Cavallo — Arroio tributario do Santa Cruz, municipios de Montenegro e Triumpho. E' cortado pela estrada que do passo do Gil vae ao passo dos Souzas, no referido arroio Santa Cruz.

- Açouta Cavallo** — Arroio tributario do rio Butucarahy, municipio de Rio Pardo e districto da Cruz Alta.
- Açouta Cavallo** — Arroio tributario do rio Rolante, rega o municipio de Santo Antonio da Patrulha e importante zona colonial. A sua barra fica junto ao passo do Rodriguinho, no entroncamento da estrada geral que da Taquara vae a Santo Antonio com a que segue para a Barra do Ouro. Conta boa ponte.
- Açouta Cavallo** — Arroio tributario do Taquary, municipio de Guaporé.
- Açouta Cavallo** — Logar no municipio de Vaccaria.
- Açouta Cavallo** — Logar no municipio de Rio Pardo.
- Açouta Cavallo** — Logar no municipio de Pelotas.
- Açouta Cavallo** — Logar nas divisas dos municipios de Montenegro e Triumpho.
- Açouta Cavallo** — Banhado no municipio de São Borja.
- Açouta Cavallo** — Nucleo colonial no municipio de Santo Antonio da Patrulha, zona do Rolante.
- Acre** — Linha colonial no municipio de Santo Angelo.
- Adão** — Arroio tributario do arroio dos Ferreiros, municipio de Gravatahy.
- Adão** — Passo no arroio de seu nome, municipio de Gravatahy.
- Adolpho** — Picada no municipio da Vaccaria.
- Adolphos** — Picada nas divisas dos municipios de Dom Pedrito e Lavras.
- Adrino** — Morro na costa da lagôa Itapeva, municipio de Torres.
- Aferidor** — Passo no rio Uruguay, municipio de Uruguayana. Em suas immediações ha excellentes terras para a agricultura e immensas laranjaes ainda dos tempos jesuiticos. Estabelece relações contínuas com a Provincia de Corrientes.
- Aferidor** — Logar no municipio de Rio Pardo.
- Affonsinho Gomes** — Secção do 3.º districto do municipio de Lageado.
- Affonso** — Lomba no districto de Belém, municipio de Porto Alegre.
- Affonso Penna** — Nucleo colonial no municipio de Pelotas. Limita-se ao norte e nordeste com terras de Domingos Gonçalves Mattos e Miguel Marques; a leste com terras de Manoel Antonio Alves e herdeiros de Isabel Francisca Cardoso; a oeste com a colonia Accioli, herdeiros do visconde da Graça e successão dr. Vicente

- Cypriano da Maia. A Comissão Discriminadora de Terras apurou para o nucleo uma superficie de 7.950.897 metros quadrados. Possui boas terras agricolas e pertence ao 4.º districto municipal. A maioria da população é de origem italiana.
- Affonso Penna** — Burgo no municipio de Pelotas, aos 31°38' de Lat. S. e aos 9°28'20" de Long. O. do Rio de Janeiro.
- Afogados** — Ponta na lagôa Mirim, municipio de Santa Victoria do Palmar, fronteira á barra do rio Cebollaty, — conta uma boia illuminativa, luz branca, de lampejos.
- Afogados** — Arroio tributario da lagôa Mirim, municipio de Santa Victoria do Palmar.
- Afogados** — Baixio na lagôa Mirim, municipio de Santa Victoria do Palmar.
- Afogados** — Logarejo no municipio de Santa Victoria do Palmar.
- Agachas** — Sesmaria no municipio de Quarahy, situada entre os arroios Quatepe e Caty.
- Agache** — Passo no municipio de Encruzilhada.
- Agostinho** — Passo no arroio Inhacapedum, municipios de Santiago do Boqueirão e Santo Angelo.
- Agostinho Pereira** — Lageado tributario do arroio Grande, municipios de Julio de Castilhos e Santa Maria. Rega a estancia do Pinhal que foi de Agostinho Pereira de Almeida (irmão do barão de Nonohay e genro do barão de Ibicuhy).
- Agra** — Cerro no municipio de Rio Pardo.
- Agripio** — Passo no municipio de São Jeronymo.
- Agua Azul** — Arroio tributario do rio Carreiro, municipio de Guaporé e districto de São Luiz. Tem como contraventente um pequeno tributario do rio São Domingos.
- Agua Bôa** — Arroio tributario do Vaccacahy, municipio de Santa Maria.
- Agua Bôa** — Arroio tributario do Gloria, municipios de Estrella e Taquary.
- Agua Bôa** — Arroio affluente do arroio dos Ratos, municipio de São Jeronymo.
- Agua Bôa** — Fazenda no municipio de São Jeronymo e pertencente a Severino Lessa. Em 1917 contava 1.600 bovinos e 40 equinos.
- Agua Bôa** — Logar no municipio de Santa Maria.
- Agua Bôa** — Logar nas divisas dos municipios de Estrella e Taquary.

Agua Branca — Arroio tributario do Tramandahy, municipio de Conceição do Arroio.

Agua Branca — Arroio tributario do rio da Prata, municipio de Lagôa Vermelha. Recebe pela margem direita o arroio Leão.

Agua Branca — Logar no municipio de Lagôa Vermelha.

Agua Comprida — Sanga tributaria do arroio Maratá, municipio de Montenegro.

Aguada — Logar a 14 leguas da cidade de Santa Victoria do Palmar a cujo municipio pertence e na estrada que da mesma cidade vae ao Rio Grande. Nesse logar ha um moinho de propriedade de Carlos Grande, cultivador em escala regular do trigo.

Agua Negra — Arroio affluente do Ibicuhy, municipio de Santa Maria.

Aguapé — Arroio tributario da margem direita do Toropy. Nasce na estrada que de Tupaceretan vae ao Jary, um pouco acima do estabelecimento de Josephino Marques; corre no sentido geral de O. para E. e tem sua fôz um pouco abaixo da do Canelleira, — rega o municipio de Julio de Castilhos e possui uma cachoeira. Entre os arroios Aguapé e Lontras fica o estabelecimento de São João, que foi de Domingos da Silva França, e entre os arroios Aguapé e São João ficam os campos de São Domingos.

Aguapé — Arroio tributario da lagôa Palmitar, municipio de Conceição do Arroio.

Aguapehy — Arroio affluente do arroio Cambuiretan, municipio de São Borja. E' tambem chamado Piauhy e conta boa ponte. Synonymia tupi: rio dos guapés ou das nymphéas.

Aguapehy — Ilha no rio Uruguay; é argentina.

Aguas Claras — Arroio no municipio de São Gabriel.

Aguas Claras — Sanga tributaria do arroio Fiusa, municipio de Viamão.

Aguas Claras — Rincão no municipio de São Gabriel.

Aguas Furtadas — Arroio affluente do rio Maquiné, municipio de Conceição do Arroio. E' tambem chamado "Aguas Paradas".

Aguas Mornas — Coxilha no municipio de Cachoeira.

Aguas Mornas — Sanga no municipio de Cachoeira.

Aguas Mornas — Logarejo no 1.º districto do municipio de Cachoeira. Nessa localidade foram observadas pelo

dr. Balthazar de Bem, dois casos de anquilostomíase, com exame microscópico, em dois menores.

Aguas Mortas — Arroio affluente do Cascata. Nasce próximo á Chacara das Bananeiras e rega o bairro da Gloria, municipio de Porto Alegre.

Aguas Paradas — Arroio affluente do rio Maquiné, municipio de Conceição do Arroio; rega o povoado de seu nome, tambem chamado "Cachoeira".

Aguas Paradas — Povoado no municipio de Conceição do Arroio. Conta capella de Santa André, inaugurada com benção archiepiscopal em 28 de setembro de 1915. E' banhada pel oarroio de seu nome. Tambem tem o nome de Cachoeira. E' séde do 5.º districto e conta sub-intendencia, cartorio e centro telephonico.

Agua sumida — Arroio affluente do rio Carreiro, municipio de Guaporé.

Aguas Turvas — Arroio affluente do rio Jaguarý, limita os municipios de Julio de Castilhos e Santiago do Boqueirão. Nasce na estrada que de Santiago vae a Carovy, correndo de NO. para SE. Em alguns documentos antigos apparece com o nome de "Boa Vista".

Aguas Turvas — Logar no municipio de Julio de Castilhos.

Agudo — Morro no municipio de Bom Jesus. E' o ponto mais elevado do municipio e talvez de todo o Estado, a mais de 1.000 metros de altitude.

Agudo — Cerro no municipio de Encruzilhada. Este penhasco se avista de longe, enfeitando o Cabriola, monte sobre o qual se assenta.

Agudo — Cerro no municipio de Rio Pardo.

Agudo — Morro de fórma pyramidal, visivel a mais de 50 kilometros e com 200 metros de altura; municipio de Santa Maria.

Agudo — Cerro no municipio de Livramento.

Agudo — Cerro no municipio de Bagé. E' rico em minérios.

Agudo — Cerro no municipio de Cangussú.

Agudo — Cerro no municipio de Herval.

Agudo — Morro no municipio de Montenegro.

Agudo — Morro no districto de Belém, municipio de Porto Alegre, com 224 metros de altitude. Fica próximo ao morro da Tapera, nelle nasce o arroio Capivara.

Agudo — Cerro no municipio de São Francisco de Assis, próximo ao rio Ibicuihy. E' constituido de grês.

Agudo — Morro no municipio de São Francisco de Paula.

Agudo — Morro no municipio de Lageado.

- Agudo** — Morro no município de São Leopoldo e parte do de Gravatahy. Em suas abas passa a estrada que de Itacolomy vae ao passo Grande.
- Agudó** — Morro com 400 metros de altitude, entre as ramificações da Serra do Mar e os rios Carahá e Sinos; divisas dos municípios de Conceição do Arroio e Santo Antonio da Patrulha.
- Agudo** — Cerro no município de Cachoeira, na freguezia de São Bonifacio. Está situado á margem do Jacuhy e constitue um cone isolado da montanha, ao pé do planalto, e é coberto de mattos.
- Agudo** — Nucleo colonial no município de Cachoeira e o principal da ex-colônia de Santo Angelo. Contava em 1910 um total de 409 proprietarios, occupando uma área de 22.044 hectares. A sua população orça por 2.500 habitantes.
- Agudo** — Povoado no município de Cachoeira. Constitue a séde da freguezia de São Bonifacio, da ex-colônia Santo Angelo e do 6.º districto municipal. Conta igreja parochial, templo evangelico, agencia de correio, sub-intendencia, cartorio, centro telephonico da Companhia Rio-Grandense, que liga o povoado a todos os centros da rêde. Conta escola, comunidade, estabelecimentos commerciaes e industriaes.
- Agudo** — Porto no rio Jacuhy, município de Cachoeira.
- Agudo** — Linha colonial no município de Cachoeira.
- Agudo** — Linha colonial no município de São Francisco de Paula.
- Agudo** — Morro no município de Santa Cruz.
- Aguiar** — Ilha no Guahyba, separada da do Lage pelo arroio deste nome, e da ilha Grande dos Marinheiros por um braço do rio, ficando ao norte desta ilha. Faz parte do 10.º districto do município de Porto Alegre.
- Aguirre** — Arroio no município de Rio Grande. Formado após o soterramento do arroio Tahym e dá escoamento ás aguas do banhado existente ao oeste do rincão do Tigre, e dista cerca de um kilometro da lagôa Mirim.
- Agulha** — Rio tributario do rio Novo, município de Erechim.
- Aio** — Picada no rio Quarahy, município de Uruguayana.
- Aipo** — Arroio no município de Alfredo Chaves.
- Alamos** — Picada no rio Quarahy, município deste nome. Está situada entre os passos do Lemos e Guabejú.
- Albardão** — Lagôa no município de Santa Victoria do Palmar e pequena parte no de Rio Grande, pois que a linha

divisoria entre os dois municipios atravessa a citada lagôa. Segundo o dr. Alfredo Varella, esta formosa lagôa figura erradamente nos mappas e geographias, com o nome de Mangueira. Chamou-se outr'ora Saquarambú e está situada na península de seu nome. O mesmo auctor attribue-lhe um comprimento de 130 kilometros e uma largura de 6 a 12. Diz o dr. Tancredo de Mello: "O lago Albardão ou da Mangueira é a antiga lagôa Saquarembó ou Saquarembú, está situada ao oriente da Mirim, e separado do Oceano pela estreita faixa de terra denominada Albardão. Um pequeno regato, seu tributario, guarda vestigios de seu antigo nome Saquarembú: é o Sacaribú, denominação que colhi dos moradores de suas proximidades. E' navegavel por embarcações de pequenos calados (lanções), rica de bom peixe, e viveiro de bellas aves aquaticas, como sejam o magestoso flamingo, o glú, o pato arminho, a capororoca, a garça e outros. Parece-me não haver exaggero, acceitando-se para as suas dimensões, as seguintes: comprimento 120 kilometros, largura, 2 a 6 kilometros." Eis o que diz o saudoso A. Montenegro: "Na península limitada a oeste pela lagôa Mirim e a este pelo Oceano Atlantico, communmente chamada Albardão, existe o lago da Mangueira, medindo 120 kilometros de comprimento (N-S) sobre 19 na maior largura. Ao NE. fica a lagôa do Flores, separada daquelle lago pelo terreno elevado e arenoso que tem a designação local de Medanos da Mangueira, por onde correm os limites do municipio de Rio Grande com o de Santa Victoria do Palmar."

Albardão — Costa do mar. "Uma extensão preeminente e alongada de terreno, como um espinhaço de cão. E' assim chamada pela semelhança que tem com o albardão ou albarda das bestas muares. Com este nome corre a costa, desde a embocadura do canal do Rio Grande até o Chuy. Sua approximação é perigosa, sobretudo na curva que descreve para oeste. Fórma uma zona coberta de dunas, quasi deshabitada, entre o Oceano e a lagôa Mirim." (Moreira Pinto).

"Do Cassino á praia do Albardão atira-se para o sudoeste, inteiramente núa e deserta: nas 22 leguas que a Commissão percorreu até o marco não se encontrou um unico habitante, uma só casa, uma arvore siquer; as poucas raras estancias ficam sempre, uma,

duas, mais leguas, para dentro; é sempre a mesma praia batida, apresentando uma larga faixa que o mar cobre nos grandes temporaes, á qual segue uma macêga, a esta um campestre baixo e em seguida um vasto areal defendido em varios trechos da costa por uma linha de cómoros claros. E nada mais: dos varios arroios atravessados, e todos são fracos, um unico tem agua no verão — o do Baeta, todos os mais seccam e então a praia só dá agua por meio de cacimbas, de que uma só vez serviu-se a expedição. De uma cousa porém a commissão encontrou vasta fartura: destroços de navios, restos de naufragios; não falando naquelles que deram á costa em condições de reconhecer-se a sua identidade: a *Gallera*, a *Sarita*, *Julia*, *Zoé*, *Horacio*, *Tapuya*, *Hans*, *Dannebrog* e varios outros; — rara é a milha que não esteja assignalada por um despojo de origem desconhecida ou ignorada. A quantidade de madeira projectada sobre a praia é de tal ordem que tem fornecido e ainda fornece o unico combustivel de que se serve quem quer que seja a trilhar sua orla; a expedição nunca se serviu de outro, pois outro não havia. A natureza do sub-solo do Albardão, é a mesma desde o Cassino: um vasto lençol d'agua; em qualquer trecho da praia com a mair presteza e facilidade encontra-se agua, geralmente potavel a uns dois metros de profundidade.” (Commissão encarregada de escolher o local para o pharol Albardão).

Navegando a parte assignalada como perigosa em todas as cartas, a menos de duas milhas de distância ás vezes, o navio nunca encontrou nem alfaques, nem pedras, nem profundidade menor de seis braças inglezas.

Albardão—Peninsula comprehendida entre o Oceano Atlantico, canal do Rio Grande, canal de São Gonçalo e lagôa Mirim. Nella estão encravados os municipios de Rio Grande e Santa Victoria do Palmar.

Albardão — Estrada no municipio de Rio Grande.

Albardão — Arroio no municipio de Rio Grande. E' tambem chamado “Joanna Maria”.

Albardão — Pharol cujas coordenadas são: 33°12'14" de Lat. S. e 52°44'55" de Long. O. de Greenwich, distante 39 milhas do pharol de Polonio, 72 da Barra do Rio Grande e 18 mais ou menos da do Chuy. O raio de

visibilidade do pharol é de 17 milhas. Está na praia de seu nome, municipio de Santa Victoria do Palmar.

Albardão — Nome com que tambem se designa a Coxilha Grande. Constitue esta o planalto da região serrana, a sua formação é terciária, de origem muito mais recente do que a serra do Mar, como se verifica pela existencia de granito coberto pela erupção vulcanica posterior.

Albardão — Logar no municipio de Taquary.

Albernazes — Antiga sesmaria no municipio de São Gabriel.

Albery — Antiga denominação do rio Guarita, municipio de Palmeira. *Synonymia tupi*: Rio das Baratas.

Albino — Arroio tributario da margem esquerda do rio Ijuhy. Nasce na serra de Pirapó e rega a colonia Serro Azul, municipio de São Luiz Gonzaga.

Albinos — Passo no rio Toropy, municipios de Julio de Castilhos e Santa Maria.

Albuquerque Barros — Nucleo colonial no municipio de Cangussú.

Albuquerque Barros — Burgo no municipio de Cangussú, aos 31°39'40" de Lat. S. e aos 9°27'21" de Long. O. do Rio de Janeiro.

Albutuhy — Antigo nome do rio Commandahy, municipios de Santo Angelo e São Luiz Gonzaga. *Synonymia tupi*: Rio dos Papagaios.

Alcantara — Arroio tributario do rio Taquary, rega o municipio de Bento Gonçalves e a linha colonial de seu nome.

Alcantara — Linha colonial no municipio de Bento Gonçalves. Conta as capellas de Santo Antonio e São Valentim, filiaes da matriz de N. S. do Rosario de Farias Lemos.

Aldeia — Bairro da cidade de Santa Maria. Fica a sudoeste da cidade, lado do campo e é habitado por proletarios. Foi antigamente aldeamento de indios, que viviam sob o regimen militar, tendo um director nomeado pelo governo. Neste bairro ha um prado de corridas.

Aldeia — Logar nas immediações da cidade de São Gabriel. Fica proximo ao quartel do antigo 1.º regimento de artilharia, actual 5.º.

Aldeia — Bairro da cidade de Alegrete.

Aldeia — Bairro da cidade de Quarahy.

Aldeia — Bairro da cidade de Uruguayana.

- Aldeia** — Bairro da cidade de Livramento.
- Aldeia** — Bairro da villa de Julio de Castilhos. Conta 180 habitantes.
- Aldeia** — Bairro da villa de S Sepé.
- Aldeia** — Sanga tributaria do Arenal, municipio de Santa Maria; banha a cidade deste nome.
- Aldeia** — Arroio tributario do Lageado, municipio de Caçapava.
- Aldeia** — Arroio tributario do Taquary, municipio deste nome.
- Aldeia** — Passo no municipio de Gravatahy.
- Aldeia dos Anjos** — Antiga denominação da actual villa de Gravatahy.
- Alegre** — Banhado no municipio de Alegrete.
- Alegre** — Ponta na costa occidental da lagôa Mirim, municipio de Arroio Grande e quasi fronteira ao povoado de Tahym.
- Alegre** — Pharol na ponta de seu nome, municipio de Arroio Grande. Está situado aos 32°24' de Lat. S. e aos 9°43'20" de Long. O. do Rio de Janeiro.
- Alegre** — Cerro no municipio de Bagé.
- Alegre** — Cerro no municipio de Herval.
- Alegre** — Cerro no municipio de Pinheiro Machado.
- Alegre** — Cerro no municipio de Piratiny.
- Alegre** — Monte no municipio de Porto Alegre, districto de Pedras Brancas.
- Alegre** — Morro no municipio de Santa Cruz.
- Alegre** — Monte no municipio de Santo Amaro. E' tambem chamado "Tres Irmãos" e fica proximo a estação de Monte Alegre.
- Alegre** — Cerro no municipio de Santa Maria, districto de São Pedro.
- Alegre** — Serra no municipio de Piratiny.
- Alegre** — Serra no municipio de Santa Cruz.
- Alegre** — Arroio tributario do Forquetinha, municipio de Lageado.
- Alegre** — Arroio no municipio de Venancio Ayres.
- Alegre** — Arroio tributario do Ijuhy. Limita os municipios de Palmeira e Cruz Alta.
- Alegre** — Linha colonial no municipio de Lageado. Vide "Arroio Alegre".
- Alegre** — Linha colonial no municipio de Venancio Ayres. Vide "Arroio Alegre".

Alegre — Praia no rio Guahyba, municipio de Porto Alegre e districto de Pedras Brancas.

Alegre — Linha colonial no 3.º districto do municipio de Guaporé. Em setembro de 1915 contava 622 habitantes. A pecuaria era assim representada: 561 bovinos, 136 muares, 236 equinos, 1.620 suinos, 76 ovinos e 24 caprinos. A produção agricola attinge a 100 saccos de arroz, 2.000 de feijão, 300 de favas, 15.000 de milho, 800 de trigo. A produção beneficiada attinge a 15.200 medidas de aguardente, 45.000 kilos de banha, 150 de cera, 15.000 de carne de porco, 1.000 de mel, 6.000 de queijo, 15.000 medidas de vinho. A produção de ovos attinge a 8.000 duzias.

Alegrete — Comarca de 2.ª entrancia e constituida dos termos de Alegrete e de São Francisco de Assis. Resumo historico: A então villa de Alegrete foi por algum tempo a séde da comarca de Missões, que foi installada pelo primeiro juiz de direito dr. Francisco Sá Brito Junior, em 17 de fevereiro de 1834. A mesma comarca de Alegrete foi creada por lei provincial n.º 185, de 22 de outubro de 1850 e foi classificada de entrancia pelos decretos de 9 de julho de 1853, de 4 de setembro de 1872 e de 31 de dezembro de 1892. O decreto estadual n.º 1.817, de 16 de fevereiro de 1912, desannexou da então comarca de Alegrete o termo de Quarahy, para formar uma nova comarca de 1.ª entrancia, e o de n.º 1.818, de igual data, annexou-lhe o termo de São Francisco de Assis, desmembrado da comarca de São Vicente.

Alegrete — Municipio importante no valle do Ibicuhy. — Parte historica: A cidade do Alegrete, como varias outras do Rio Grande do Sul, teve seu inicio como acampamento militar. "Datam das primeiras decadas do seculo XIX os primeiros ensaios de povoamento do actual municipio." Alegrete fez parte da chamada região de "Entre Rios" e foi incorporado ao territorio do municipio de Rio Pardo pela criação deste, por Alvará de 27 de abril de 1809. O primitivo districto de Alegrete possuía as seguintes raias: "Fazendo ponto ou pião no banhado ou lagôa de Yopá-merotã, que verte da Coxilha Grande que separa esta Provincia da Provincia Cisplatina, e fórma um ramo do Ibicuhy d'Armada, descendo por este a rumo de Norte, e pelo Ibicuhy Grande que volta a oeste até o Uruguay, e su-

bindo por esse até a sua vertente na sobredita coxilha, e caminhando para Leste pela mesma Coxilha Grande até fixar no pião ou banhado de Yopá-merotã.”

A cidade de Alegrete foi fundada devido aos esforços do bravo general José de Abreu, sob a protecção do governador do Continente marquez do Alegrete, de que recebeu o nome que ainda hoje perdura. O general Abreu, exercendo o cargo de commandante do districto de Entre Rios, tinha estabelecido o seu acampamento no local da actual cidade, oriunda assim de uma estação militar.

O local da actual cidade parte da sesmaria concedida a Antonio José de Vargas. A causa principal de sua fundação foi a necessidade de aquartellar tropas ahi para defender as nossas fronteiras.

Possue o Alegrete actualmente a categoria de cidade, gosando dessas prerogativas pela lei provincial n.º 339, de 22 de janeiro de 1857.

Sempre teve, desde que se acha no actual local, o nome de “Alegrete”. Em principio o districto era chamado de Inhanduhy.

Foi principiada no anno de 1814, edificada primeiramente no lado occidental do rio Inhanduhy e pela invasão dos insurgentes em setembro de 1816, que reduziram a cinzas toda a nova povoação, foi em 1817 novamente edificada na margem esquerda do rio Ibirapuitan, aonde hoje existe em terras de Antonio José de Vargas, na fórmula do foral das sesmarias.

Alegrete é séde do municipio de seu nome por decreto de 25 de outubro de 1831. Na época de sua criação as divisas do municipio eram as seguintes: “Pelo leste, as divisas marcadas para Caçapava pelo oeste, a saber: As vertentes proximas ao arroio Pirahy ou São Luiz, a margem esquerda deste arroio até sua barra no rio Santa Maria ou Ibicuhy grande; e o lado esquerdo deste ultimo rio até a barra do Cacequy. Da parte do norte é dividido pelo rio Cacequy no Ibicuhy grande, e pela margem esquerda deste até sua fôz no Uruguay. Pelo oeste confina na margem esquerda do Uruguay até a barra do Arapehy até as suas principaes vertentes na coxilha Grande ou de Sant’Anna, seguindo o arroio Pirahyguassú onde começaram os limites.”

Documentos interessantes

Esta secção é destinada a transcrição, na integra, de velhos documentos que se relacionam com a nossa historia. Sendo todos elles desconhecidos merecem divulgados, não só por isso, como tambem por fazerem muita luz sobre diversos pontos obscuros ou controversos de nossa vida militar, social e politica.

São da autoria do tenente Souza Dócca as anotações feitas nos citados documentos.

SUMMULA — REMESSA DE UM REQUERIMENTO DE MANOEL LUIZ DA SILVA BORGES, PEDINDO AGGREGAÇÃO NO POSTO DE TENENTE-CORONEL.

Illm^o. e Ex^{mo}. Snr.

Incluso remetto a V. Ex^a. o requerimento de Manoel Luiz da Silva Borges, (1) sarg^{tmor} graduado do Regimento de Milicias desta Capital, que pede a S. A. R. a Graça de o Aggregar ao seu mesmo Corpo no Posto de Tenente Coronel com o Soldo de Sarg^{t. mor} de Cavallaria. Este Official he digno pela sua conducta, prestimo e valor de merecer a Graça que implora: o que V. Ex^a. fará prezente a Ex^{ma}. Junta do Governo. (1)

Deus Guarde a V. Ex^a. Quartel General de Porto Alegre 8 de Março de 1822.

Snr. José Ignacio da Silva. (1)

João Carlos de Saldanha, (4)

Gov^{or} das Armas.

SUMMULLA—REMESSA DA COPIA DE UM OFFICIO DO GOVERNADOR DA PROVINCIA DE CORRIENTES E DE UMA CARTA DO COMMANDANTE GERAL DA CAMPANHA DA MESMA PROVINCIA. VERSA TAMBEM SOBRE A REUNIÃO DE 3.000 PARAGUAYOS NA MARGEM DIREITA DO PARANÁ.

Ill^{mos}. e Ex^{mos}. Snr^s.

Pelas copias do Officio e Cartas juntas que acabo de receber do Gov^{or}. Intendente da Provincia de Corrientes D. João José Blanco e do Commandante Geral da Campanha da mesma Prov^a. Leão Esquivel conhecerão V. V. E. Ex^{as}.

as demonstraçois que aquellas autoridades pertendem dár para conservar a mais sigura armonia com as estabelecidas nesta Provincia do meu commando.

Eu lhes pertendo contestar logo q' tenha portador serto, assignurando-lhes uma perfeita e igual correspondencia fazendo-lhes vêr q' o que de mim solicita aquelle Gov^{or} relativo as Tropas que clandestinamente passam a este lado há muito tempo eu tenho posto em vigor reprimendo, e mesmo ameaçando com prisão aquelles Tropeiros q' passam a este lado com animaes sem Portaria nem decomento q' mostre a legalidade do seu transito, e do q' trazem com sigo, o q' me deve cauzar prazer se merecer approvaçao de V. V. E. Ex^{as}.

Emquanto aos Paraguayos constame em rezumo de noticias q' deixando as Missoens repassarão o Paraná creio que por falta de viveres, porem tem-se reunido á margem direita do mesmo Paraná em numero de tres mil collocados em varios pontos entretanto as Missoens novamente se achão infestadas de Indios Salteadores, e a margem direita do Uruguay se achia bordada delles.

Deus guarde a V. Ex^{as}. São Borja 1º de Abril de 1822.

Antonio José da S^a. Paulet. (5)

SUMMULA—PASSAGEM CLANDESTINA DE TROPAS DE ANIMAES DA ARGENTINA PARA O BRAZIL.

Copia — Quando la Provincia de Corrientes reunida en Congreso me honrró con el cargo de Gov^{dor}. Intendente de ella, me propuse proporcionale todos los medios veneficos que estubiesen á mis alcances; bajo este principio e resuelto permitir la extracion de Mulas p^a. esos destinos, cuyas tropas deveran ir con licencia mía para evitar de eso modo las sacas clandestinas que han prejudicado tanto á esta Provincia, y las que bayan sin este requisito son precisamente robadas, cuya conduta estimare a V. S. la desapruebe á los que cometan un crimen de esa naturaleza; con este motibo pueden en retorno traer los introductores los Articulos que de allá encuentren por conbeniente, esto es, siendo de la aprobacion de V. S., esperando de su acreditada bondad que el tratamiento a mis Paysanos sea analago á la conduta que observen por esos destinos; pues yo ofresco a V. S. toda la garantia que este á mis alcances, por la seguridad individual e intereses de los que por aca recayesen de la dependencia de V. S., y la unica traba, ó intorpecimiento que pudieramos

tener sera la de los Indios de Misiones, si acaso intentan interceptar nuestra correspondencia, u hostilizar a los traficantes.

Io me lleno de satisfacion por haberseme presentado esta ocasion para ofrecer a V. S. todos mis respetos, afectos y consideraciones, contando siempre como deve con um fiel compañero.

Dios Guarde a V. S. muchos años. — Corrientes Febrero 12 de 1822. — Juan José Blanco. — Sr. D. José Silva Paulet, Gobernador del Pueblo de S. Borja.

Esta conforme.

Antonio José da S^a. Paulet.

SUMMULA — FELICITAÇÃO AO CORONEL PAULET, POR HAVER ASSUMIDO O COMMANDO DA FRONTEIRA DE MISSÕES.

Copia — Snr. Coronel y Com^{te}. D. Antonio José da Silva Paulet. — Caacati 16 de Marso de 1822. — Mí respectable Sñr.— Como este Gov^o. me aya insinuado ser de su oceptacion, el franques de comunicacion, y de mas que ocurra á la buena armonia y concordia con ese Gobierno, tomo la satisfacion de felicitar a V. S. por bia de esta, dandole em primer lugar, los parabienes de su existencia en ese Departam^{to}, pues estoy bien orientado de su generoso caracter, el mismo que me combida, con verdadera ancia ofrecer a V. S. de este destino, mí corta inutilidad, con lo de mas que halle por combeniente; cuyos deseos a serbirle, aguarda anciosam^{te}. este su invariable y certo servidor. Q. B. S. de V. S. — Leon Esquivel.

Está conforme.

Antonio José da S^a. Paulet.

(1) Pae do general Oosorio. Era natural de Santa Catharina, onde nasceu em 1777. Foram seus genitores, Pedro Luiz e Maria Rosa, ambos catharinenses.

Em 1793 alistou-se como simples soldado. Em 1794 foi promovido a cabo e em 1796 a forriell. Logo depois, ao tomar a defesa de um seu camarada, injustamente insultado pelo capitão da companhia a que pertencia, foi também por este official insultado e aggreddido com um golpe de espada, que rebateu resolutamente com a alabarda que empunhava. Foi então preso. Tres dias depois, porém, auxiliado pelo camarada que defendera, fugou da prisão e tomou o rumo do Rio Grande do Sul e ao chegar nesta provincia a primeira porta em que bateu foi na da residencia do teneute Thomaz José Luiz Osorio, que residia na então freguezia de Nossa Senhora da Conceição do Arroio, também conhecida nesse tempo por Nossa Senhora da Serra, e hoje, finalmente, por villa da Conceição do Arroio. Agasalhado carinhosamente, ajustou-se em seguida para trabalhar como peão nas lavouras do tenente Osorio. Com o correr do tempo grangeou a estima de toda a familia Osorio e enamorou-se da filha mais moça de seu patrão — Anna Joaquina, que lhe correspondeu e com quem

casou, a despeito das objeções da madrinha da joven, que era uma senhora abastada e que levou sua opposição ao enlace, ao ponto de desherdar sua afilhada a qual havia instituído sua herdeira universal.

Ao correr os pregões do casamento de Manoel Luiz foi, por equívoco, addicionado ao seu nome o appellido Silva Borges, que passou a adoptar d'ahi em diante. A seu pedido, porém, os filhos ficaram com o sobrenome Osorio.

Por occasião da campanha de 1811 apresentou-se voluntariamente a D. Diogo de Souza, quando esse general á frente do *Exercito Pacificador*, marchava sobre o Estado Oriental. Foi incorporado como simples forriell, mas tal foi o seu comportamento que, terminada a lucta, em 1812, cingiam-lhe os punhos de valente os galões de capitão. Fez a campanha de 1816, tendo se distinguido na batalha de Catalã, em janeiro de 17, commandando um esquadrão do Regimento de Milicias de Porto Alegre, que tomou parte brilhante na referida batalha sob o commando do então coronel Bento Corrêa da Camara.

O nome de Manoel Luiz figura na relação dos officiaes «que se distinguiram por valor e bons serviços nas acções da campanha de 1816».

Em fevereiro de 1817 foi promovido a major por merecimento.

Por carta patente de 11 de fevereiro de 1824 ficou, em virtude do pedido de que trata o requerimento a que se refere o documento acima, aggregado ao seu regimento com o posto de tenente-coronel.

Depois de reformado, em agosto de 1828, passou a residir em Caçapava. Ahi veio eucontra-lo a revolução farroupilha. Logo que esta explodiu apresentou-se para combate-la e impedir a separação da provincia, e em seguida dirigiu a seguinte carta ao seu filho, o então tenente Manoel Luiz Osorio, que lhe constava haver tomado parte naquelle movimento :

«Manoel.

«Estou-me apromptando para marchar em defesa da legalidade. Se tu és dos revolucionarios que desconhecem a autoridade do Presidente Araujo Ribeiro e tramam a separação da Provincia — podes contar em mim um inimigo mais com quem brigar. Adeus.

Teu pae,

Manoel Luiz da Silva Borges.

O futuro marquez do Herval respondeu com firmeza e lealdade, qualidades que sempre o caracterisaram desde os mais verdes annos :

«Meu pae.

«Seu filho é republicano de coração mas não quer a Republica para o povo que não está para ella preparado. Sou coherente. A revolução de setembro de que fui humilde soldado não se fez para separar do Imperio a Provincia do Rio Grande do Sul, nem para dar-lhe um governo republicano, mas para pôr termo á pessima administração que a offendia.

«Bento Gonçalves e Bento Manoel, quando levantaram o estandarte da revolta, levantaram tambem o grito que sustentariam o Throno do nosso joven Monarcha e a integridade do Imperio.

«Collocando-me, como fiz, sobre as ordens de Bento Manoel fui tambem fiel ao juramento que prestei no dia em que assentei praça.

«Já vê que nada poderia neste mundo collocar-me na attitudo de mais um inimigo com quem meu Pae tivesse de combater.

«Ao seu lado, deve meu Pae contar sempre com o seu filho,

Manoel.

Havendo o coronel Manoel Luiz adoecido gravemente, do figado, em campanha, recoiheu-se, com licença, para sua residencia em Caçapava, onde falleceu aos 26 de junho de 1836.

(2) Aliás, Junta Governativa. Fôra aclamado pelo povo e pela tropa, a 22 de fevereiro de 1822. Compunha-se de um presidente, um vice-presidente, dois secretarios, sendo um dos negocios da guerra e o outro dos negocios politicos e mais cinco membros. Foram indicados para esses cargos e naquelle mesmo dia tomaram posse, no consistorio da Santa Casa de Misericordia em Porto Alegre, perante o Senado da Camara presidido pelo dr. Caetano Xavier Pereira de Brito, juiz de fóra: brigadeiro João Carlos Saldanha Oliveira e Daun, presidente, brigadeiro José Ignacio da Silva, secretario dos negocios da guerra; advogado Manoel Maria Ricaldes Marques, secretario dos negocios politicos; e como membros: o brigadeiro Felix José de Mattos Pereira e Castro, Francisco Xavier Ferreira (que depois desempenhou as funcções dos negocios politicos) e o desembargador José Teixeira da Matta Bacellar. Para vice-presidente foi nomeado o marechal de campo João de Deus Menna Barreto, que tomou posse em 30 de março seguinte, e para completar o numero de membros foram escolhidos: Manoel Alves dos Reis Louzada e o vigario de Rio Pardo, Fernando José Mascarenhas Castello Branco, que só tomaram posse a 29 de novembro de 1823, por se acharem fóra da capital.

O brigadeiro Saldanha, por ser partidario ferrenho de D. João VI, gosava de pouca ou nenhuma sympathia na provincia. Durante seu governo foi hostilizado e a contra gosto seu e imposição do povo e da tropa foi organizada a Junta Governativa, em cuja presidencia ficou em attenção unicamente as funcções que desempenhava. Continuando, porém, no exercicio desse cargo a manter a mesma conducta anterior, foi ainda por imposição do povo de mãos dadas com a tropa, obrigado a deixar não só a presidencia da mencionada junta como tambem o cargo de Governador das Armas, a 15 de julho seguinte. Entrou então o marechal João de Deus Menna Barreto no exercicio daquelles dois cargos, nos quaes foi, por sua vez substituido, em 14 de novembro de 1823, pelo brigadeiro José Ignacio da Silva, em virtude de resolução da Assembléa Geral Constituinte, mandada cumprir por D. Pedro I, em portaria de 16 de outubro.

Deu origem a isso o facto de haver João de Deus autorizado e prestigiado uma reunião publica em Porto Alegre e assignado um termo então lavrado no qual se declarava que competia ao Imperador o direito de *veto absoluto* ás deliberações da Assembléa Geral Constituinte.

A Junta Governativa funcionou até 7 de março de 1824, por ter a 8 do referido mez e anno assumido a presidencia da Provincia o desembargador José Feliciano Fernandes Pinheiro (depois visconde de S. Leopoldo), que para aquelle cargo fôra nomeado por carta imperial de 25 de novembro de 1823. Foi, pois, Fernandes Pinheiro o primeiro governador do Rio Grande do Sul com o titulo de presidente.

(3) Ignacio José da Silva. Eis o nome de um rio-grandense illustre que é infelizmente quasi ignorado hoje em dia, não obstante ter tido papel proeminente na administração do Estado. E' lamentavel que esse nome não figure ao menos em uma placa em qualquer uma das ruas da capital rio-grandense, em lugar de um dos tantos nomes inexpressivos e sem significação historica com que são denominadas varias ruas da mesma cidade.

José Ignacio da Silva, era, como ficou dito, natural do Rio Grande do Sul, onde nascera no terceiro quartel do seculo XVIII. Joven ainda alistou-se em um corpo de milicias.

Sendo dotado de intelligencia e havendo recebido alguma instrução, não lhe foi difficil galgar os primeiros degraus da hierarchia militar, até capitão.

Fez parte, em 1784, como secretario, da commissão demarcadora dos limites entre o Brazil e as possessões hespanholas. Annos depois foi promovido a sargento-mór. Ao deixar de fazer parte da commissão de limites, passou a exercer o cargo de ajudante de ordens do governo de sua Provincia natal, cargo esse que tambem exerceu durante a administração de D. Diogo de Souza. Fez a campanha de 1801, e pelos serviços que então prestou foi, em 1802, promovido a *tenente coronel*. *Tomou parte effectiva na campanha de 1811 a 1812* e pelo distincto comportamento com que então se houve foi graduado em coronel de cavallaria de 1.^a linha, posto esse em que foi confirmado por decreto de 13 de maio de 1813.

No governo do marquez de Alegrete exerceu os cargos de intendente da Marinha e de deputado da Junta da Fazenda Nacional.

Por decreto de 6 de fevereiro de 1818 foi graduado em brigadeiro.

Ao ser acclamada a Junta Governativa do Rio Grande do Sul, em 22 de fevereiro de 1822, della fez parte como secretario dos negocios da guerra.

Em novembro, ainda de 1822, foi confirmado no posto de brigadeiro.

A 12 de novembro de 1823 assumiu a presidencia da Junta Governativa, em virtude da retirada do marechal João de Deus Menna Barreto, e nessas funcções se manteve até 8 de março de 1824, em que foi empossado no cargo de presidente da Provincia o desembargador José Feliciano Fernandes Pinheiro.

Ainda em 1824 solicitou sua reforma e a obteve, por decreto de 19 de maio, no posto de marechal de campo. Continuou residindo no Rio Grande do Sul, até seu fallecimento.

(4) João Carlos Gregorio Domingos Vicente Francisco de Saldanha Oliveira e Souza Daun, depois marechal e duque de Saldanha, Foi um intrasigente servidor de D. João VI. Na ancia de servir ao Rei não vacillou em sacrificar os interesses do povo sob sua jurisdição. Foi por isso obrigado pelo povo e pela tropa a deixar a presidencia da Junta Governativa, em julho de 1822, «para interesse e seguridade da Provincia».

Proclamada a nossa independencia não quiz a ella adherir e pediu para se retirar do Brazil. Foi então mandado seguir para o Rio de Janeiro acompanhado pelo coronel Manoel Carneiro da Silva Fontoura. Este mesmo official fôra, em fins de 1821, nomeado pelo brigadeiro Saldanha para conduzir á Côte o então coronel Antero José Ferreira de Brito, que tentára uma revolta com o fim de proclamar um novo governo para o Rio Grande do Sul, em substituição ao delegado do governo central, que era o referido brigadeiro Saldanha. Este, logo depois de sua chegada ao Rio, seguiu para Portugal, onde representou um papel proeminente.

Foi general de grande valor não só pelas apreciaveis qualidades militares de que era dotado, como pela illustração que possuia. Na Guerra da Peninsula, aos 23 annos de idade, commandou a divisão que sitiou Bayonna.

Defendendo a causa de D. Pedro IV de Portugal conbateu contra os miguelistas e os obrigou a levantarem o cerco do Porto e depois os derrotou na sangrenta batalha de Almoester. Foi o chefe da revolução de 1851. Exerceu diversas vezes o cargo de presidente do conselho. Como embaixador de sua patria residiu em Paris e finalmente em Londres, onde falleceu em novembro de 1876.

(5) Paulet, era então coronel. Pertencia ao Real Corpo de Engenheiros. Foi o 9.^o commandante da Fronteira de Missões.

Vocabulos tupis na geographia riograndense

Compulsando os preciosos trabalhos: *Arte de la lengua Guarani, ó mas bien Tupi*, pelo padre Antonio Ruiz de Montoya; *Historia da Republica Jesuitica do Paraguay*, pelo conego João Pedro Gay; *Diccionario da lingua tupi*, de A. Gonçalves Dias; *Arte de Grammatica da lingua brasilica, da nação Kiriri*, pelo padre Luiz Vicencio Mamiani; *O Selvagem*, do general Couto de Magalhães; *Vocabulario indigena*, de J. Barbosa Rodrigues; *O Tupi na Geographia Nacional*, de Theodoro Sampaio; *Toponymias tupis do Rio Grande do Sul*, de Alfredo de Carvalho; *Nomenclatura geographica peculiar ao Brasil*, do dr. Bernardino J. de Souza; *Diccionario de brasileirismos*, de Rodolpho Garcia e ainda deste autor *Nomes geographicos peculiares ao Brasil*, organisamos as notas que se seguem sobre vocabulos tupis na geographia riograndense.

Para descripção das localidades, rios, serras, morros, etc., recorremos de preferencia ao *Riogrande do Sul*, do dr. Alfredo Varela, que encerra a melhor e a mais interessante descripção physica até hoje feita deste Estado, e ao *Diccionario Geographico, Historico e Estatistico do Rio Grande do Sul*, de Octavio Faria. Consultamos tambem as seguintes obras: *Annaes da Provincia de S. Pedro*, do visconde de S. Leopoldo; *Noticia descriptiva da Provincia do Rio Grande de S. Pedro do Sul*, de Nicolau Dreys; *Diccionario Historico e Geographico da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul*, de Domingos de Araujo e Silva; *Noticia descriptiva da Região Missioneira*, de Evaristo Affonso de Castro e *Notas para a Carta Geographica do Rio Grande do Sul*, de J. Arthur Montenegro.

Aceguá ou melhor **Asseguá**. C. de *jace-guá*, valle da lua, seio da lua. Alt. de *jaceguá*, segundo Th. Sampaio.

Serra no municipio de Bagé, parallela a lagôa Mirim, e que se estende desde a serra Geral até a Republica Oriental do Uruguay, com a qual nos serve de divisa. Em seu dorso estão plantados os marcos divisionarios. Tem 621^m de alt.

Aguapé. — Corr. de *guapé*. M. Soares deu a *aguapé* esta

traducção: redondo e chato, alludindo ás folhas das nymphéas que abundam em nossas lagôas. *Aguá* au *guá*, redondo, circular, curvo, *pé*, contr. de *peba*, chato, plano, nivelado. E' o aguapé uma especie de lyrio aquatico, de brancas flôres, com o calice da corolla ás vezes roxo, ás vezes roseo. Diz o dr. Bernardino de Souza: «O *aguapé* é um trama e tecido vegetal composto de plantas aquaticas que medram á superficie das aguas dos lagos ou pantanaes, e que, unindo-se e apressilhando-se, formam seguro estendal, que sustenta até um homem deitado sobre o mesmo».

Existem no Rio Grande do Sul dois arroios com aquelle nome. Um delles corre no municipio de Conceição do Arroio e desagua na lagôa Palmitar, e o outro nasce na estancia de Bella Vista, sobre um dos contrafortes da serra de S. Martinho, e depois de regar parte do municipio de Julio de Castilhos, engrossa as aguas do Toropy, pela margem direita deste, abaixo da foz do Canelleira.

Aguapehy. — C. *aguapé-y*, rio dos aguapés ou nympheas. Arroio no municipio de São Borja, hoje mais conhecido por Piauhy. Desagua na margem direita do Cambuyretã.

Albery ou melhor **Arabery.** — C. *araberê-r-y* rio das baratas. E' corr. de *araberê*, a baratinha, o peixinho d'agua doce, conhecido por *lambary-chalceus nematurus*, segundo Th. Sampaio.

E' o actual rio Guarita. Nasce a cerca de 9 kilometros da villa da Palmeira, e depois de banhar o municipio lança-se no Uruguay. Seu curso é de quasi 165 kilometros.

Albutuhy ou **Abbutuhy**, como era conhecido no periodo colonial ou ainda, segundo Alfredo de Carvalho **Arabutiahhy.** — C. *ará-mbutiá-y*, rio da palmeira dos arás ou papagaios. E' o actual Cômandahy.

Anhacué. — C. *anhan-quá* buraco da phantasma. *Anhan* ou *anhãnga*, como escreveu Gonçalves Dias, significa genio ou espirito que vaga, phantasma; *quá*, buraco, cova, etc.

E' o nome de uma cachoeira existente no municipio de S. Thiago do Boqueirão, formada por um tributario do Itacorovy.

Araçá. — Nome dado ás myrtaceas do genero *Psidium* e ao seu fructo. C. *ara-açá*, estação, época. Baptista Caetano attribue esse termo uma allusão ao facto de apparecer o fructo do *Psidium* em tempo proprio.

Com esse nome existem os cinco arroios seguintes: affluente do Vaccacahy Mirim, no municipio de Cachoeira; affluente do Castelhana, no municipio de Venancio Ayres

affluente do Gravatahy, no municipio deste nome; affluente do Guahyba, em Porto Alegre e serve de divisa deste municipio com Dorcas de Camaquã; affluente do Fão, no Lagado. Ainda neste municipio existem com o nome de *Araçá* uma estrada e uma linha colonial. Com esse mesmo nome existem no municipio de Cachoeira uma extensa varzea e uma picada; em S. Leopoldo um capão e em Porto Alegre um passo.

Ararupá. — Corr. *arara-upá*, lagôa das araras. O conego Gay, porém, traduziu: cama do dia. (?) E' um arroio tributario do Uruguay.

Arary. — Corr. *arari*, ararasinha. Logar no municipio de S. Luiz Gonzaga.

Arerunguá. — Antigo nome do rio Inhanduhy. Affigura-se-nos t. tupi, mas não lhe encontramos etymologia conveniente. Vae aqui registrado com vista aos estudiosos.

Souza Docca.

Annaes do municipio de Estrella

ANNO DE 1856

Neste anno é fundada a colonia da Estrella, em territorio da antiga fazenda de igual nome, pelo coronel Victorino José Ribeiro, entre os arroios Boa Vista e Estrella, e sobre uma superficie de 6.776.134 braças quadradas, — no municipio de Taquary.

ANNO DE 1858

Neste anno é fundada a colonia Teutonia, com uma área de quatro e meia leguas quadradas, além de 80 lotes encravados nas colonias do Maratá. Os 500 lotes são possuidos e occupados por saxões, westphalianos e rhenanos, os quaes exportam os seus productos em carroças, via Estrella, ou pelo porto dos Barros, estação dos vapores de Taquary.

ANNO DE 1862

A população da colonia da Estrella era de 317 habitantes, sendo: 234 brasileiros, 77 allemães, 5 dinamarquezes e 1 francez. Possuia 2 sapatarias, 2 marcinarias, 2 carpintarias, 3 moinhos de triturar grãos, 1 atafona e 2 casas de negocio. Plantava-se milho, feijão, batatas, arroz, fava, mandioca, canna, amendoim, trigo, centeio, cevada, fumo, herva-matte.

ANNO DE 1863

No dia 18 de fevereiro effectua-se a inauguração da capella evangelica da picada Novo Paraíso (Grande), no actual 1º districto de Estrella.

ANNO DE 1864

No dia 29 de novembro realisa-se a inauguração da igreja da comunidade da Teutonia Norte, picada Glück-Auf, no actual 5º districto de Estrella.

ANNO DE 1871

Por acto de 30 de setembro é localisada na colonia da Estrella uma aula do sexo masculino, creada pelo art. 30 da lei n. 771, de 4 de maio do mesmo anno.

ANNO DE 1872

Por acto de 2 de julho é creado provisoriamente um passo no rio Taquary, fazenda da Estrella, que communique as colonias de Estrella com as dos Conventos e S. Gabriel.

ANNO DE 1873

Em sessão de 5 de marco, da Assembléa Legislativa Provincial, foi approvedo em primeira discussão o projecto n. 62, que separava da freguezia de S. José de Taquary o territorio para constituir a de Santo Antonio da Estrella.

A lei provincial n. 857, de 2 de abril creou a parochia de Santo Antonio da Estrella com territorio desmembrado da de Taquary. Entretanto a instituição canonica só teve logar a 11 de julho do mesmo anno de 1873.

O lei n. 909, de abril creou duas aulas do sexo masculino e uma do sexo feminino, no territorio da freguezia da Estrella.

Octavio Augusto de Faria.

Ligeiras notas

Em 31 de dezembro de 1904 foi inaugurado o theatro «20 de Setembro», no povoado de Commandy, séde da colonia Guarany, -- e com as comedias «O diabo a quatro numa hospedaria», «Um marido que é victima das modas» e «Por um triz». Na mesma data estreiou-se a banda musical.

Por acto do Conselho Geral da Provincia é declarada livre, em 11 de agosto de 1832, a passagem da villa do Rio Grande para a de São José do Norte, e da de Triumpho para o povoado de Jeronymo.

Officio do Vice-Rei do Rio de Janeiro, datado de 11 de janeiro de 1798 «sobre a necessidade de promover o adiantamento da estancia de Bujurú, convidando os sesmeiros do Continente a concorrerem com aquella porção de vaccas e eguas que por uma distribuição a cada um ficar pertencendo.»

Em 31 de agosto de 1760 é elevada á categoria de capella curada, a que existia desde 1725 no sitio chamado Guarda Velha ou Patrulha, da freguezia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão.

Em 10 de março de 1761 é creada a capella curada de

Nossa Senhora da Oliveira de Vaccaria, filial da matriz de Nossa Senhora da Conceição de Viamão.

A portaria de 14 de outubro de 1763 crea o curato de Santo Amaro, filial da matriz de Nossa Senhora do Rosario de Rio Pardo.

Em 3 de dezembro de 1819 é transferida a cabeça de comarca ecclesiastica de São Luiz Gonzaga de Leal Bragança para São Francisco de Borja.

Em 9 de julho de 1818 o vigario geral concede aos moradores de São Francisco de Assis licença para fundarem uma capella filial da matriz de São Luiz Gonzaga.

O decreto n. 5, de 2 de janeiro de 1913 crea o 6º districto do município de Uruguayana, com as seguintes divisas:

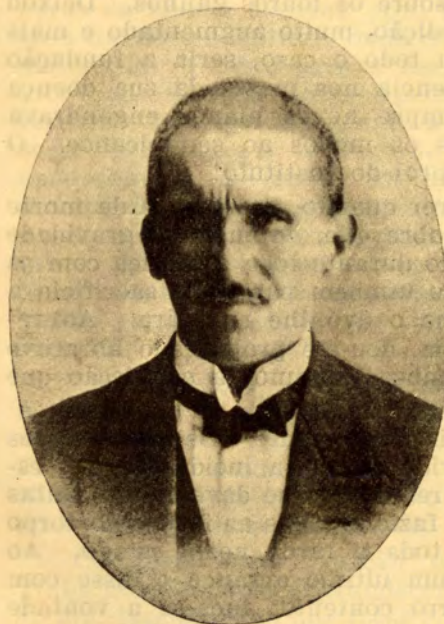
«Começa na ponte da estrada de ferro Brazil Great Southern, no rio Ibicuihy, e vae pela mesma linha ferrea até a restinga de Puytan e por esta acima até a estrada geral que vae ter á estação de Toropasso, da estrada de ferro de Porto Alegre a Uruguayana, e dahi pela divisa observada actualmente entre os 4º e 5º districtos, até ao arroio Ibiroyay, seguindo o seu curso até sua fôz no Ibicuihy e por este abaixo até a mencionada ponte onde se iniciam os limites».

A Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul comprehende-se dos seguintes districtos, no anno de 1797: 1 — Freguezia de S. Pedro do Rio Grande, 2 — Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre, 3 — Cerro Pellado, 4 — Nossa Senhora da Conceição do Estreito, 5 — Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia, 6 — Bom Jesus do Triumpho, 7 — Nossa Senhora do Rosario de Rio Pardo, 8 — Cahy, 9 — Santo Amaro, 10 — São José de Taquary, 11 — Santo Antonio da Patrulha, 12 — Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira, 13 — Nossa Senhora da Conceição do Arroio, 14 — São José do Norte, 15 — S. Luiz de França de Mostardas, 16 — Povo Novo, 17 — Santa Barbara da Encruzilhada, — 18 Vaccaria, 19 — Cima da Serra. Contava o Continente 612 sesmarias, 987 chacaras e 37 propriedades mixtas.

Octavio Augusto de Faria.

IN MEMORIAM

Ha poucos mezes a idea do Instituto Historico e Geographico Riograndense tornou-se realidade. Quem pen-



sara que o primeiro numero da Revista traria o annuncio da morte de um dos fundadores! Octavio Augusto de Faria falleceu a 3 de fevereiro de 1921. Fôra elle quem teimára em realizar a fundação, espalhando a idea alizand-o as difficuldades, contente por alcançar o que lhe parecia de tanta monta para o engrandecimento da sua terra. Só lhe foi dado assistir á primeira reunião preparatoria quando o prostrou uma gripe que, com as suas consequencias o havia de levar do meio de nós.

O seu nome não é desconhecido. Estão lá os

seus escriptos e, antes de tudo, o seu Dictionario geographico e historico do Rio Grande do Sul que ha de conservar o seu nome. Poucos o conheciam, porque não se empenhava em relações a não ser que fossem para trabalhar como elle no estudo da geographia patria e na reconstituição da sua historia. Tão avesso andava a tudo isto que a sociedade exige que nem teriamos um retrato d'elle, se a policia não o obrigasse, ha poucos annos, a viajar com passaporte. Amigos quizeram um dia surprehendel-o, mas, no instante decisivo Octavio notou a cilada e — estragou ao infeliz photographo a chapa por uma careta medonha.

Os Relatorios da Estatistica destes annos incluem trabalhos valiosissimos de Octavio. A confiança de que go-sava foi provada ultimamente pela sua nomeação para Director do Recenseamento. Quanto se empenhou para que o censo saísse perfeito! Como animava em toda a parte e como excitava o patriotismo de seus auxiliares. As demasias de seus empenhos prostraram-no, mas não o des-animaram. Até ao ultimo dirigia os trabalhos, lastimando mais de uma vez o descuido que havia em mais de uma parte na execução das boas intenções do governo.

“Finis coronat opus” é o motto da segunda edição do Dicionario. Não havia de ser esta a corôa, pois o seu zelo não o fez descansar sobre os louros ganhos. Deixou o manuscripto para a 3.^a edição, muito augmentado e mais completo. E a corôa, em todo o caso, seria a fundação do Instituto. A elle pertencia nos mezes da sua doença todo o seu scismar e sempre novos planos engendrava para promovel-o de todos os modos ao seu alcance. O que não queria fazer em prol do Instituto!

Um dia antes de morrer quando as sombras da morte já começavam a baixar sobre elle, entendeu a gravidade do seu estado, e, confortado durante toda a doença com os consolos da religião, achou tambem para este sacrificio a força necessaria na fé que o avó lhe ensinára. Ao retirar-me na tarde deste dia, deu-me prolongado abraço e não queria largar-me. Ambos tinhamos a convicção que era o ultimo.

No dia seguinte achei-o agonizante. Os olhos claros mostravam ainda muita vida e toda a lucidez de seu espirito se manifestava nas respostas que dava ás perguntas que de vez em quando lhe faziam. Mas as forças do corpo estavam gastas. Passou toda a tarde neste estado. Ao entardecer parecia fazer um ultimo arranco e disse com a sua voz ordinaria: Morro contente; faça-se a vontade de Deus. Pouco depois entrou em coma e, após uma boa hora, findou a sua romaria terrestre.

Fazia bem estar ao lado de Octavio, ainda nos dias de doença; ver o carinho com que as parentes o tratavam nos longos mezes; ouvir as suas idéas generosas, patrioticas e desinteressadas desenvolvidas em todos os seus trabalhos e planos; admirar a bondade com que julgava ao seu proximo; uma alma pura e candida.

O seu desinteresse demasiado torna-o impossivel dar o catalogo completo de seus trabalhos. Escreveu para os Congressos de Geographia; forneceu varios trabalhos para

Devemos-lhe uma pagina de lembrança, não só motivada pela amizade, mas porque o merece uma vida que foi exercicio vivo do patriotismo que tanto lhe enchia a alma.

Nasceu Octavio a 11 de março de 1881 em S. Gabriel, filho de Acacio Faria Corrêa e Eugenia Jobim Martins de Faria. Perdeu a mãe no segundo anno de vida e foi educado pela avó. Com gosto falava desta senhora de antiga tempera que lhe inspirou um conceito serio da vida baseado nas verdades do cathecismo da unica religião que fez do Rio Grande o que é. Sentiu-se Octavio attraído para o estudo e seguiu para Porto Alegre, onde tirou o curso da Escola Normal. Um novo ideal o alliciou e entrou na Escola Militar, onde obteve os preparatorios com distincção. Passou para a Escola de Guerra, mas o primeiro anno cortou-lhe as esperanças, pois a sua saude não resistiu. Teve baixa e tentou a engenharia, mas a escassa saude o fez largar o caminho dos estudos. Começou a aproveitar o que sabia em prol dos seus compatricios, acceitando a cadeira de arithmetica no gymnasio de Pelotas. Ao mesmo tempo, porem, abriu uma escola nocturna gratuita. Ahi editou tambem, em união com José Gonçalves de Almeida o seu Diccionario geographico que foi premiado com a medalha de ouro na Exposição Nacional de 1908.

Lastimando a falta de instrucção na campanha, seguiu a inspiração do seu coração generoso e abriu com amigos um collegio nos confins do Estado, em Santa Victoria do Palmar, mas a sua saude não supportava os rigores do clima e, após um anno de duro lidar, procurou na Capital uma collocação na Estatistica.

Começou nesta posição uma actividade prodigiosa. Tinha achado como engrandecer o seu querido Rio Grande do Sul, fazendo com que fosse conhecido com todas as suas riquezas e bellezas. Impoz-se uma vida muito methodica: a sua repartição achava-o no posto; todo o resto do tempo pertencia á geographia. Os unicos divertimentos eram visitas feitas a seus parentes e umas lições particulares dadas a rapazes pobres. Foi assim que confeccionou valioso numero de trabalhos ao lado da nova edição de Diccionario geographico. Apareceram as monographias de Taquary, Lageado, Julio de Castilhos, São Gabriel, Itaquí, S. Anna do Livramento. Ajuntamos a estas a não menos importante: Historico da divisão administrativa do Rio Grande do Sul.

o Centenario da Independencia, estava preparando outros: de tudo isto só mais tarde poderemos dar noticia. Desde já podemos dizer que para o grande Diccionario historico e geographico do Brasil preparado pelo Instituto Historico e Geographico Brasileiro para o Centenario, Octavio escreveu tres tomos dactyographados.

Membro da Academia de Sciencias e Lettras do Rio Grande do Sul, os Institutos Historicos de Minas Geraes e Parahyba o tinham incluído no numero de seus socios correspondentes. O Instituto Historico e Geographico Rio-grandense guardará a sua memoria e quíça, realizará uns dos bellos sonhos que alliviaram os longos mezes da doença de Octavio.

Ave pia anima!

Um amigo.



D. Carlota

Oliveira Lima cognomina as intrigas platinas ao tempo de 1808-1812 de "malfadado embroglio". 1) E com razão. Interesses portuguezes, hespanhoes e inglezes se contrapunham aos dos habitantes do Prata que eram finalmente os mais interessados, se bem que pela natureza das circumstancias não pudessem achar a mais cabal defeza. Inglezes e portuguezes precisavam esconder bem o seu jogo. Os nacionaes estavam divididos em muitos e diferentes partidos. Linhares, Strangford, D. João VI eram até então as figuras dominantes do jogo, emquanto D.^a Carlota tinha apenas um papel secundario, seguindo o seu espirito irrequeto e caprichoso.

J. M. Rubio publicou um forte volume sob o titulo: *La Infanta Carlota Joaquina y la politica de Espana en America* (1808-12). Novos documentos dão novos esclarecimentos sobre a celebre rainha e, ao nosso ver, justificam o autor, que a faz o centro da politica hespanhola na America do Sul. Mallograram todas as aspirações da infanta, porque tinha ella contra si as machinações de tantos interesses e, não em ultimo lugar, a prepotencia ingleza. 2)

Apenas a Corte portugueza entrára no Rio de Janeiro, despachou uma nota para Buenos Ayres, exigindo a entrega daquellas provincias, "por estar a monarchia hespanhola completamente sujeita á França." Caso não acceitassem semelhante protecção, ameaçava-as D. Rodriguez de Souza Coutinho com a guerra. 3) Respondeu o Cabido de modo digno, recusando qualquer protecção portugueza

1) D. João VI. I, 316.

2) A politica ingleza foi contraria á Hespanha, desde o levantamento de Napoleão, pois se este tomasse a Hespanha, como receava o inglez, ao menos havia de tomal-a sem as colonias. Assim trabalhou pela independencia destas, de cujo commercio seria o herdeiro forçado. Cf. Revista Social. XII, 114.

3) Ch. Calvo, Recueil I, 81-2.

e ajuntando que nunca jamais havia de esquecer semelhante affronta. Ao vicerei pediram então os representantes que cuidasse da segurança do paiz e que vingasse o ultraje feito ás sagradas pessoas do rei da Hespanha e do imperador dos francezes, seu alliado. 4)

O desejo de conquistas resfriou na Corte do Rio de Janeiro com esta resposta e as negociações seguintes não puderam dar resultados. Mais bem acceita foi uma proclamação despachada do Rio de Janeiro pela princeza Carlota Joaquina. A 19 de agosto dirigiu ella um manifesto aos fieis vassallos de Sua Magestade Catholica. Depois de resumir os factos que desarranjaram Portugal e Hespanha, declara ella que "se julga bastantemente autorizada e obrigada a exercer a autoridade que cabe a seu pae e aos seus irmãos, por ser a sua representante mais chegada nas colonias. Por estas razões devem a ella submetter-se todos os vassallos de Hespanha, fazendo constar que ella é apenas uma depositaria destes direitos e autoridade, os quaes serão devolvidos integros a seu tempo; roga, alias, ás autoridades que prosigam lealmente no governo e administração das colonias e velem pela sua integridade até que o infante D. Pedro Carlos ou outra pessoa venha á America, devidamente autorizada, para reger estes dominios; por ultimo convida a todos os subditos hespanhoes que cumpram exactamente este manifesto e tenham em conta os direitos da princeza, que de modo algum tem em mira alterar as leis fundamentaes da Hespanha. 5)

Em boa hora recebeu Buenos Ayres este manifesto, acompanhado de uma recommendação calorosa de um dos principaes patriotas platenses que vivia no Rio. Saturnino Rodriguez Pena escreveu para Buenos Ayres: "A senhora D.^a Carlota, princeza de Portugal e do Brasil e infanta de Hespanha, tem uma educação illustrada e os mais heroicos sentimentos. Esta mulher singular, a tal ponto que a julgo unica em sua classe, parece-me disposta a sacrificar tudo para alcançar a nobre satisfação de servir de instrumento para a felicidade de seus semelhantes. E' impossivel ouvir falar esta princeza sem a amar; todas as suas ideas são generosas; não conhece as que a adulação e o despotismo tão facilmente infundem a pessoas de sua hierarchia; parece prodigiosa a vinda de tão digna princeza; sua educação, suas intenções e as outras extraordinarias circumstancias, não duvido nem

4) Liniers. Echo. 1919, p. 420.

5) J. M. Rubio. La Infanta. p. 45—6.

Vces devem duvidar que ella seja a heroína de que precisamos e que nos ha de levar ao mais alto gráu de felicidade. 6)

Na disposição de espirito em que se achavam os proceres de Buenos Ayres tal carta despertou ruidoso echo. Belgrano, Saavedra e outros julgavam a monarchia necessaria a ponto que “nenhum homem de juizo pensou em republica”, 7) como escreve um dos protagonistas da independencia. As intenções de D. Carlota eram serias e sinceras; Actuava como princeza hespanhola. Trabalhou com uma actividade ardua correspondente ás qualidades intellectuaes que Rodriguez Pena lhe attribue. Mandou enviados e cartas aos homens de destaque que deviam favorecer o plano, conquistar os franciscanos e subornar o elemento militar que podia servir.

Um auxiliar precioso achou a infanta no almirante inglez Sidney que no seu enthusiasmo excedeu as instrucções do seu governo. A animação era tanta que em pouco tempo D.^a Carlota julgou estar tudo preparado para a sua coroação no Rio da Prata. Combinando sua trasladação para Buenos Ayres com Sidney, decidiu aguardar um navio hespanhol.

A sorte favoreceu-a mais uma vez. Em novembro entrou no porto do Rio a fragata “La Prueba” que trazia a bordo o tenente-general D. Pascual Ruiz Huidobro com despachos para o principe regente e para Londres, para onde devia seguir do Rio. D.^a Carlota deu ordem ao commandante de não seguir viagem, á espera de uma commissão importante. Negou-se este e, inteirado de que se tratava, communicou tudo ao principe e a Lord Strangford, pedindo sua protecção para poder seguir viagem.

A princeza expoz então a D. João em memoria extensa a questão e pediu-lhe a licença para salvar as colonias em nome de seu irmão. O principe, seguindo os seus impulsos, deu-lhe francamente a permissão desejada. A 22 de novembro respondeu a D.^a Carlota: “Ninguém melhor do que V. A. R. pode estar certa dos sentimentos para com os mui fieis e leaes hespanhoes que hoje devemos considerar nossos alliados. Sempre foram elles que em meu conceito, occuparam depois de meus amados vassallos, e meus antigos alliados, os inglezes, um lugar de prefe-

6) Calvo, l. c. 85.

7) Adolfo Saldías, La evolución republicana. Cf. Carlos Navarro y Lamarca, Compendio de la Historia General de America. II, 570, onde a bibliographia deste ponto interessante.

rencia. Offereci-lhes a minha protecção e devem estar certos de que nunca recorrerão á minha Pessoa sem experimentar os effeitos de uma particular benevolencia. Em consequência disto mesmo, com gosto aceito a sua petição, prestando como com isto presto e dou o meu real consentimento para que V. A. R. sendo chamada de uma maneira formal e authentica, possa emprehender sua viagem aos dominios de S. M. C." 8)

Mas, entretanto, Linhares e Strangford inteiraram-se de todas as negociações e D. João em poucos dias viu-se obrigado a revogar a licença dada. A 28 de novembro escreveu outra carta á esposa em que a certificou da prohibição do inglez.

Era Strangford o senhor da politica e, enquanto o conde de Linhares o acompanhava, senhor indisputado que havia de amargar ainda mais de uma vez os dias de D. João. O primeiro empenho da princeza estava inutilizado, e os primeiros alliados em pouco seriam os seus mais decididos adversarios. Confabulações com patriotas de Buenos Ayres manifestaram depressa que a princeza não queria saber de constituição. Mas os homens da revolução, por mais que estivessem convencidos de que só a monarchia poderia livral-os da anarchia, insistiam em monarchia constitucional.

A 25 de agosto entrou no Rio de Janeiro o embaixador hespanhol. A' primeira vista era o auxiliar nato da infanta, mas as suas instrucções o condemnavam a uma actividade de todo esteril ou contraproducente. Devia impedir a todo o transe que tanto D.^a Carlota como a Corte portugueza mexesse nas colonias hespanholas e reprimir as ancias de independencia. Trabalho vasto e impossivel que aos poucos havia de tornar insustentavel a posição do embaixador na capital do Brasil.

Infelizmente o governo hespanhol entendia pouco dos signaes do tempo e só em 1820 se dignou de encetar negociações com os revolucionarios. Magarinos foi convidado por ordem de S. M. a informar quaes as medidas que haviam de remediar os males de Hespanha nas colonias. Começa Magarinos a sua memoria dizendo: "Em verdade, Exmo Sr. não sei o que nos põe mais embaraçados, se o teor do seu officio para cuja informação as nossas luzes não chegam, ou a surpresa de que o governo de S. M. necessita recorrer a alguém, depois de 11 annos de revolução na Provincia que representamos a pedir seme-

8) J. M. Rubio, p. 208.

lhantes noticias, quando já não ha quem ignore as causas mais notaveis dos desgostos que collocaram aquelles paizes em tal posição infeliz. Creio, pois, que ambas estas reflexões vão influir demasiadamente para suspender a contestação, para a qual demais a mais seria necessario conhecer o presente estado da revolução, o que é difficil para nós que, ha 7 annos, estamos auzentes de nosso paiz. 9)

D.^a Carlota tentou conservar a Casa Irujo como auxiliar, submettendo as suas pretensões ao governo hespanhol; mas os acontecimentos, em breve, dariam á epoca um aspecto mais bellicoso. A côrte do Rio desgostou-se seriamente, receando que velleidades innovadoras tambem lavrassem em Portugal. As côrtes reconheceram logo os direitos de D.^a Carlota á coroa e a côrte portugueza fez saber tanto ao embaixador como ao governo que dava licença á princeza de transladar-se para a Hespanha. Rubio explica esta connivencia contraria ao proceder anterior, pelo medo que tinha a côrte do Rio de ser combatida por D.^a Carlota. Os patriotas de Buenos Ayres tinham procurado a amizade de Strangford e Saturnino Rodriguez Pena, que tão calorosamente defendera a candidatura da princeza, acabou por ser odiado e perseguido por ella.

O mais irreductivel adversario da princeza era, porem, o Conde de Linhares que, para cortar de vez as esperanças, tramou o casamento do principe hespanhol Pedro Carlos com a princeza Maria Thereza, filha dos regentes, apesar da opposição formalissima de D.^a Carlota.

A revolução de Maio mudou de chofre todos os planos. O embaixador hespanhol desenvolveu uma grande actividade, para contraminar a revolução, apesar de entender claramente que o principal adversario era o inglez. Da côrte do Rio desconfiava e os factos justificam de todo as suas desconfianças.

D.^a Carlota acceitou, pelo contrario, o offerecimento de D. João de reunir no Rio Grande do Sul 10.000 homens de tropas, para proteger o proprio paiz do contágio e, no caso de necessidade, auxiliar o primo em abater a hydra da revolução. Falou á Junta de Hespanha neste sentido, mas pôz na dianteira o seu plano de ir a Montevideo ou Buenos Ayres abafar a revolução. Contucci estava trabalhando em Montevideo no programma de D.^a Carlota ao mesmo tempo que estava servindo a outro patrão. Casa Irujo percebia varios outros jogos encobertos, em parte ao menos, á prin-

9) Officio de J. Magarinos. Archivo y Museu historico de Montevideo, datado de Morata, agosto 28 de 1821.

ceza; sabia da correspondência de Strangford com a Junta de Buenos Ayres, via chegar de Londres a Padilla, e a falta de dinheiro em Montevideo como na própria caixa e, desesperado escreveu: "Isto aqui é um chaos de intrigas: os insurgentes de Buenos Ayres trabalham para si, e como todos os demagogos de todos os governos, encobrem suas miras, prostituindo como o fazem o nome do rei Fernando: a Inglaterra trabalha indubitavelmente em promover a independência; o Príncipe Regente e seus ministros queriam nesta confusão arredondar seu territorio, levando seus limites até ao Paraná e fazendo-se donos da margem esquerda do Prata.

A princeza quer ser regente ou aqui ou lá e não será para estranhar que os insurgentes, vendo-se perdidos, a chamem para salvar-se debaixo de seu manto; em uma palavra: estas possessões do rei se vêm indirecta e clandestinamente atacadas por mil modos. Este nó gordio só pode ser cortado, enviando, como já escrevi, ha alguns mezes, uns 2000 homens de boas tropas e bem mandadas a Montevideo, com um par de fragatas." 10)

De facto, todas as medidas de força tomadas pelas autoridades de Montevideo fracassaram diante do veto terminante de Lord Strangford. Não valeu nada o sacrificio generoso de D.^a Carlota de todas as suas joias e diamantes; nada valeu o seu trabalho insano na intervenção de D. Diogo de Souza. O inglez mais uma vez desfez todos os planos portuguezes como hespanhoes pelo tratado que impôz a D. Diogo a volta. E se a negociação da intervenção portugueza e ingleza era lembrada pelo Príncipe Regente, foi a Inglaterra que tirou della todo o proveito, pondo até o alliado em posição desairosa. Por uma ironia da sorte foi Casa Irujo mesmo que contribuiu para este desfecho, quando Elio e Montevideo julgavam, ameaçados de todos os lados, preferivel cahir sob o dominio da infanta do que dos portuguezes.

Vê-se deste resumo que o dedalo destas intrigas era inextrincavel. Depois destes acontecimentos a revolução no Prata havia de seguir o seu caminho natural, tanto o dominio de Fernando VII como o throno de D.^a Carlota estavam perdidos. Mas a princeza continuou com todos os meios a procurar uma solução favoravel a seus interesses pessoaes. E se nos primeiros annos os seus empenhos tinham tido um cunho de grandeza por suas intenções e pelos sacrificios generosos feitos aos ideaes, nesta segunda phase

10) Rubio. p. 100.

desce para o papel de intrigante e de joguete de exploradores.

Apparecem no Rio os differentes deputados de Buenos Ayres; apresentam-se finalmente os deputados de Artigas. Tem a data de 12 de dezembro de 1814 a representação do Dr. Redruello a D.^a Carlota. 11) Pedem "tropas, armas e munições, para continuarem a guerra aos rebeldes de Buenos Ayres, de que resultará manter-se toda aquella formosa provincia a seu monarcha legitimo, privar aos insurgentes de remetterem tropas ao Alto Perú e dissuadir-os da idea de invadir o territorio portuguez. 12)

Das cartas de D.^a Carlota vê-se claramente que não tinha nenhuma confiança, nem nos deputados de Buenos Ayres que nem recebeu, nem tão pouco nos enviados de Artigas. Escreve a D. Fernando se acautele com estes enviados que na realidade só pretendem ganhar tempo para preparar melhor a independencia. 13)

E comtudo auxiliou a Artigas. Contucci, este fiel conselheiro que aconselhava a todos conforme os seus gostos e predilecções, causou este auxilio. A 10 de abril escreve D.^a Carlota ao Dr. Redruello: "Hei por bem commissionarte para que vás immediatamente ter uma entrevista com os teus mandantes, D. José Artigas e D. Fernando Otorquez, exhortando-os que aclamem e jurem com as suas forças fiel vassallagem ao rei catholico, meu Augusto irmão. Neste caso serão soccorridos com o necessario e protegidos por mim, como representante do rei. 14) A noticia da occupação de Montevideo por Otorquez sob a bandeira de Artigas, impediu o auxilio e pôz em serios apuros o segundo deputado de Artigas que tinha ficado no Rio depois da partida de Redruello.

Mais uma vez mostrou-se, porem, D.^a Carlota empenhada pelos interesses da Hespanha e superior a intrigas, Logo depois do tratado Rademaker, Linhares e D. João tentaram aproveitar-se de D.^a Carlota para continuar com as aspirações portuguezas sobre a Banda Oriental. Queria Linhares que a princeza cedesse os seus direitos a um dos seus filhos, pois sob esta condição o inglez concederia a occupação, conforme julgava elle. A princeza, indignada, rechassou-o perguntando-lhe se queria renovar a farça de Bayonna. D. João fez uma nova tentativa. Dizia á

11) Rev. do Inst. Hist. Bras. T. 81, p. 113.

12) A. Varella, Duas grandes intrigas. I, 389.

13) Rev. cit. p. 115.

14) Rev. do Inst. Histor. Bras. 81, p. 123.

esposa que desejava que fosse ella declarada regente das colonias hespanholas. Mas como isto nunca se poderia obter sem o consentimento da Inglaterra, queria ter elle a sua licença escripta para arrumar-lhe esta regencia. Obteve a resposta que pouco differia da anterior dada a Linhares, ajuntando que no caso de obter a regencia havia de cuidar dos interesses hespanhoes e que a amizade com Portugal e Inglaterra só lhe seria preciosa, enquanto fosse proveitosa á Hespanha. 15)

Se taes palavras foram inspiradas mais pelos sentimentos da dignidade menos prezada do que pela vontade de contrariar pessoas tão cordialmente odiadas, como o eram Linhares e D. João, não queremos decidir. Em todo o caso temos neste facto o retrato genuino de D.^a Carlota. Dotes intellectuaes superiores a todas as figuras dos proceres com que teve que lidar. Mas a estes dotes não correspondiam outros que se exigem antes de tudo na mulher e na rainha. Menos mal disse alguem que entre todos os principes das côrtes hespanhola e portugueza deste periodo, D.^a Carlota era o unico homem.

E parece-nos que um dos seus maus passos foi esta politica hespanhola. Era rainha de Portugal e, auxiliando a politica do marido, poderia ter desenvolvido no Brasil uma actividade muito mais proficua não só para o Brasil, como para a Hespanha. E' verdade que muitas circumstancias a desculparam. A sua ambição que produzira a separação do marido desde os ultimos annos em Portugal, cegou-a mais de uma vez, e a sua doença desculpa muitas outras cousas. Quantas vezes escreve o embaixador, achava-se ella com febre e com ataques, que a prostravam por varios dias.

Se guardasse o seu lugar ao lado do principe regente, talvez tivesse alcançado que a politica ingleza não dominasse de tal forma a côrte do Rio de Janeiro, poupando ao Brasil muitos prejuizos e pezares, tantó na sua vida economica como internacional.

J. B. H.

15) Casa Irujo refere tudo isto in extenso ao ministro hespanhol em despacho de 17 de nov. 1811. Rubio. p. 262-264.

ACTAS DAS SESSÕES DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DO RIO GRANDE DO SUL

Acta da primeira sessão preparatoria para a fundação do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Sul

Aos cinco dias do mez de Agos to de mil e novecentos e vinte, nesta cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, na sala principal do edificio do Archivo Publico, presentes os cidadãos que subscrebem esta, assumiu a presidencia o 1.º Tenente Souza Docca e expoz os fins da presente reunião, que eram a fundação do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Sul. Após uma breve exposição de motivos, pediu que os presentes indicassem um presidente para dirigir os trabalhos preliminares até a definitiva organização da associação. Pedindo a palavra o Sr. José Paulo Ribeiro, foi por este indicado o nome do Dr. Florencio de Abreu e Silva, o que a assembléa ratificou unanimemente. Assumindo a presidencia, o Sr. Dr. Florencio, depois de agradecer a sua indicação, propoz que, preliminarmente, se consignasse em acta um voto de agradecimento ao Sr. Dr. Presidente do Estado pelo apoio hypothecado á novel Instituição. Em seguida nomeou as seguintes commissões: para communicar este acto ao Sr. Presidente do Estado — Monsenhor Dr. Luiz Mariano da Rocha, Achylles Porto Alegre e Capitão Manoel de Faria Corrêa; para a organização dos Estatutos — Monsenhor Luiz Mariano da Rocha, Tenente Souza Docca e Octavio Faria e para supplentes da mesma — Drs. Leonardo Truda, Amaro Baptista e Eduardo Duarte.

A primeira destas commissões irá tambem ao Dr. Protasio Alves, Secretario do Interior, afim de convidar-o a fazer parte deste Instituto. O Coronel Delphino Riet pro-

poz que se lançasse em acta um voto de congratulação pela realização da ideia da fundação do Instituto, o que foi aprovado.

Pelo presidente foi marcado o dia onze proximo, á mesma hora de hoje, para a segunda sessão preparatoria do Instituto. E, em seguida, agradecendo a presença de todos, declarou encerrada a sessão. Do que eu, Octavio Augusto de Faria, indicado secretario, lavro a presente acta, que vae por todos assignada. (A) Florencio Carlos de Abreu e Silva, por si e pelos Drs. Antão de Faria e Clemente Pinto — Delphino Riet — Amaro Baptista — José Paulo Ribeiro — Achylles Porto Alegre — José Zeferino da Cunha — Affonso Guerreiro Lima — J. B. Hafkemeyer S. J., por si e pelo P. Teschauer S. J. — Aurelio Porto — José Vieira de Resende e Silva — M. Faria Corrêa — E. F. Souza Docca, por si, pelo Dr. Adroaldo Mesquita da Costa, e pelo Major Miguel Pereira e Dr. Oscar Miranda — João Maia — Monsenhor Dr. Luiz Mariano da Rocha — Armando Dias de Azevedo — Francisco de Leonardo Truda — Arthur Candal, por si e pelos Rever. Padre Roberto Landell de Moura e Dr. Antão de Faria — Octavio Augusto de Faria, por si e pelos Dr. Alfredo Maciel Moreira e drs. Antonio Xavier de Oliveira e João B. de Menezes — Dr. Eduardo Duarte.

Acta da segunda sessão preparatoria para a fundação do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Sul

Aos onze dias do mez de Agosto de mil e nove centos e vinte, nesta cidade de Porto Alegre, no salão da Repartição do Archivo Publico, ás dezesete horas, presentes os Srs. Florencio C. de Abreu e Silva, Delphino Riet, Amaro Baptista, Achylles Porto Alegre, José Zeferino da Cunha, J. B. Hafkemeyer, José Vieira de Resende e Silva, Manoel Faria Corrêa, E. F. Souza Docca, Mariano da Rocha, Armando Dias de Azevedo, Francisco de Leonardo Truda, Arthur Candal e Eduardo Duarte, assumiu a presidencia o Sr. Florencio C. de Abreu e Silva que declarou aberta a sessão. Não se achando presente o Sr. Octavio de Faria, secretario, o presidente convidou para substituil-o o Sr. Eduardo Duarte. Constando da ordem do dia a indicação de nomes dos cultores da historia e geographia que deveriam ser considerados socios fundadores, foi a materia posta em discussão. Tomou a palavra o Sr. Souza Docca,

que levantou uma preliminar mandando que fossem considerados socios fundadores aquelles que, convidados, por motivo de força maior não puderam comparecer á primeira reunião. O Sr. Souza Docca disse ainda que se exigisse, porém, para a admissão de novos socios fundadores a condição de terem elles publicado trabalhos referentes á historia e geographia. Travada discussão, esta preliminar foi acceita, ficando tambem estabelecido que seriam admittidos como fundadores os professores de historia e geographia, embora mesmo sem trabalhos publicados. Foram considerados socios fundadores os membros: Dr. Alfredo Clemente Pinto, João Pinto da Silva, Dr. Olavo Godoy, Coronel Benjamin Flores, Augusto Daisson e Dr. Lindolfo Collor. Foram ainda propostos e acceitos os nomes que se seguem: pelo Sr. José Zeferino da Cunha, os Drs. Alcides Lima e Joaquim Francisco de Assis Brasil e o Sr. Alfredo Ferreira Rodrigues; pelo Sr. Manoel de Faria Corrêa, o Dr. Fernando Ozorio; pelo Monsenhor Mariano da Rocha, o Dr. Leopoldo de Freitas; pelo P. J. B. Hafkmeyer e Sr. Delphino Riet, o Dr. Joaquim Luiz Ozorio; pelo Sr. Armando Dias de Azevedo, o Dr. Alberto Juvenal do Rego Lins, Padre João Lütgen, Drs. Francisco Rodolpho Simch e Augusto Sampaio; pelo Sr. Achylles Porto Alegre, o Sr. Augusto Porto Alegre; pelo Sr. Souza Docca, o Major Tancredo Fernandes de Mello; por Monsenhor Mariano da Rocha e Sr. Amaro Baptista, o Dr. Alcides Maya; pelo Sr. Leonardo Truda, os Srs. Dr. Alfredo Varela, Roque Callage e Dr. Homero Baptista. Conforme deliberação na sessão anterior, foram ainda considerados socios fundadores os Srs. Drs. Demetrio Ribeiro e Alvaro Baptista e o General Theophilo Barreto Vianna, os quaes, em communhão de esforços com os Srs. Amaro Baptista e José Paulo Ribeiro e fallecido General Candido Jacques, foram autores da tentativa de fundação de um instituto semelhante, annos atrás, nesta capital. Ficou ainda resolvido que a commissão nomeada para a confecção do projecto de estatutos apresentará o mesmo na proxima reunião, que ficou marcada para o dia vinte de Setembro vindouro. E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, do que eu, Eduardo Duarte, secretario ad-hoc, lavrei a presente. (A.). Florencio C. de Abreu e Silva, presidente provisório.

Acta da terceira sessão preparatoria do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Sul

Aos vinte dias do mez de Setembro de mil e novecentos e vinte, nesta cidade de Porto Alegre, na sala principal da Repartição do Archivo Publico, ás nove e meia horas, presentes os senhores Amaro Baptista, J. B. Hafkemeyer, José Zeferino da Cunha, Adroaldo Mesquita da Costa, Alfredo Clemente Pinto, José Vieira de Resende e Silva, Affonso Aurelio Porto, Armando Dias de Azevedo, E. F. de Souza Docca, Eduardo Duarte e Florencio C. de Abreu e Silva, os quaes firmaram o livro de presença, assumiu a presidencia o Sr. Florencio de Abreu, que declarou aberta a sessão. Lida a acta da sessão anterior, foi approvada. O expediente constou das seguintes communicações: dos Srs. Dr. Joaquim Francisco de Assis Brasil, João Pinto da Silva, Alfredo Ferreira Rodrigues, Dr. Olavo Franco de Godoy, Augusto Daisson e General Manoel Theophilo Barreto Vianna, accusando o recebimento da circular e acceitando a inclusão de seus nomes como socios deste Instituto; do Dr. Alfredo Varela, sobre a fundação do Instituto e congratulando-se com o seu presidente pela gloriosa iniciativa e hypothecando ao mesmo a sua inteira solidariedade; do Dr. Augusto Cesar Sampaio, em longa carta, accusando o recebimento da circular e declinando da inclusão de seu nome como membro deste novel Instituto. Posta em discussão essa renuncia, tomou a palavra o Sr. Armando Dias de Azevedo e disse que o Dr. Augusto Sampaio, em palestra intima, lhe repetira as mesmas razões allegadas na carta que acabava de ser lida. O Sr. Souza Docca, pedindo a palavra, fez algumas considerações sobre o assumpto em questão e disse que achava justo respeitar-se a resolução do Dr. Augusto Sampaio; feita a votação, foi acceita a recusa. Antes de entrar em discussão o projecto de estatutos, o Sr. Alfredo Clemente Pinto consultou o Presidente si poderia ainda propor um nome para socio fundador.. Aberta a discussão, resolveu-se pela affirmativa, desde que, no caso, se tratasse de um nome considerado como cultor da historia e geographia. Sr. Clemente Pinto propoz então o Sr. João Belém e apresentou um livro da autoria do mesmo. Feita a votação, foi acceito como socio fundador o Sr. João Belém. O presidente annunciou, em seguida, que ia começar a discussão do projecto de estatutos e passou a fazer a sua leitura, demoradamente, em seus artigos e paragraphos, dirigindo a discussão e estabelecendo as votações. Quando discutido o artigo terceiro, fi-

cou resolvido que nada se oppõe a que a mulher possa fazer parte de um Instituto scientifico como este e que era, pois, desnecessario fazer modificação na respectiva letra, porquanto subentende-se que a palavra **socio** abrange um e outro sexo. Ao terminar a votação do artigo setimo, capitulo segundo, o presidente declarou que ia suspender a sessão, o que effectivamente fez, depois de approvado o projecto até o final desse artigo, com as seguintes modificações: no artigo sexto, paragrapho sexto: supprima-se o final que diz — “mas si a maioria for contraria á admissão, a proposta será considerada como regeitada” —; no artigo setimo: risque-se o final que diz — “em um dos municipios do Rio Grande do Sul, em qualquer outra parte do territorio nacional e no estrangeiro” — e substitua-se pelas palavras — “fóra desta capital”. Declarou ainda o presidente que designava o dia vinte e dois proximo, ás dezenove horas, para a continuação dos trabalhos. Do que eu, Eduardo Duarte, secretario ad-hoc, lavrei a presente.

Acta da quarta sessão preparatoria do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Sul

Aos vinte e cinco dias do mez de Setembro de mil e nove centos e vinte, nesta cidade de Porto Alegre, na sala principal da Repartição do Archivo Publico, ás dezenove horas, presentes os Srs. Amaro Baptista, Arthur Candal, João Maia, por si e pelo Sr. M. Faria Corrêa, E. F. Souza Docca, Alberto Juvenal do Rego Lins, J. B. Hafkmeyer, Armando Dias de Azevedo, Delphino Riet, José Paulo Ribeiro, Eduardo Duarte, Mariano da Rocha e Florencio de Abreu e Silva, assumiu a presidencia este ultimo, declarando aberta a sessão. Lida e approvada a acta da sessão anterior, passou-se á leitura e discussão do projecto dos estatutos, sendo approvados os artigos do oitavo ao decimo-segundo, inclusive, e seus respectivos paragraphos, com as seguintes modificações: no artigo oitavo, paragrapho 1.º, elimine-se o final que diz: “especialmente no dominio da Historia, Geographia etc.”; no paragrapho 2.º accrescente-se **municipaes**, em seguimento da palavra **estadaes**; no artigo nono, accrescenta-se um paragrapho, em seguida ao primeiro, dizendo: “só serão grandes benemeritos os socios benemeritos que tiverem prestado extraordinarios serviços ao Instituto” — passando o paragrapho 2.º para terceiro; no artigo decimo, elimine-se o pe-

riodo final e substitua-se a palavra **governador** por **presidente**; no artigo decimo primeiro, em vez de **poderá** leia-se **deverá**; no paragrapho unico desse artigo, leia-se **commissões extraordinarias, simultaneas** ou consecutivas; no artigo doze, **in-fine**, accrescenta-se: “com excepção dos que já têm trabalhos publicados; no paragrapho primeiro, leia-se: “communicar dentro de tres mezes da publicação destes estatutos etc.; no paragrapho terceiro, diga-se: contados do ultimo dia do praso estabelecido no paragrapho primeiro; no paragrapho quarto, eliminem-se as palavras que estão entre parenthesis e diga-se — “a juizo da directoria; no paragrapho sexto, diga-se: “os trabalhos serão julgados por tres membros com trabalhos publicados e designados pelo presidente, reservando-se a o autor o direito de arguir de suspeição a qualquer dos membros da comissão e de recorrer da decisão desta para a directoria; o paragrapho setimo fica supprimido **in totum**. Este artigo e seus paragraphos passam para as disposições transitorias. A sessão é suspensa em vista do adiantado da hora, ficando marcada nova reunião para o proximo dia vinte e sete do corrente, á mesma hora, para a continuação dos trabalhos. Do que eu, Eduardo Duarte, secretario ad-hoc, lavrei a presente.

Em tempo: Na corrigenda que se fez ao artigo nono, em vez de “tiverem prestado”, leia-se “prestarem”. Eduardo Duarte.

Acta da quinta sessão preparatoria do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Sul

Aos vinte e sete dias do mez de Setembro de mil e novecentos e vinte, nesta cidade de Porto Alegre, na sala principal do Archivo Publico, ás dezenove horas, presentes os Srs. E. F. Souza Docca, Delphino Riet, João Maia, J. B. Hafkmeyer, Amaro Baptista, Eduardo Duarte, Arthur Candal, Mariano da Rocha, Armando Dias de Azevedo, Adroaldo Mesquita da Costa, Alberto Juvenal do Rego Lins e Florencio de Abreu e Silva, que firmaram o livro de presença, assumiu a presidencia o Sr. Florencio de Abreu, que declarou aberta a sessão. Lida e approvada a acta da sessão anterior, passou-se á discussão do projecto de estatutos, o qual, depois de longamente discutido, foi approved até o artigo trinta e dois, inclusive, com as seguintes modificações: no artigo quinze, diga-se: “autobiographia e uma

photographia” —; no artigo dezeseis, em vez de roseta, leia-se — “calotta de prata com as côres riograndenses; no artigo dezoito, diga-se — “trinta, quinze e cinco mil réis no primeiro mez; o artigo vinte e dois supprima-se **intotum**; no artigo vinte e tres, em vez de um anno, leia-se — “tres annos”; no mesmo artigo, accrescenta-se uma disposição transitoria estatuinto que a primeira directoria terminará o seu mandato em cinco de Agosto de mil e novecentos e vinte e tres; no artigo vinte e quatro fica supprimido o seu paragraho unico; no paragrapho quarto do artigo vinte e cinco, em vez de delegação, leia-se “mandato”; ainda no paragrapho setimo, accrescente-se, **in fine**, — sempre que fôr possível; ainda nesse mesmo artigo, façam-se mais dois paragraphos dizendo: “organizar a proposta para o orçamento de receita e despesa e — autorizar as despesas e visar as respectivas contas; o paragrapho terceiro do artigo vinte e sete — supprima-se; no paragrapho segundo do artigo trinta, risquem-se as palavras: “rubricados pelo primeiro secretario e diga-se: “visados pelo presidente; no paragrapho terceiro do mesmo artigo, diga-se: “apresentar mensalmente ao presidente. Suspensa a sessão, em vista do adiantado da hora, ficou marcado o proximo dia vinte e nove, á hora do costume, para a continuação dos trabalhos. Do que eu, Eduardo Duarte, secretario ad-hoc, escrevi a presente. (A.). Florencio C. de Abreu e Silva, Presidente Provisorio.

Acta da sexta sessão preparatoria

Aos vinte nove dias do mez de Setembro de mil e novecentos e vinte, nesta cidade de Porto Alegre, na sala principal de Archivo Publico, ás dezenove horas, presentes os Srs. José Zeferino da Cunha, Amaro Baptista, Alfredo Clemente Pinto, Adroaldo Mesquita da Costa, J. B. Hafkemeyer, E. F. de Souza Docca, João Maia, Affonso Guerreiro Lima, Arthur Candal, Eduardo Duarte e Florencio C. de Abreu e Silva, os quaes firmaram o livro de presença, assumiu a presidencia o Sr. Florencio de Abreu, que declarou aberta a sessão. Lida a acta da sessão anterior, foi approvada com a seguinte modificação: no art. 23, onde diz “accrescente-se uma disposição transitoria”, leia-se: “nas disposições transitorias accrescente-se um artigo, estatuinto etc. Continuando a discussão do projecto de estatutos, foi o mesmo approvado com as modificações que

se seguem; no artigo trinta e tres supprimam-se as palavras: "bem como quaesquer pessoas extranhas", no artigo trinta e quatro leia-se: "de livros ineditos ou de edição exgottada, mappas, manuscriptos etc."; no artigo trinta e cinco, accrescente-se um paragrapho: "fica o porteiro subordinado immediatamente ás ordens do primeiro secretario e do bibliothecario; o numero tres desse artigo, supprima-se; no artigo trinta e sete, numero dois, riscuem-se as palavras que dizem: **pelo primeiro secretario**; no artigo trinta e oito, faça-se um outro paragrapho, dizendo: "esta decisão é irrecorrivel, cabendo, porém, ao socio arguir previamente de suspeição a **algum** ou **alguns** dos membros da comissão. Esta arguição deve ser escripta e fundamentada e, sendo apresentada ao presidente, este nomeará substituto, em caso de procedencia da suspeição; no artigo quarenta e um, diga-se: "devendo o presidente, em caso de recusa, submettel-os etc."; no artigo quarenta e tres, supprima-se o final, que diz: "principiando pelo mais moço etc."; no artigo quarenta e quatro, supprimam-se as palavras, que dizem: "até o dia vinte" e diga-se: "nos mezes etc."; no artigo quarenta e seis, accrescenta-se: "e anniversarias, expedindo a directoria convites para as sessões sollennes"; no artigo quarenta e nove, faça-se um paragrapho unico; "todos os discursos serão escriptos"; no artigo cincoenta, diga-se, **in fine**: "será avisado", riscando-se a palavra "convidado"; supprima-se o artigo cincoenta e dois; no artigo cincoenta e tres, letra B, em vez de "vinte e um", leia-se "dezeses"; no mesmo artigo, paragrapho segundo, accrescente-se: "não havendo numero na segunda convocação, a assembléa se realizará com qualquer numero em terceira convocação"; accrescente-se ainda um paragrapho, dizendo: "para a primeira convocação os avisos serão pessoas, para a segunda e terceira, pela imprensa, com intervallo de cinco dias entre uma e outra convocação"; no artigo cincoenta e seis, paragrapho unico, accrescente-se: "no orçamento será consignada uma verba especial para despesas extraordinarias e imprevistas; no artigo cincoenta e oito, risque-se o final que diz: "em assembléa geral"; no artigo cincoenta e nove diga-se: "ficar de modo definitivo assentados os pontos" etc.; no artigo sessenta, risque-se o final que diz: "cinco dias etc." e diga-se: "em dia previamente designado pelo presidente." Terminada, assim, a discussão de projecto de estatutos o presidente nomeou os Srs. João Maia, Clemente Pinto e Arthur Candal para constituirem a comissão de redacção, suspendendo em seguida a sessão. Do que eu, Eduardo

Duarte, lavrei a presente acta. (a) Florencio C. de Abreu e Silva.

Acta da setima sessão preparatoria.

Aos cinco dias do mez de novembro de mil novecentos e vinte, nesta cidade de Porto Alegre, na sala principal do Archivo Publico, ás dezenove horas, presentes os srs. Souza Docca, J. B. Hafkemeyer, Armando Dias de Azevedo, Arthur Candal, José Vieira de Resende e Silva, tendo justificado a ausencia os srs. Guerreiro Lima e Amaro Baptista, assumiu a presidencia o Sr. Florencio de Abreu e Silva, que declarou aberta a sessão. Lida e approvada a acta da sessão anterior, passou-se ao expediente, que constou do seguinte: communicação dos srs. Alfredo Varela, Alcides Lima, Homero Baptista e Benjamin Flôres, accusando o recebimento das circulares e acceitando a inclusão de seus nomes como socios fundadores do Instituto. O presidente communica haver recebido: do Sr. José Zeferino da Cunha, diversos documentos historicos e dois opusculos da sua lavra sobre factos gloriosos do passado; do Sr. Marechal João Cesar de Sampaio, um volume do seu livro sobre a Revolução de Noventa e Tres; do Dr. José Boiteux o seu opusculo "Actualidade Catharinense"; do Sr. Alfredo Barbosa Nogueira diversos autographos do Bispo D. Feliciano. Pasando-se á leitura dos estatutos, foi a sua redacção approvada com ligeiras modificações. Ficou resolvido que nas "disposições geraes" se accrescentasse um artigo, estatuinto do seguinte: "no caso de dissolução do Instituto, os seus livros serão recolhidos á Bibliotheca Publica, os seus documentos ao Archivo Publico e os objectos de museu ao Museu "Julio de Castilhos". Ao ser lido o artigo dezenove, capitulo III, o Sr. Lindolfo Collor, que não esteve presente quando se discutiu a respectiva lettra, protestou contra a votação por escrutinio secreto. Ficou tambem resolvido se lavrasse nesta acta, o que effectivamente se fez, um voto de louvor ás commissões de projecto e redacção dos estatutos, pelo modo cabal com que se houveram no desempenho de tão delicado trabalho. O presidente declara que, na forma prevista nos estatutos ora approvados e, consequentemente, em vigor, marca o dia nove do corrente, hora e lugar do costume, para ter lugar a eleição da primeira directoria do Instituto. Declara ainda que o serviço de dactylographia do projecto de estatutos custou ao Sr. Octa-

vio de Faria a importancia de cem mil réis, porem que o mesmo abre mão dessa quantia em favor do Instituto. E nada mais havendo, a sessão foi encerrada, do que eu, Eduardo Duarte, secretario provisorio, lavrei, para constar, a presente acta. (A) Florencio C. de Abreu e Silva.

Acta da oitava sessão preparatoria.

Aos nove dias do mez de novembro de mil e novecentos e vinte, nesta cidade de Porto Alegre, na sala principal do Archivo Publico, ás dezenove horas, presentes os Srs. Armando Dias de Azevedo, Amaro Baptista, José Paulo Ribeiro, J. B. Hafkmeyer, José Vieira de Resende e Silva, José Zeferino da Cunha, Francisco de Leonardo Truda, Adroaldo Mesquita da Costa, Delphino Riet, E. F. de Souza Docca, Arthur Candal, Eduardo Duarte, Affonso Guerreiro Lima e Florencio C. de Abreu e Silva, os quaes firmaram o livro de presença, assumiu a presidencia o Sr. Florencio de Abreu, que declarou aberta a sessão. Lida e approvada a acta da sessão anterior, passou-se ao expediente, que constou do seguinte: communicação do Sr. Roque Callage, accusando o recebimento da circular e acceitando a inclusão de seu nome como socio fundador do Instituto. Em seguida o presidente communica que o Sr. Renato Sá Brito offereceu á Bibliotheca do Instituto um volume de seu trabalho estatistico-historico-geographico sobre o municipio de Passo Fundo. Estando marcada para esta sessão a eleição da directoria e commissões, que servirão no primeiro triennio, o presidente, depois de fazer algumas considerações sobre o assumpto, suspendeu a sessão por quinze minutos para a organização das cedulas. Reaberta, seguiu-se o processo da eleição, sendo apurados os votos e proclamados o seu resultado, que foi o seguinte: para presidente — Florencio C. de Abreu e Silva, treze votos; para vice-presidente — Delphino Riet, onze votos; para primeiro secretario — Francisco de Leonardo Truda, doze votos; para segundo secretario — Eduardo Duarte, treze votos; para Orador — E. F. de Souza Docca, onze votos; para thesoureiro — Amaro Baptista, treze votos; para Bibliothecario — Armando Dias de Azevedo, treze votos. Commissões Permanentes: Fundos e Orçamento — José Vieira de Resende e Silva, treze votos; Oscar Miranda, quatorze votos; Miguel Pereira, quatorze votos; A. Clemente Pinto, quatorze votos. Historia: João Maia, quatorze votos; Luiz

Mariano da Rocha, treze votos; Carlos Teschauer, quatorze votos; José Paulo Ribeiro, treze votos; Geographia: Octavio Augusto de Faria, treze votos; A. Guerreiro Lima, treze votos; José Vieira de Resende e Silva, treze votos; Antão de Faria, quatorze votos. Archeologia, Ethnographia e Paleontologia: Alberto Juvenal do Rego Lins, quatorze votos; Adroaldo Mesquita da Costa, treze votos; Roberto Landell de Moura, treze votos; João Pinto da Silva, quatorze votos. Folklore e Lingua dos indigenas: M. Faria Corrêa, quatorze votos; Lindolfo Collor, quatorze votos; José Zeferino da Cunha, treze votos; Roque Callage, quatorze votos. Estatutos e Redacção da Revista: Octavio Augusto de Faria, quatorze votos; Lindolfo Collor, quatorze votos; Arthur Candal, treze votos; J. B. Hafkemeyer, quatorze votos. Admissão de Socios: Olavo Godoy, quatorze votos; Achyles Porto Alegre, treze votos; Benjamin Flôres, quatorze votos; Augusto Daisson, quatorze votos. Foram ainda votados os seguintes senhores: para presidente: Antão de Faria, um voto; para Vice-presidente: João Maia, tres votos; para 1.º secretario: Adroaldo Mesquita, um voto; Octavio Faria, um voto; para orador: Leonardo Truda, um voto; Adroaldo Mesquita, dois votos; para thesoureiro: Arthur Candal, um voto; para Bibliothecario: Souza Docca, um voto; para as commissões permanentes: Adroaldo Mesquita, um voto, para Fundos e Orçamento; para Historia: José Zeferino da Cunha, um voto; Geographia: Souza Docca, dois votos; Leonardo Truda, um voto; Archeologia, Ethnographia e Paleontologia: Leonardo Truda, um voto; Folklore e Lingua dos indigenas: Luiz Mariano da Rocha, um voto; Estatutos e Redacção da Revista: A. Clemente Pinto, um voto; Admissão de Socios: Arthur Candal, um voto. Após a proclamação do resultado da eleição, ficou resolvido fazer-se a sessão de instalação do Instituto e posse da primeira directoria no dia dezanove do corrente, ás vinte horas, devendo a solennidade effectuar-se no salão de honra do Conselho Municipal, que, para tal fim, será solicitado opportunamente. O Presidente designou os Srs. José Paulo Ribeiro, Souza Docca e Hafkemeyer para constituirem a commissão de convites. Achando-se gravemente enfermo o Sr. Octavio de Faria, o presidente nomeou os Srs. Adroaldo, Resende e José Zeferino para, em commissão, visitarem-no em nome do Instituto. E nada mais havendo, foi a sessão encerrada, do que eu, Eduardo Duarte, lavrei, para constar, a presente acta. (A) Florencio C. de Abreu e Silva, Presidente.

Acta da sessão de Installação e Posse

Aos dezenove dias do mez de novembro de mil novecentos e vinte, nesta cidade de Porto Alegre, no salão nobre do paço municipal, ás vinte e meia horas, assumiu a presidencia o Sr. Florencio de Abreu e Silva. Achavam-se presentes: o Sr. João Pinto da Silva, representando o Ex.^{mo} Sr. Dr. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado; o General Ilha Moreira, commandante da 3.^a Região Militar, acompanhado de seu Ajudante de Ordens, tenente Adalberto da Rocha Moreira; General Ildefonso Pires de Moraes Castro, acompanhado de seus ajudantes: Capitão João Luiz Gomes e tenente Affonso Ribeiro; Dr. José Montauray de Aguiar Leitão, Intendente Municipal; Dr. Protasio Antonio Alves, Secretario do Interior; coronel Affonso Emilio Massot, commandante geral da Brigada Militar, acompanhado de seu ajudante de ordens, alferes Agenor Barcellos Feio; capitão-tenente Lacê Brandão, delegado do Capitão do Porto; deputados: Carlos Mangabeira, Getulio Vargas e Eurybiades Dutra Villa, pela Assembléa dos Representantes; Dr. Alcides Flôres Soares e Roberto Stoll, pelo Conselho Municipal; Dr. Sarmiento Leite, pela Faculdade de Medicina; Drs. Adolfo Stern, A. P. Menezes e Emilio Lucio Esteves, pela Escola de Engenharia; Dr. José Figueiredo Filho, pela Escola Medico-Cirurgica. O Arcebispo Metropolitano, D. João Becker, fez-se representar por Monsenhor Luiz Mariano da Rocha e a Academia Rio Grandense de Lettras pelo Major Tancredo de Mello e Monsenhor Mariano da Rocha. Dos membros do Instituto achavam-se presentes os srs. Florencio de Abreu, Delphin Riet, José Paulo Ribeiro, Amaro Baptista, Adroaldo Mesquita da Costa, Lindolfo Collor, Armando Dias de Azevedo, Manoel Theophilo Barreto Vianna, J. B. Hafkemeyer, Tancredo Mello, por si e pelo senhor Manoel de Faria Corrêa, Benjamim Flôres, Emilio de Souza Docca, Affonso Guerreiro Lima, José Vieira de Resende e Silva, Leonardo Truda, por si e pelo Sr. Roque Callage, e Eduardo Duarte. Muitas Ex.^{mas} Familias e numerosos cavalheiros compareceram tambem á sessão. O Sr. Florencio de Abreu, abrindo a sessão, leu o seu discurso, no qual justificou a necessidade, entre nós, de um Instituto Historico e Geographico, como expoente apreciavel do nivel moral do nosso povo. Remontando ao passado o orador referiu-se á tentativa feita de 1845 para a fundação de uma instituição similar da que ora se inaugurava; cita os nomes de seus benemeritos iniciadores, dizendo que, entretanto, por motivos occasio-

naes, não se tornou em realidade o bello pensamento, que foi relegado para tempos mais proficuos. Annos depois, continua o orador, em 1860, essa ideia tomou corpo e, amparada por um pugille de intellectuaes, surgiu o Instituto Historico e Geographico, para logo depois adormecer, em consequencia, talvez, da absorção das actividades pelas cousas da guerra que o Brasil acceitava por imposição do Paraguay. Depois de citar os nomes de todos os membros dessa benemerita instituição, como homenagem ao seu valor e aos seus esforços, o orador refere-se a outras tentativas feitas até o dia de hoje, tentativas essas que têm o merito de bem evidenciar que a idéa continuava trabalhando no espirito dos estudiosos e que para a semente germinar e fructificar dependia apenas de lançal-a á terra em occasião mais propicia. Era o que se estava fazendo. O orador refere-se ao conforto moral recebido do emerito Governo do Estado, á boa vontade que anima a todos para trabalharem com sinceridade, contribuindo, assim, para a investigação e divulgação das cousas do nosso passado, salvando do esquecimento algumas das nossas admiraveis tradições. Passa em seguida a explicar sobre que versarão os trabalhos do Instituto, principalmente sobre a historia patria e especialmente do Rio Grande do Sul; a archeologia, paleontologia e ethnographia e finalmente o **folklore** riograndense, esse espontaneo rimario popular. Feita esta exposição e demonstrada a necessidade da criação do Instituto, o orador, depois de agradecer a escolha de seu nome para presidente do mesmo, declarou aberta a sessão. Em seguida foi dada posse á nova directoria, feito o que o presidente concedeu a palavra ao orador do Instituto, Sr. Emilio de Souza Docca, que leu o seu discurso, dizendo, entre outras considerações, que a existencia de uma instituição como a que ora se inaugurava era uma velha aspiração do Rio Grande do Sul, quando em quasi todos os Estados da Republica existiam sociedades, institutos, revistas historico-geographicas etc., possuindo, entretanto, o Rio Grande do Sul, como effectivamente possui, elementos intellectuaes em nada inferiores aos dos nossos co-irmãos. O orador diz como veio a idéa da fundação do Instituto, o modo carinhoso e confortante com que a recebeu o Sr. Dr. Florencio de Abreu, seu primeiro presidente e, sobretudo, o apoio moral recebido do preclaro e patriotico cidadão que dirige os destinos do Rio Grande do Sul. Refere-se ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro, á sua revista, que conta oitenta e um annos de existencia, lembra os seus fundadores e tem palavras de verdadeiro carinho ao egregio

Visconde de São Leopoldo, uma das mais altas glorias nacionaes, por muitos titulos, e cuja effigie ali estava engalanada, patrocinando a inauguração do Instituto. O orador estende-se em longas considerações sobre o Instituto e seus fins; á responsabilidade de seus membros, sobretudo agora, que se approxima o primeiro centenario de nossa emancipação politica; que o Rio Grande do Sul possa apresentar-se condignamente na magna data; que sejam por uma vez desfeitos os erros, as inverdades, as falsas apreciações que correm o mundo em livros de autores estrangeiros sobre o Rio Grande. Falla ainda demoradamente sobre a historia e geographia do Rio Grande do Sul e termina dizendo que si a novel instituição converter em realidade os seus anhelos, como é de esperar, dentro de um tempo que não póde estar longe, a terra dos **farropilhas** legendarios terá a carta e as demais informações de que fallou o philosopho francez e, dest'arte, com real proveito para seu progresso crescente e invejavel será devidamente conhecido **urbi e orbi**. Terminados os discursos que foram muito applaudidos pela selecta assistencia, o presidente, depois de agradecer a presença das ex.^{mas} familias, autoridades e cava-lheiros, encerrou a sessão. Do que eu, Eduardo segundo secretario, lavrei, para constar, a presente acta.

Discurso do Dr. Florencio Abreu e Silva

Deante da opulencia das nossas tradições, como povo, e da nossa agitada quanto edificante historia, como parcella politica da nação brasileira; deante do estado de cultura a que attingiu o Rio Grande do Sul, parece-me que se não poderia justificar a ausencia, entre nós, de um Instituto Historico e Geographico, quando outros Estados já possuem essa instituição, que, por sua indole e seus fins, constitue de qualquer modo um expoente apreciavel do nivel moral de um povo.

Observando superficialmente o concurso humano, os espiritos menos avisados deixam-se attrahir de preferencia pelo phenomeno da **solidariedade**, que se exerce entre os contemporaneos no seu esforço commum para a conservação social no presente e consecução dos seus ideaes de aperfeiçoamento colectivo no futuro. Na justa apreciação desse concurso, entretanto, a observação scientifica denota desde logo que sobre a solidariedade prevalece a **continuidade**; mais do que do espaço, é do tempo que depende o

surto social, pois á medida que a sociedade se desenvolve, os seus phenomenos, — no dizer de um notavel publicista sul-americano —, “determinam-se não pelas meras tendencias da natureza humana, mas sim pelas influencias accumuladas das gerações passadas sobre a geração presente”. E foi precisamente a contemplação subjectiva desse encadeamento necessario dos acontecimentos humanos, do qual decorre a influencia decisiva mesmo dos mais remotos sobre o mundo contemporaneo, que levou Condorcet a observar que nenhum homem esclarecido poderia pensar nas batalhas de Marathona e de Salamina, sem logo perceber as suas importantes consequencias nos destinos da humanidade.

São verdades banaes essas que venho de enunciar; mas não me tornô encarecido em repetil-as (e é de nosso dever repisal-as) para que bem se apprenda a respeitar e venerar o passado; para que todos nós, apreciando o que aos outros devemos, melhor reconheçamos “uma participação muito maior no conjuncto dos nossos predecessores do que nos dos nossos coévos”; para que, perlustrando a historia, especialmente a do nosso povo, cultuemos a memoria dos nossos ancestraes valorosos, desenvolvendo o instincto superior da sociabilidade e o nobre sentimento do patriotismo.

E’ por isso que nos paizes que attingiram um certo gráo de cultura e dentro de outras unidades da nossa propria patria, nucleos de homens investigadores do Passado, animados de bôa vontade e de fé cívica, se congregam e se organizam em institutos especialmente destinados ao estudo e diffusão da historia particular do seu povo.

No Rio Grande do Sul, — manda a verdade que se diga —, não nos cabe, a nós, a prioridade na elevada iniciativa da creação de uma instituição dessa ordem. Já em 1845, uma pleiada de cidadãos illustres, entre elles o conselheiro Cansasão de Sinimbú, então presidente da Provincia, o então Barão de Porto Alegre, o dr. Manoel Pereira da Silva Ubatuba e Machado Ourique, teve o louvavel proposito de crear essa importante associação, que já naquelle tempo éra considerada e reclamada como palpitante necessidade. Remidos no Palacio do Governo, chegaram a eleger um directoria em que figuravam o proprio Sinimbú como presidente, Porto Alegre como vice-presidente e Machado Ourique como secretario; mas, infelizmente, logo depois Ourique expirava, Sinimbú retirava-se da Provincia, e a realização do seu bello pensamento era relegada para tempos mais propicios.

Cinco annos mais tarde, no alvorecer de 1860, — conforme resa um documento da época —, “muitas intelligencias expontaneamente reunidas trouxeram á luz esse pensamento que parecia adormecido, mas que quotidianamente era despertado pelas urgencias da administração, de todos os lados da Provincia pelos homens que mais curam das cousas patrias”. A idéa, effectivamente tomara corpo e plasmava-se na fundação do primeiro Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Sul. Presidido por Porto Alegre, d'elle fizeram parte, como membros effectivos, os drs. José Antonio do Valle Caldre e Fião, José Martins Pereira de Alencastro, Manoel Pereira da Silva Ubatuba, Eduardo Pindahyba de Mattos, José Maria da Trindade, José de Araujo Brusque, Jeronymo da Cunha Galvão, João Pires Farinha, Thomaz Lourenço Carvalho de Campos e Justino Alves Jacutinga, os bachareis José Joaquim Fernandes Pinheiro, Antonio Augusto de Arruda, Antonio Alves Pereira Salgado e Antonio Dias da Costa, o conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, os reverendos Luiz Manoel Gonçalves de Brito e Joaquim Procopio de Oliveira Nunes, o cirurgião-mór Ignacio Manoel Domingues, o coronel Christovam José Vieira, os tenentes-coroneis Manoel Lopes Teixeira Junior e José Maria Pereira de Campos, o major Pedro Maria Xavier de Oliveira Meirelles, Francisco de Paula Soares, João Damasceno Ferreira, José Maria de Andrade, Carlos Hoefer, Antonio Vieira de Aguiar. João Miguel Spencer, Angelo Francisco Ther, Fermiano Antonio de Araujo, Luiz Affonso de Azambuja e João Cavalcante de Mello e Albuquerque; e grande numero de membros correspondentes, entre outros os drs. Roberto Landell, Henrique Bernardino Marques Canarim, Amaro José d'Avila da Silveira, Francisco de Sá e Brito, Antonio Gomes Pinheiro Machado, João Frederico Meister e Francisco de Souza Cirne Lima, o barão de Serro Alegre, os generaes João Propicio Menna Barreto e David Canabarro, os reverendos João Pedro Gay e José de Noronha Napolles Massa, o conego Joaquim Gomes de Oliveira Paiva (em Santa Catharina), e Antonio Alvares Pereira Corujá (no Rio de Janeiro). — Estes nomes os profiro e recordo nesta solemnidade, como justa homenagem aos seus dignos esforços, que se consubstanciaram praticamente nos diversos numeros da “Revista”, de innegavel valor, publicada por aquelle Instituto durante os seus poucos annos de brilhante existencia.

O advento da guerra com o Paraguay, com a invasão da Provincia pelas hostes inimigas, reclamando o concurso de todos na sagrada defesa da patria commum e acarre-

tando a absorpção necessaria das actividades pelas cousas da guerra foi provavelmente a causa precipua da extinção do Instituto, pela dispersão inevitavel dos seus membros.

Entretanto, como as "idéas forças" permanecem atravez das vicissitudes que temporariamente as contrariam, com o desaparecimento do Instituto a idéa que o creara não se extinguiu, apenas de novo adormecera; e circumstancias varias, como as ultimas luctas para a demolição definitiva do antigo regimen e os agitados tempos da implantação e consolidação das instituições vigentes, determinaram sem duvida o espaçamento do seu novo surto para mais favoravel ensejo.

Não faz muitos annos que Alcides Lima e Arthur Montenegro tentaram o renascimento do Instituto na cidade do Rio Grande, tendo mesmo para isso elaborado um projecto de estatutos. A tentativa entretanto não vingara, como tambem infelizmente se frustrara uma outra em 1917, de Alvaro e Amaro Baptista, Candido Jacques, Demetrio Ribeiro, Manoel Theophilo Barreto Vianna, Antão de Faria, José Paulo Ribeiro e Arthur Candal.

Essas tentativas tiveram o merito de evidenciar que a idéa continuava trabalhando alguns espiritos estudiosos das cousas do Rio Grande do Sul e que para a semente germinar e fructificar dependia apenas de lançal-a á terra em occasião mais propicia. Estará reservada para nós a ventura de ver realisada essa patriotica aspiração?... O tempo dirá. Entretanto, animados pelo conforto moral de que nos tem cercado o emerito governo do Estado, e cheios de bôa vontade e sem pretenções, estamos dispostos a trabalhar com sinceridade, contribuindo nos limites das nossas modestas possibilidades para a intervenção e divulgação das cousas do nosso Passado, salvando do esquecimento algumas das nossas admiraveis tradições.

Os trabalhos do Instituto versarão, portanto, principalmente sobre a historia patria, e especialmente a do Rio Grande do Sul. O estudo da historia seria, porém, impraticavel sem o concurso dos outros ramos dos conhecimentos humanos, que em muitas conjuncturas lhe servem de imprescindivel ponto de apoio e dos quaes visceralmente depende.

Diga-se de passagem que bem se sabe que na hierarchia das sciencias, a historia, que é uma sciencia concreta, depende de todo o grupo inferior das sciencias abstractas. Não temos, porém, o pomposo e desmedido propositito de fundar um "Instituto de Sciencias", e sim visamos a um

objectivo mais restricto e modesto, mas praticamente de maior utilidade e alcance social. O campo de nossa actividade se ampliará apenas sobre aquelles ramos dos conhecimentos que, em virtude de suas mais intimas e accentuadas affinidades com a **sciencia sagrada**, que é a historia, não poderão ser postos á margem sob pena de tornar inefficiente, — direi mesmo inexequivel, — a nossa ardua missão. Entre elles, sobreleva-se naturalmente o da geographia, por isso que, na justa observação de um dos maiores pensadores do seculo XIX, seria impossivel conceber a historia effectiva da humanidade isoladamente do theatro inevitavel de sua actividade progressiva e cujos diversos estados successivos deveriam exercer uma alta influencia sobre a producção gradual dos acontecimentos humanos. E' assim que, por uma circumstancia especial de ordem geographica, além das suas favoraveis condições thermologicas, tem-se explicado com grande plausibilidade a eminente propriedade das regiões europeas para servir até certa época de scenario essencial á evolução preponderante da humanidade, isto é, pela influencia da bacia do Mediterraneo, "em torno da qual se effectuou o mais rapido desenvolvimento social, depois que a arte nautica se tornou bastante adeantada, de modo a permittir a utilização desse precioso intermèdiario, offerecendo, no conjuncto das nações por elle banhadas, a contiguidade propria para facilitar relações continuas e a diversidade que os torna importantes para uma reciproca emulação".

No que nos toca mais particularmente, é na diversidade physica do norte e sul do territorio brasileiro que Euclydes da Cunha encontra a explicação cabal das anomalias e contrastes entre os successos nos dois pontos do paiz, formando "duas historias distinctas, em que se averbam movimentos e tendencias oppostas", sobretudo no periodo agudo da crise colonial do seculo XVII; e outro seria o curso dos acontecimentos que se prendem aos primeiros tempos da colonização, si não fôra essa alterosa cadeia de montanhas aprumada sobre o Atlantico e desdobrando-se "como a cortina de baluarte desmedido". Dahi o facto observado pelo insigne autor dos **Sertões**, de ter a Serra do Mar "um notavel perfil na nossa historia".

Por outro lado, como auxiliar precioso da historia, será tambem objecto dos nossos trabalhos o estudo da archeologia rio-grandense. A importancia da archeologia sóbe de ponto, como sabeis, nas investigações concernentes ás populações que habitaram o Rio Grande antes da conquista, para o conhecimento de seus usos e costumes, de

suas crenças, do seu estádio social em summa; e, como subsidios de primeira ordem para a elucidação de pontos importantes dessa nossa interessante "pre-historia", o Instituto estudará ainda a ethnographia, a paleontologia, a propria lingua dos autochtones. Finalmente, não desprezaremos, mas, ao contrário, constituirá um capitulo especial do nosso programma, o estudo do *folklore*. No espontaneo rimario popular, palpitam aspirações, vibram anseios, gemem desesperanças, gargalham ridiculos, ululam paixões, esfusiam estygmatisações, estuam heroicidades e consagrações de uma época. Nesse versejar de pés quebrados, improviso e anonymo, iremos surpreender assim admiravel documentação das tradições populares, pois, na bella expressão de Renan, repetida por Euclides, "ha, rude e eloquente, a segunda biblia do genero humano nesse gaguejar do povo."

Trabalharemos desinteressadamente, ou, antes, não nos moverá outro interesse que não o do patriotismo e o da verdade historica. A nossa preocupação capital será a verdade, só a verdade, sempre a verdade. Para conseguirmos, porém, a formação de um juizo impessoal dos factos, será mistér de nossa parte uma perfeita isenção de animo; e essa imparcialidade necessaria exige que o nosso juizo recaia sómente sobre os acontecimentos em relação aos quaes nós sejamos verdadeiramente a posteridade, evitando que as influencias do meio e as nossas proprias tendencias politicas actuem sobre o nosso julgamento, desvirtuando a missão superior do Instituto.

Dest'arte, as nossas investigações não poderão incidir sinão sobre os factos occorridos ha mais de meio seculo e que já tenham passado evidentemente para os dominios da historia. Em relação aos acontecimentos recentes ou contemporaneos, a nossa tarefa limitar-se-á a colligir, classificar e conservar documentos; accumularemos materiaes para a posteridade. A essa é que então incumbirá legitimamente a missão de escrever a historia dos nossos tempos.

Meus senhores.

Exposta, assim, a necessidade da criação, entre nós, de um Instituto Historico e Geographico, gizada a orbita de nossas investigações e traçado o programma dos nossos trabalhos, poderia dar por finda esta dissertação, com que venho pondo á prova a vossa benevolencia e abusando da vossa paciencia. Não me é licito, entretanto, terminal-a sem agradecer, de publico, o gesto nimamente generoso dos meus illustres confrades, investindo-me da elevada funcção de presidente do Instituto. Outros, sem duvida, com titulos

legítimos e reaes talentos, poderiam melhor e com mais brilho desempenhal-a, emquanto que eu, mercê de minha reconhecida insufficiencia, não poderei sinão trazer o concurso de minha boa vontade e o meu sincero empenho em vêr definitivamente realizado o nosso grande ideal comum.

Como sabeis, ha em chimica um curioso phenomeno conhecido pelo nome de catalyse, em virtude do qual um determinado corpo, sem que tome parte na reacção, facilita e accelera com sua presença a combinação de outros. A' semelhança daquelle, na efficiencia dos nossos trabalhos a minha incompetencia não me permittirá sinão uma intervenção por assim dizer catalytica, méramente estimulante, combinando os vossos esforços, coordenando os vossos pacientes labores, activando os vossos fecundos empreendimentos, para o desempenho da nossa patriotica missão e grandesa futura do nosso Instituto.

Si o conseguir, será isso para mim um motivo de alta satisfação moral e um justo titulo de gloria.

Meus senhores, está aberta a sessão.

Discurso do orador official, tenente Souza Docca.

“Senhores:

Depois do que acaba de explicar o illustrado presidente do “Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Sul”, ácerca dos estudos que se propõe fazer o mesmo instituto e o modo por que os deve realizar, pouco, muito pouco me resta dizer, e mais acertado, parece-me, fôra que nada dissesse, visto que, embora lançando mão de todos os recursos ao alcance de minha pobre intelligencia, por maiores esforços que empregue, impossivel ser-me-á melhor traduzir o desejo sincero e ardente, o nobre e acariciado ideal que por estreitos e vigorosos laços nos congrega e irmana, do que, com a sua palavra fluente e matisada por um estylo vigoroso, escorreito e claro, disse o illustre confrade que o nosso suffragio unanime collocou é frente dos destinos de nossa Companhia. Mas a função de que imerecidamente fui investido pelos vossos benevolentes é honrosissimos votos, me força a romper o silencio em que devia permanecer.

A existencia de uma instituição como a que fundamos

em 5 de agosto ultimo e hoje oficialmente inauguramos, era uma velha e justa aspiração do Rio Grande do Sul.

Todos os Estados que constituem a nossa grande e querida Patria, têm suas sociedades, seus institutos e suas revistas historico-geographicas. Era, pois, inexplicavel, que nós que, se melhores elementos, sob o ponto de vista intellectual, do que os nossos co-irmãos não temos, inferiores tambem não lhes somos, permanecessemos indifferentes a tão uteis e patrioticas instituições, que têm sido e serão sempre o mais lisongeiro attestado da cultura e do civismo dos povos que as mantêm.

A nossa historia, cheia de lances arriscados e de rasgos de heroismos legendarios; rica de magnificos actos de philanthropia e de ensinamentos de alta moral e de politica elevada; opulenta em homens eminentes e de mestres illustres, precisa ser melhor cuidada e melhor ensinada, não só para que ella possa ter em cada peito riogrendense um altar, onde seja cultuada com o carinho e a dedicação que bem merece, como tambem para que todos os brasileiros se orgulhem de pertencer a um paiz de que é parte integrante um povo qual o gaúcho, assignalado por tão peregrinas virtudes. Outrotanto é mister que aconteça com a nossa geographia, visto que só o conhecimento della desperta um verdadeiro encanto e o mais justo orgulho na alma de quantos tiveram a ventura de nascer nestas plagas, onde a natureza é feita de poesia e amôr e de vida exuberante e fartura inexgottavel.

Nada mais justo, pois, que seja tudo isso sobejamente conhecido e dahi procede a velha aspiração de que antes falamos e que ha mais de meio seculo vinha sendo afagada pelos nossos compatricios, conforme acabamos de ouvir pela voz de nosso conspicio presidente.

Aquella série de tentativas, demonstra, evidencia, a necessidade que sentiram, todos os que se têm preocupado com a nossa historia e geographia, da constituição de um nucleo irmanado por um unico ideal, afim de poder com proveito tratar daquellas duas sciencias.

Foi movido por essa necessidade que Octavio Faria, a maior capacidade de trabalho entre os esforçados cultores da geographia no Rio Grande do Sul, em seu nome e no do capitão Manoel Joaquim de Faria Corrêa, se dirigiu ao mais obscuro e menos competente entre os cultores de historia que aqui se encontram, o que está occupando as vossas benevolas attentções, e o convidou para fundarem um instituto historico e geographico, devendo para isso pedirem a cooperação dos competentes existentes em nosso

meio. Sobre o assumpto conferenciamos dias depois com o coronel Aurelio Porto e com o padre João Baptista Hafkemeyer, os quaes applaudindo novamente a idéa, muito nos encorajaram. Dirigimo-nos, em seguida, ao dr. Florencio Carlos de Abreu e Silva e então, deante das exhortações calorosas, do expressivo interesse com que foi acolhido o nosso intento, convencemo-nos de que poderíamos converter em realidade aquella velha aspiração do Rio Grande. E, com indizível jubilo, vimos attenderem aos nossos apellos o que havia de mais selecto e de mais aproveitavel entre os cultores de nossa historia. Notamos, depois, vivamente emocionados por uma radiosa esperança, que a criação do instituto interessou a todos e que despertara valiosas sympathias, salientando-se entre ellas, o que muito nos penhora e anima, a do patriotico e preclaro cidadão que dirige os destinos do Rio Grande do Sul.

* * *

Serviram-nos de base para a organização de nosso instituto os modelares estatutos do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, a mais antiga de nossas academias, e, no seu genero, a primeira da America e uma das principais do mundo.

Os serviços prestados á nossa patria por essa veneranda e utilissima instituição são de um valor inestimavel. As paginas brilhantes de sua "Revista", que já conta 81 annos de existencia sem solução de continuidade, é um manancial precioso de tudo que se relaciona com a nossa historia e geographia.

Quiz o acaso que na fundação de nosso instituto tomassem parte effectiva, um magistrado, um padre e um soldado. Foram exactamente tres representantes, dessas tres classes os que mais contribuíram para a fundação do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. — Como uma sincera e justa homenagem vamos rememorar os nomes dessa triade de varões illustres. Foram elles: Januarió da Cunha Barbosa, o insigne prelado que tanto illustrou o pulpito sagrado, chegando, pelos seus peregrinos dotes oratorios, a pregador regio, e que foi, ao mesmo tempo, sabio professor de philosophia e educador emerito de uma pleiade de formosos talentos; o outro, o marechal Raymundo da Cunha Mattos, brilhante espirito, que tanto serviu á patria com a espada na mão, em dias de lucta e de gloria, como nos periodos de paz, com a sua fulgurante penna; o 3.º, finalmente, o que foi o primeiro presidente da benemerita

associação a que vimos nos referindo, esse, que em sua sympathica e respeitavel effigie, patrocina a inauguração de nosso instituto — o egregio visconde de São Leopoldo, uma das mais altas glorias nacionaes, por muitos titulos; autor esclarecido de preciosos trabalhos historicos, salientando-se entre elles “Historia Nova e completa da America” e “Annaes da Provincia de S. Pedro”; o primeiro que com o titulo de presidente dirigiu os destinos deste Estado — durante sua fecunda administração fundbu a colonia de S. Leopoldo, estabeleceu a primeira typographia do Rio Grande do Sul e installou a casa de caridade de Porto Alegre. Como representante do Rio Grande do Sul á Constituinte, em 1823, propoz a creação de uma universidade em São Paulo, e coube-lhe mais tarde a gloria de referendar o decreto que creou os cursos juridicos de São Paulo e de Olinda — ninhos fecundos de aguias, que em remigios condoreiros elevaram brilhantemente o nome do Brasil entre os povos mais cultos do mundo.

* * *

Cremos, que o “Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Sul”, iniciado, como acabamos de vêr, sob tão bons auspicios, poderá realizar agora aquillo que o esforço de um só difficilmente conseguiria — uma obra historica digna do Rio Grande do Sul.

Assim falando não queremos negar, e ainda que o quizessemos não poderíamos, a existencia de obras de mérito sobre a historia e geographia rio-grandenses. A maioria, porém, desses trabalhos têm o cunho didactico e nesse sentido relevantes serviços vêm prestando. Os que não estão nessas condições são poucos e entre elles merecem ser salientados, como honra ao mérito: o do visconde de São Leopoldo escripto ha 101 annos, sendo a ultima edição de 1839, e os dos nossos eruditos e talentosos confrades dr. Alfredo Varela e Alfredo Ferreira Rodrigues, que não são uma historia geral e sim luminosos capitulos dessa historia.

Estamos convencidos de que sem este instituto o Rio Grande do Sul continuará a ter e produzir muitos historiadores illustres, mas temos as nossas duvidas se a sua historia será escripta como é mister que o seja, visto que para tanto nos parece indispensavel o trabalho conjugado e harmonico de muitos. E’ assim que se têm realisado as mais perfeitas e mais proficuas obras humanas.

Foi, sem duvida, a necessidade imprescindivel dessa

collaboração em tudo, que gerou no homem, em alto grau, o instinto de relação.

O homem é um dependente de seu semelhante e eis porque todas as tendencias de nossa natureza são para a sociedade, e por isso, fóra della, Aristoteles só admittia um animal ou um Deus. E Archylas, o illustre filho de Tarento, dizia: "Se alguém subindo aos céos, contemplasse, só, o espectáculo do mundo e o esplendor dos astros, experimentaria apenas fria emoção, ao tempo que teria transportes de alegria, se houvesse com quem a compartilhar".

O homem está intimamente ligado ao homem pelo instinto de relação. "E' por este sentimento", affirmou o celebre medico francez João Luiz Alibert, "que coordenamos a nossa felicidade com a de outros e que subordinamos o nosso proprio interesse ao interesse de todos".

Foi com este proposito e movidos por aquelle sentimento, que nos congregamos na mais intima communhão de idéas. Em nossa Companhia existem representantes de todas as classes sociaes, sectarios de varias doutrinas, politicos de partidos oppostos, todos, porém, animados por um unico sentimento — o amor da patria, que á semelhança daquella aguia da lenda persa que distendia nos ares o leque plumoso de suas azas para resguardar das ardentias de um sól causticante o rebanho que devia servir de pasto á sua prole, sobre nossas cabeças suspende, protectoramente e como uma divisa, o sacrosanto e constellado pavilhão "que a brisa do Brasil beija e balança."

E assim fraternisados, venceremos sem duvida, deixando aos posteror um exemplo que será uma lição. E provaremos ao mesmo tempo, mais uma vez, o erro de alguns philosophos, entre os quaes La Rochefoucauld, que entendia que o homem age sempre movido pelo egoismo e que a amizade não passa de "um méro commercio, onde o amor proprio pretende sempre lucrar alguma cousa."

Desmintamos isso, desmintamos com um protesto solemne e edificante, pondo em pratica as nossas intenções, e, com exemplos de fraternidade sadia e desinteressada confirmemos o conceito de Espinosa: "homo homini deus", negando, assim, a terrivel maxima de Plauto: "homo homini lupus".

Não é difficil isso, é até facil, facilimo e sublime. Basta, para tanto, que "a nossa preocupação capital" seja, como ha pouco disse o nosso presidente, "a verdade, só a verdade, sempre a verdade."

A historia, que, segundo o conceito de Renan, "é a mais alta e a mais digna occupação de um homem vota-

do aos labores intellectuaes”, não se subordina nem se subjugua a interesse algum, e por isso ella só é digna, inatacavel, duradoura, eterna, quando é imparcial e justa e sempre que “apreciando os factos na linguagem calma, desapaixonada, apresentar os vivos e os mortos, taes quaes são ou taes quaes foram”, segundo o judicioso entender do professor Americo Braziliense.

Foi assim pensando e agindo que Taine prestou assinalados serviços á França. E, quando os fazedores de historia, assombrados pelas reabilitações dos verdadeiros heroes e pela fórma impiedosa com que eram arrancadas as pennas ás gralhas, o atacaram violentamente, respondeu com superioridade e calma admiraveis: “Que me importam as objurgatorias e as sentenças da critica official?! Ha mentiras em nossa historia que devem ser destruidas, ha falsos heroes, cobertos de louros, e grandes francezes completamente esquecidos. A historia não é intangivel aos olhos perscrutadores do analysta e do estudioso.

Escrevo e relato estudando e investigando. Historio com os documentos na mão.”

Assim deve ser todo o historiador. E aquelle que á sua intelligencia não ajuntar honestidade, para repellir as insinuações corruptoras; independencia para dizer sem reboço o que sente, e coragem para proclamar a verdade, não pasará de um mero e ridiculo contador de anedotas.

Eduardo Prado, um dos mais bellos talentos de que o Brasil se orgulha, disse: “O espirito humano tem sede de certeza e quer sempre um ponto de apoio firme e estavel.”

“Nas questões historicas”, aggrega o professor Francisco de Assis Cintra, “esse ponto de apoio de que carece o espirito humano para julgar, é justamente a documentação do facto e jámais as citações de autores palacianos ou descuidosos.”

Pesando bem, esses conceitos julgamos indispensavel a publicação de uma revista, destinada ao estudo da historia e geographia e á divulgação de documentos e publicações relativas a este Estado, e assim concorreremos para a disseminação de preciosos dados historicos desconhecidos e que fazem luz sobre muitos pontos controversos ou insufficientemente explicados.

Meus confrades:

Nós, os membros do “Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Sul”, temos uma grande responsabilidade e essa responsabilidade cresce, augmenta de importancia, na proporção em que se approxima o primenro centenario

de nossa emancipação politica. O povo de nossa terra, como quem vê surgir no horizonte de seus desejos um raio de esperança, tem seus olhos voltados para nós. E' mistér, pois, que saibamos corresponder a essa confiança, fazendo com que o Rio Grande do Sul, justamente com os seus irmãos, se apresente naquella magna data com um livro sobre sua vida, evitando assim que os nossos compatriotas sejam estrangeiros em sua propria terra, como aconteceu ao illustre professor francez Rollim que, ao regressar á sua patria depois de percorrer varios paizes fez esta impressionante confissão: "Eu estou longe de pensar que seja indifferente ao estudo da historia nacional; vejo com dôr que ella tem sido despresada por aquelles mesmos a quem fôra util, por não dizer indispensavel. Confesso que pouco me tenho dado a elle, e envergonho-me de ser como estrangeiro, em minha patria, depois de haver corrido outros muitos paizes."

A obra de que vos falo terá outro grande merito: desfazer as inverdades, os erros, as falsas apreciações que correm mundo em livros de autores estrangeiros que têm escripto sobre o Rio Grande do Sul. Alguns, manda a justiça que se diga, bem intencionados; outros, não devemos occultar a verdade, por especulação.

Entre os primeiros, figura Nicolau Dreys, com a "Noticia Descritiva da Provincia de São Pedro do Sul", livro este muito preconizado e citado por estudiosos, como rara preciosidade. Tem algum merito, mas não tem a metade do valor que lhe attribuem seus exaltadores. E' muito inferior aos "Annaes" do visconde de São Leopoldo, menos conhecido. Além de commetter muitos erros sobre a nossa historia e geographia especialmente, usa o autor de expressões improprias, exquísitas, como notou a commissão que o "Instituto Historico e Geographico Brasileiro" encarregou, em 1840, de dar parecer sobre esse livro.

Eis um trecho pittoresco desse parecer: "Em quanto ao improprio, empolado e exquisito estylo do autor, a commissão para prova já citou varios pedaços e lembra mais os seguintes: "Se chegar por mar (refere-se ao viajante) a primeira impressão será penosa; sentirá o coração opprimido, e a imaginação entristecida pelo espectaculo daquellas arêas deslavadas, que confundem suas tintas monotonas com a côr branquecente das aguas e do céu; — e do Rio Grande não é senão o desaguadouro de uma lagôa, ou antes de um mediteraneo dividido em dois lobulos ovoides, que se prolongam N. S.". A commissão tem lido os Céos designados como azulados e os mares como ce-

ruleos; mas é esta a primeira vez que leu aos dous appellados branquecentes, palavra que tambem não achou nos seus dictionarios, como a escreveu o autor.

“Se porque um corpo é mais comprido do que largo, como são as duas principaes lagoas do Rio Grande, se lhe pôdem applicar os epithetos — Lobulos Ovoides — tambem o sr. Nicolau Dreys, pois que é mais comprido do que largo, pôde chamar-se a si — Lobulo Ovoide.”

Salientamos, de preferencia, o trabalho de Dreys, por ser, segundo nos parece, bem intencionado. Imagine-se o que não existirá nos outros, que muitos são...

Não pensamos, e os nossos estatutos isso confirmam, fazer historia exclusivamente riograndense, porque isso seria innominavel absurdo.

Sabemos todos que a historia do Rio Grande do Sul está estreitamente vinculada aos principaes factos da historia do Brasil e da civilisação.

Ninguém poderá estudar a fundação deste Estado, sem fazer investigações sobre a Companhia de Jesus, visto terem sido os jesuitas os primeiros que nestas terras abençoadas lançaram a semente da civilisação, regando-a com o sangue de suas veias e com o suor de seus rostos.

Poderá alguém, sem saber o que era uma “bandeira” nem quem foram os “bandeirantes”, descrever as arrojadas incursões dos aventureiros e imperterritos paulistas ao territorio gaúcho, muito antes da occupação do brigadeiro José Antonio da Silva Paes?

E como se poderá falar de nossa primitiva colonisação, da formação, emfim, do Rio Grande, sem se estudar a vida do povo heroico e generoso que veio das provincias portuguezas para aqui? Não é necessario sómente sabermos que esses colonisadores vieram de Portugal, precisamos saber de que provincias, afim de podermos determinar qual o elemento que predominou, porque só por esse meio poderemos explicar certas tendencias nossas, habitos e costumes, e o aneio pela liberdade que tão alto tem elevado a nobre altivez gaucha.

A historia do Brasil, por sua vez, não poderá ser escripta sem os elementos fornecidos pelo estudo da vida de seus Estados. E assim, a realisação de nossos principaes intentos importará em escrevermos um dos mais bellos volumes de nossa historia patria, contribuindo, desse modo, para uma obra genuinamente nacional.

A historia militar do Rio Grande do Sul é quasi a his-

toria militar do Brasil e se essa historia já estivesse escripta não ficaríamos sujeitos a interpellações sobre as monstruosidades que a “Revista do Brasil” está levianamente editando — os exerptos de um “Diario do dr. André Rebouças, porque os ignominiosos crimes ali attribuidos aos riograndenses, a vehemente e injusta linguagem com que ali se maream verdadeiras glorias nacionaes, seriam no nascedouro, esmagados pelo juizo da historia, severo e justo.

* * *

Um paiz sem geographia com exactidão escripta, por maiores riquezas que encerre, não será mais do que uma simples expressão geographica. E por mais que se gaste para o fazer conhecido entre os outros povos, nenhum proveito nesse sentido se conseguirá. Sabemos disso por experiencia propria. O Brasil tem despendido como um nababo, rios de dinheiro, em propaganda na Europa e nós somos já quasi tão conhecidos como os habitantes da lua. Não exaggeramos: Porto Alegre, a nossa capital, figura em um dos principaes, dos mais lidos e dos mais aconselhados dos dictionarios francezes como porto do Atlantico com grande commercio de café e baunilha!...

Cousin, um dos mais famosos dos philosophos modernos, em uma de suas admiraveis e profundas licções, disse aos seus discipulos: “Dae-me a carta de um paiz, sua configuração, seu clima, suas aguas, seus ventos, e toda a sua geographia physica; informae-me de suas produções naturaes, de sua flora, de sua geologia, etc., e eu me comprometto a dizer-vos “a priori” qual será o homem deste paiz, e que logar gosará na historia, não accidentalmente, mas necessariamente; não em tal época, mas em todas; emfim, a idéa que este paiz é chamado a representar.”

Se o “Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Sul” conseguir converter em realidade os seus anhelos, como é de esperar, porque nós o queremos, dentro de um tempo que não póde estar muito longe, a terra dos farroupilhas legendarios terá a carta e as demais informações de que falou o philosopho francez e, d’essarte, com real proveito para seu progresso crescente e invejavel, será conhecida, devidamente conhecida “urbi et orbi”.

ESTATUTOS

DO

Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Sul

CAPITULO 1.º

Do Instituto, seus fins e organização.

Art. 1.º — O “Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Sul”, com séde social em Porto Alegre, tem por fim promover estudos e investigações que se relacionem com a Historia, Geographia, Archeologia, Ethnographia, Paleontologia do Brasil e especialmente do Rio Grande do Sul, e bem assim cultivar o “folklore” riograndense e a lingua dos indigenas que habitaram e dos que ainda habitam este Estado.

Art. 2.º — Para realização do fim referido no artigo precedente, incumbirá ao Instituto:

a) colligir, classificar e conservar documentos, livros, cartas geographicas e todos os objectos que se relacionem com aquelles estudos, constituindo tudo isso o Archivo, a Bibliotheca e o Museu;

b) publicar a “Revista do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Sul”, que será trimensal e terá no minimo 150 paginas.

Paragr. Unico — Essa revista será destinada exclusivamente á publicação de trabalhos dos socios sobre os assumptos de que trata o artigo 1.º e á divulgação de documentos e publicações de merecimento relativos ao Rio Grande do Sul; bem como á publicação das actas das sessões e da lista dos socios do Instituto.

Art. 3.º — O “Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Sul” compor-se-á de:

- 1) 3 socios grandes-benemeritos;
- 2) 12 socios benemeritos;
- 3) 30 socios effectivos;

- 4) 40 socios correspondentes;
- 5) 15 socios honorarios.

Art. 4.º — Administrará o Instituto uma directoria composta dos membros abaixo enumerados:

- a) um presidente;
- b) um vice-presidente;
- c) um 1.º secretario;
- d) um 2.º secretario;
- e) um orador;
- f) um thesoureiro;
- g) um bibliothecario.

Art. 5.º — Haverá as seguintes commissões permanentes, compostas de 4 socios cada uma:

- a) Commissão de Fundos e Orçamento;
- b) Commissão de Estatutos e Redacção da Revista;
- c) Commissão de Historia;
- d) Commissão de Geographia;
- e) Commissão de Archeologia;
- f) Commissão de "Folklore" e da Lingua dos Indigenas;
- g) Commissão de admissão de socios.

CAPITULO 2.º

Dos socios, sua admissão, seus direitos e deveres.

Art. 6.º — Só poderá ser socio effectivo o que, além de residir nesta Capital, provar sua capacidade de autor com a apresentação de um trabalho inedito ou já publicado sobre qualquer dos assumptos que o Instituto se propõe investigar e explanar.

Esse trabalho será apresentado directamente pelo candidato ou, em seu nome, por um socio.

Paragr. 1.º — A proposta para socio será feita por escripto, assignada por tres membros do Instituto, e conterà o nome e sobrenomes do candidato, sua naturalidade, profissão, trabalhos publicados e titulos que o recommendem.

Paragr. 2.º — Não póde ser aceita a proposta que não seja acompanhada de trabalhos do candidato, com offerecimento autographo ao Instituto.

Paragr. 3.º — E' indispensavel a declaração expressa do proposto de que concorda com a sua admissão.

Paragr. 4.º — Recebida a proposta, o presidente remettê-la-á em seguida a uma das commissões de que tratam as alíneas c e f do artigo 5.º, conforme a natureza do trabalho ou trabalhos do candidato. A commissão a quem

competir dar parecer, enviá-lo-á á directoria, devidamente fundamentado, dentro de trinta dias. Caso o parecer seja favoravel, será a proposta enviada á commissão de admissão de socios, para emittir sua opinião dentro de dez dias, si se tratar de socio effectivo, e de quarenta, si de correspondente. Essa opinião versará sobre a idoneidade do candidato e conveniencia de sua admissão.

Paragr. 5.º — O parecer da commissão de admissão será discutido em sessão e votado em escrutinio secreto.

Paragr. 6.º — Verificada maioria de suffragios em favor da proposta, será proclamado pelo presidente o novo socio.

Paragr. 7.º — Si entre os proponentes figurar algum membro de commissão que tenha de dar parecer sobre a admissão de socios, será elle, neste caso especial, substituido por quem o presidente designar.

Art. 7.º — Só poderá ser admittido como socio correspondente o candidato que preencher todas as condições exigidas para admissão no caracter de effectivo, e tiver residencia fóra desta Capital.

Art. 8.º — A categoria de socio honorario só póde ser concedida:

- a) ás pessoas que se tiverem distinguido pelo seu alto saber em qualquer dos ramos dos conhecimentos humanos;
- b) ás altas autoridades federaes, estaduaes, municipaes e religiosas que tenham contribuido efficaçamente para a prosperidade do Instituto.

Paragr. 1.º — A proposta para socio honorario será assignada por 6 membros do Instituto, consignando os serviços do proposto ou mencionando suas obras. Neste caso, pelo menos uma dellas acompanhará a proposta.

Paragr. 2.º — A eleição de socio honorario será feita, depois do parecer da commissão de que trata a alinea g) do artigo 5.º, em Assembléa Geral, e a admissão só terá logar si o proposto obtiver maioria de votos.

Art. 9.º — Os socios grandes-benemeritos serão tirados da classe dos benemeritos e estes da categoria dos effectivos e correspondentes.

Paragr. 1.º — Só poderão ser elevados a socios benemeritos os effectivos ou correspondentes que tenham exercido cargos na directoria por mais de dez annos sem interrupção, ou os que houverem prestado serviços notaveis ao Instituto.

Paragr. 2.º — Só serão grandes benemeritos os socios

benemeritos que prestarem extraordinarios serviços ao Instituto.

Paragr. 3.º — As propostas para socios grandes-benemeritos e para benemeritos serão assignadas por doze socios effectivos. A eleição se fará em Assembléa Geral, sendo sempre respeitada a vontade da maioria.

Art. 10.º — A qualidade excepcional de presidente honorario só poderá ser conferida, em Assembléa Geral, a presidentes do Estado do Rio Grande do Sul e a ex-presidentes effectivos do Instituto, mediante proposta assignada por vinte e um socios effectivos, entre os quaes figurarão tres membros da directoria.

Art. 11.º — Nenhum socio deverá furtar-se, sem motivo plausivel, aos trabalhos necessarios ao Instituto.

Paragr. Unico — Nenhum socio será obrigado a desempenhar duas commissões extraordinarias, simultaneas ou consecutivas.

Art. 12.º — Ao socio que tiver de tomar posse cumprirá enviar ao presidente copia do respectivo discurso, acompanhada de auto-biographia e photographia sua. Dentro de trinta dias, contados da data da entrega do discurso, effectuar-se-á a cerimonia da posse, que será annunciada pela imprensa para o comparecimento dos socios que se acharem na Capital. Será permittido o comparecimento de pessoas extranhas ao Instituto mediante convite de socios.

Paragr. 1.º — Caso o presidente julgue que ha no discurso alguma asserção inconveniente, ouvirá a respeito a directoria; e si esta estiver de accordo com o presidente, será o discurso restituído ao recipiendario, pelo presidente, que o convidará a supprimir ou modificar a parte julgada inconveniente, sem o que não poderá tomar posse.

Ficará sem effeito a eleição si o recipiendario não acatar a resolução da directoria até a sessão ordinaria seguinte.

Paragr. 2.º — Introduzido o recipiendario no salão das sessões do Instituto, ahi prestará o seguinte compromisso: "Prometto promover quanto em mim couber o engrandecimento do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Sul, e observar fielmente seus estatutos". Tomado esse compromisso, o presidente declarará empossado o novo socio e conceder-lhe-á a palavra para a leitura do seu discurso, que será respondido por um socio préviamente nomeado pela directoria.

Paragr. 3.º — O socio contribuinte não poderá tomar posse, nem será como tal inscripto no livro competente, sem ter entrado com as contribuições devidas.

Art. 13 — O distinctivo dos socios será uma calota de prata, com as côres da bandeira riograndense.

Art. 14 — Aos socios de todas as classes serão expedidos diplomas assignados pelo presidente, 1.º secretario e thesoureiro.

Art. 15 — O socio effectivo ou correspondente pagará, antes da posse, 30\$000 de joia de admissão, 30\$000 de diploma e a primeira mensalidade, de 5\$000.

Art. 16 — Os socios fundadores effectivos ou correspondentes, alem da mensalidade de 5\$000, entrarão de uma só vez com a contribuição de 30\$000, para se fazer face ás primeiras despesas.

Paragr. 1.º — O pagamento das contribuições acima será feito, pelos socios effectivos, dentro de um mez depois de approvados estes estatutos, e pelos correspondentes, dentro de tres mezes, contados da data em que o thesoureiro expedir o aviso para o pagamento, em carta registada com recibo de volta.

Paragr. 2.º — A falta de pagamento nos prazos acima estipulados importará a renuncia á qualidade de socio.

Art. 17 — Estão isentos de qualquer contribuição:

a) os socios grandes benemeritos;

b) os socios benemeritos;

c) os socios honorarios.

Art. 18 — Todos os socios terão direito a um exemplar da "Revista".

CAPITULO 3.º

Das eleições e attribuições da Directoria e das Comissões permanentes

Art. 19 — O mandato da Directoria e das comissões permanentes será de 3 annos.

Paragr. 1.º — A eleição, que se realisará no primeiro domingo de Julho, em Assembléa Geral, será feita por escrutinio secreto, do seguinte modo: cada socio votará em duas cédulas que contemham uma o nome dos que hão de constituir a directoria e a outra os dos membros das diversas comissões permanentes.

Paragr. 2.º — Recolhidas as cédulas, será feita a respectiva apuração e em seguida proclamado o resultado.

Paragr. 3.º — Prevalecerá sempre a maioria de votos; porém, no caso de empate, correrá segundo escrutinio secreto, e, si este não fôr decosivo, a sorte desempatará.

Art. 20 — Os membros da directoria e os das commis-

sões permanentes poderão ser reeleitos; devendo, porém, a eleição para esses cargos recahir sómente em socios residentes em Porto Alegre, quer sejam effectivos, quer benemeritos ou grandes benemeritos.

Art. 21 — —Compete ao presidente:

- 1.º — presidir as reuniões da directoria, todas as sessões e a Assembléa Geral;
- 2.º — nomear membros para o preenchimento das vagas que occorrerem na directoria e nas commissões permanentes;
- 3.º — nomear commissões extraordinarias para representarem o Instituto nas solennidades em que este tenha de comparecer;
- 4.º — representar o Instituto, por si ou por mandato, nos actos judiciaes ou extra-judiciaes;
- 5.º — organizar a proposta para o orçamento da receita e despesa; apresentando-a, até 1.º de março, á Comissão de fundos e orçamento (arts. 26-4.º e 33-2.º);
- 6.º — nomear, suspender e exonerar os funcçionarios do Instituto;
- 7.º — autorizar todas as despesas necessarias, dentro dos limites orçamentarios, e visar as respectivas contas.
- 8.º — tomar providencias acêrca de qualquer assumpto que se relacione com o Instituto, ouvindo, porém, previamente, a directoria, sempre que fôr possível.

Art. 22 — O vice-presidente é o substituto immediato do presidente em todas as faltas ou impedimentos occasionaes.

Art. 23 — Ao 1.º secretario, que é o segundo substituto do presidente, incumbe:

- 1.º — redigir toda a correspondencia do Instituto;
- 2.º — mandar inventariar os manuscriptos, livros e quaesquer outros objectos pertencentes ao Archivo, Bibliotheca e Museu; e fazer imprimir os respectivos catalogos, que serão revistos de cinco em cinco annos, afim de que se façam as alterações necessarias;
- 3.º — organizar, em livro proprio, o cadastro de todos os socios do Instituto, com a especificação das alterações occorridas a respeito de cada um;
- 4.º — fornecer á Comissão de Redacção da Revista, para serem publicadas, copias das actas das sessões e do cadastro social.

Art. 24 — Ao 2.º secretario, que é o substituto do 1.º, incumbe especialmente:

- 1.º — redigir as actas das reuniões da directoria, de todas as sessões e das Assembléas Geraes, e expedir os

respectivos avisos de convocação, de ordem do presidente; podendo essas convocações ser também feitas pela imprensa; o que, porém, não dispensará o aviso pessoal ao socio;

2.º — ter em ordem a escripturação de todos os livros do Instituto;

3.º — providenciar sobre a expedição da Revista e de toda a correspondencia do Instituto.

Art. 25 — O 1.º e o 2.º secretario terão como auxiliar um funcionario contractado, o qual, além dos serviços na secretaria, será, nas horas vagas, obrigado a desempenhar o cargo de amanuense da Bibliotheca.

Paragr. Unico — Esse funcionario comparecerá diariamente na séde do Instituto, onde se achará durante as horas de expediente.

Art. 26 — Ao thesoureiro compete:

1.º — arrecadar e guardar os fundos do Instituto, depositando em um banco, á sua escolha e aceito pelo presidente, as quantias sem applicação immediata;

2.º — pagar todas as despesas legaes, á vista das contas visadas pelo presidente;

3.º — escolher um cobrador extranho ao pessoal do Instituto, por quem se responsabilizará; cabendo a esse cobrador, pelo seu trabalho, uma commissão fixada pela directoria;

4.º — apresentar mensalmente ao presidente um balancete da receita e despesa do Instituto; e bem assim, quinze dias antes de findar o anno social, um balancete geral da receita e despesa, acompanhado dos respectivos documentos; balancete que será, em seguida, enviado á Commissão de Fundos e Orçamento, para sobre elle dar parecer (arts. 21-5.º e 33-2.º);

5.º — em carta registrada com recibo de volta, convidar os socios que ha mais de quatro meses não tiverem entrado com as respectivas contribuições, a effectuar os pagamentos devidos.

Art. 27 — Ao orador incumbe:

1.º — fazer o elogio historico dos socios fallecidos durante o anno;

2.º — em todas as sessões ordinarias fazer uma preleccão sobre a ephemeride do dia, na parte relativa ao Rio Grande do Sul;

3.º — usar da palavra em nome do Instituto, quando este se fizer representar em qualquer solennidade; pelo que fará parte sempre das commissões nomeadas para esse fim.

Paragr. Unico — O orador será substituído, em seus impedimentos, por um socio designado pelo presidente.

Art. 28 — Ao bibliothecario incumbem:

- 1.º — ter sob sua guarda e direcção o Archivo, a Bibliotheca e o Museu do Instituto;
- 2.º — propor a compra de livros e objectos de interesse para o Instituto, procurando sempre completar as obras e collecções existentes;
- 3.º — solicitar dos membros do Instituto um exemplar das obras que publicarem ou tenham publicado, quando ainda não o possua a Bibliotheca;
- 4.º — organizar os catalogos das obras existentes e, annualmente, das que forem adquiridas ou doadas;
- 5.º — registrar em livro as doações e compras de livros;
- 6.º — apresentar annualmente um relatorio do movimento da bibliotheca, indicando as medidas que julgar convenientes.

Paragr. Unico — O bibliothecario será auxiliado por 2 amanuenses: o de que trata o artigo 25, pelo modo ali previsto, e um mais, especialmente para o serviço da Bibliotheca, aonde deverá comparecer diariamente, cumprindo as ordens de seu chefe.

Art. 29 — Os socios que assignarem os boletins de consulta, obrigatorios para todos, terão a faculdade de ler, na Bibliotheca do Instituto, as obras ali existentes, e fazer os extractos necessarios.

Art. 30 — Não será permittida a sahida de livros ineditos ou de edição exgottada, mappas, manuscriptos e objectos do Museu, a não ser no caso previsto em o numero 3 do artigo 34.

Art. 31 — Incumbe ao porteiro do Instituto:

- 1.º — guardar as chaves do edificio para o abrir e fechar diariamente nas horas que o presidente marcar;
- 2.º — encarregar-se do asseio da casa;
- 3.º — cumprir as determinações dos membros da directoria, especialmente do 1.º secretario e do bibliothecario, aos quaes ficará immediatamente subordinado.

Art. 32 — Os vencimentos dos funcionarios do Instituto serão fixados annualmente, por occasião da votação do orçamento.

Art. 33 — Pertence á commissão de Fundos e Orçamento:

- 1.º — verificar as contas submittidas a seu exame, dando o respectivo parecer por escripto;
- 2.º — dar parecer sobre a proposta do orçamento annual da receita e despesa (art. 21-5.º), e bem assim sobre

todas as propostas ou indicações que occasionem despesas não especificadas ou se refiram ao patrimonio do Instituto.

Art. 34 — Pertence á Commissão de Estatutos e Redacção da Revista:

- 1.º — dar parecer sobre as dúvidas que occorrerem na intelligencia de algum artigo destes Estatutos, e bem assim sobre as reformas, emendas ou additamentos que sejam propostos ou suggeridos;
- 2.º — estabelecer o processo para a concessão de premios que o Instituto houver de conferir;
- 3.º — publicar a “Revista” do Instituto, podendo para isso requisitar por escripto do bibliothecario quaesquer manuscriptos, dos quaes passará recibo, que lhe será restituído quando os devolver.

Paragr. 1.º — Pertence exclusivamente á commissão a escolha dos artigos que se houverem de publicar, podendo, portanto, recusar trabalhos de quem quer que seja, no intuito de manter o bom conceito da “Revista”.

Paragr. 2.º — Esta decisão é irrecorrivel, cabendo, porém, ao socio arguir previamente de suspeição a algum ou alguns dos membros da commissão. Esta arguição deve ser escripta e fundamentada, e apresentada ao presidente, que nomeará substituto ou substitutos caso seja procedente a suspeição.

Art. 35 — As Commissões de Historia, Geographia, Archeologia, Ethnographia e Paleontologia e a de “folklore” e lingua dos indigenas darão parecer:

- 1.º — sobre as memorias, publicações e documentos remetidos pelo presidente;
- 2.º — sobre todas as obras offerecidas ao Instituto ou por este adquiridas; neste ultimo caso, porém, mediante solicitação do presidente; sendo esses pareceres publicados na secção de bibliographia da Revista.

Art. 36 — Compete á Commissão de Admissão de Socios:

- 1.º — syndicar da individualidade do candidato, das condições de idoneidade e conveniencia da admissão do mesmo;
- 2.º — verificar si as propostas preenchem todas as condições exigidas nestes Estatutos.

Art. 37 — Os pareceres desta commissão podem ser reservados, cumprindo, porém, ao presidente, no caso de recusa, submittel-os á consideração do Instituto, em sessão

Art. 38 — Alem das commissões permanentes, poderá o presidente nomear outras para fins especiaes, não pre-

vistos nas obrigações daquellas, ou encarregar especialmente um socio de qualquer trabalho, sempre que julgar isso conveniente.

Art. 39 — Cada parecer será relatado por um dos membros da comissão, de modo que tal serviço toque a todos.

Art. 40 — Cada um dos membros da comissão de Redacção da "Revista" ficará encarregado da confeição de um numero, com o auxilio dos demais, sendo porém elle o responsavel pela pontualidade do apparecimento da Revista, o qual será nos mezes de março, junho, setembro e dezembro.

CAPITULO 4.º

Das sessões e reuniões do Instituto e ordem dos seus trabalhos.

Art. 41 — As sessões do Instituto serão: ordinarias ou extraordinarias, de Assembléa Geral, anniversarias, de eleição.

Art. 42 — A's sessões ordinarias, extraordinarias e anniversarias poderão assistir pessoas extranhas ao Instituto, mediante convite dos socios, cabendo, porém, á directoria a expedição de convites para as sessões solennes. Entretanto, sempre que se trate da discussão de assumpto reservado, só será permittida a presença dos socios.

Art. 43 — Será solennemente celebrado o anniversario da fundação do Instituto, no dia 5 de agosto.

Art. 44 — As sessões serão suspensas de dezembro a março.

Art. 45 — O presidente abrirá a sessão magna de 5 de agosto com um discurso; o 1.º secretario lerá o relatorio geral e o orador fará o elogio dos socios fallecidos durante o anno. Em seguida serão empossadas a nova directoria e as comissões permanentes.

Paragr. Unico — Todos os discursos serão escriptos.

Art. 46 — As sessões ordinarias effectuar-se-ão mensalmente, desde abril até novembro, em hora designada pelo presidente e annunciada pela imprensa, sendo cada socio residente em Porto Alegre especialmente avisado.

Paragr. 1.º — Nessas sessões tratar-se-á exclusivamente de negocios literarios do Instituto e serão discutidos e votados os pareceres das comissões permanentes.

Paragr. 2.º — Na primeira sessão ordinaria de cada anno será discutido e votado o parecer da Comissão de Fundos e Orçamento.

Paragr. 3.º — Nas sessões ordinarias ou extraordina-

rias não serão discutidos assumptos da competencia exclusiva da Assembléa Geral.

Paragr. 4.^o — Aberta a sessão, o socio que tiver trabalho para ler solicitará inscripção para isso; o presidente conceder-lhe-á a palavra em occasião opportuna.

Paragr. 5.^o — Cada socio não poderá exceder de uma hora na leitura de qualquer trabalho, nem poderão ser lidos mais de dois trabalhos em cada sessão.

Paragr. 6.^o — Quando houver, porém, só um socio inscripto, este poderá prolongar a leitura até duas horas no maximo.

Paragr. 7.^o — Havendo necessidade para continuação da leitura de trabalhos dos socios ou para outro fim justificavel, serão convocadas sessões extraordinarias.

Art. 47 — Para haver sessão ordinaria ou extraordinaria, é necessario que compareça o presidente ou um dos seus substitutos e, no minimo, mais nove socios.

Art. 48 — A Assembléa Geral será convocada extraordinariamente:

- a) sempre que o presidente o julgar conveniente.
- b) por solicitação assignada por dezeseis socios, no minimo.

Paragr. 1.^o — Todos os socios deverão comparecer ás sessões de Assembléa Geral, onde cada um terá o direito de propôr, discutir e votar.

Paragr. 2.^o — A sessão de assembléa geral só poderá realisar-se si comparecerem, na primeira convocação, 21 socios no minimo; podendo na segunda funcionar legalmente, desde que o numero de socios presentes não seja inferior a doze. Não tendo havido numero sufficiente na segunda, a assembléa funcçãoará com qualquer numero na terceira convocação.

Paragr. 3.^o — Para a primeira convocação, os avisos serão pessoaes; para a segunda e terceira, pela imprensa, com intervallo de cinco dias entre uma e outra convocação.

Art. 49 — As sessões da directoria effectuar-se-ão toda a vez que o presidente as julgue necessarias.

CAPITULO 5.^o

Dos fundos do Instituto e sua applicação.

Art. 50 — Os fundos do Instituto procederão:

- 1.^o — das joias de admissão, dos emolumentos de diplomas e da contribuição mensal dos socios effectivos e correspondentes;

- 2.º — das subvenções que lhe forem concedidas e dos donativos a elle feitos;
- 3.º — da receita liquida resultante da venda da Revista e das obras que o Instituto publicar.

Art. 51 — Os fundos do Instituto só poderão ser applicados:

- 1.º — na aquisição de artigos de expediente;
- 2.º — no pagamento de seus funcionarios;
- 3.º — na aquisição de objectos necessarios e na conservação dos que forem já de sua propriedade;
- 4.º — na impressão dos seus trabalhos e publicações;
- 5.º — na compra de livros, manuscriptos, mappas e objectos historicos para o Archivo, Bibliotheca e Museu.
- 6.º — no pagamento dos premios que serão instituidos quando aquelles fundos o permittirem.

Paragr. Unico — No orçamento será consignada uma verba especial para as despesas extraordinarias ou imprevistas.

CAPITULO 6.º

Disposições geraes.

Art. 52 — O socio effectivo que fixar residencia fóra do municipio de Porto Alegre passará para a classe de correspondente, deixando vaga na de effectivo; e vice-versa. Dado, porém, o caso de se achar completo o quadro da classe para que é transferido, ficará aggregado até a primeira vaga que occorrer. Havendo mais de um excedente, observar-se-á, para a entrada no quadro, a ordem chronologica da aggregação.

Art. 53 — Estes estatutos entrarão em vigor no dia seguinte ao de sua approvação.

Art. 54 — Só terá lugar a reforma destes estatutos mediante solicitação fundamentada e assignada, no minimo, por 21 socios effectivos.

Paragr. 1.º — Sobre este pedido resolverá uma assembléa geral convocada exclusivamente para tal fim, na qual será nomeada uma commissão especial para fazer a revisão, de accordo com a resolução da assembléa.

Paragr. 2.º — Nessa mesma sessão ficarão de modo definitivo assentados os pontos que houverem de ser alterados.

Paragr. 3.º — Cumpre á commissão apresentar, dentro de quinze dias, o seu trabalho, que será submettido á deliberação de nova assembléa geral.

Art. 55 — No caso de dissolução do Instituto, os seus livros serão recolhidos á Bibliotheca Publica, os seus documentos ao Archivo Publico e os objectos de museu ao Museu Julio de Castilhos.

CAPITULO 7.º

Disposições transitorias

Art. 56 — A eleição para a primeira directoria effectiva realisar-se-á dentro de dez dias depois de entrarem em vigor estes estatutos, e a respectiva posse dar-se-á em dia préviamente designado pelo presidente.

Art. 57 — Todos os socios effectivos e correspondentes fundadores serão obrigados a apresentar um trabalho proprio sobre qualquer dos assumptos de que trata o art. 1.º, á excepção dos que já tenham trabalhos congeneres publicados.

Paragr. 1.º — O socio deverá communicar ao presidente, dentro de tres meses da publicação destes estatutos, qual o assumpto que vae desenvolver.

Paragr. 2.º — Caso algum socio deixe de fazer a comunicação constante do paragrapho precedente, ficará obrigado a escrever uma monographia sobre o thema que por sorte lhe couber dentre os existentes na secretaria do Instituto, formulados pela directoria e conservados na mesma secretaria.

Paragr. 3.º — Os trabalhos acima referidos devem ser entregues dentro de dez meses, no maximo, contados do ultimo dia do praso estabelecido no paragrapho 1.º.

Paragr. 4.º — O socio que, sem motivo justificado, a juizo da directoria, não dér desempenho ao que estabelecerem os paragraphos precedentes, será considerado como renunciante á sua inclusão no quadro dos membros do Instituto.

Paragr. 5.º — Ao socio que justificar (de accordo com o paragrapho precedente) a não apresentação do trabalho, será pela directoria marcado novo praso improrogavel, nunca excedente a seis meses.

Paragr. 6.º — Os trabalhos serão julgados por tres membros que tenham producções publicadas, designados pelo presidente, reservado ao autor o direito de arguir de suspeição a qualquer dos membros da commissão e recorrer da decisão desta para a directoria. Si em definitiva, fôr julgado carecedor de merecimento o respectivo traba-

lho, o autor obrigar-se-á a apresentar novo estudo, também no prazo de dez meses.

Art. 58 — Os trabalhos de que tratam o artigo precedente e seus paragraphos serão, com prévio consentimento dos respectivos autores, e a juízo da Comissão de Redacção, publicados na Revista ou dados á estampa em volumes especiaes, sendo neste caso o producto da venda da primeira edição integralmente do Instituto, que entregará ao autor pequeno numero de exemplares, nunca excedente a 50, para distribuição gratuita.

Art. 59 — O socio contribuinte que durante seis mēses deixar de pagar suas contribuições, será considerado como renunciante á sua qualidade de membro do Instituto.

Art. 60 — A primeira directoria eleita, em virtude do correspondente dispositivo destes estatutos, terminará o seu mandato em 5 de agosto de 1923.

Art. 61 — Por haver excesso no quadro dos socios effectivos, de duas vagas que nesta classe occorrerem, só uma será preenchida, até que o numero desça ao limite fixado no art. 3.º.

DIRECTORIA

Presidente

Florencio C. de Abreu e Silva

Vice-Presidente

Delfim M. Riet

1.º Secretario

Francisco de Leonardo Truda

2.º Secretario

Eduardo Duarte

Orador

E. F. Souza Docca

Thesoureiro

Amaro Baptista

Bibliothecario

Armando Dias de Azevedo

COMMISSÕES PERMANENTES

Fundos e Orçamento

José Vieira de Rezende e Silva

Oscar Miranda

A. Clemente Pinto

Miguel Pereira

Historia

João Maia

Luiz Mariano da Rocha

Carlos Teschauer

José Paulo Ribeiro

Geographia

Octavio Augusto de aria

A. Guerreiro Lima

José Vieira de Rezende e Silva

Antão de Faria

Archeologia, Ethnographia e Baleontologia

Alberto J. do Rego Lins

Adroaldo Mesquita da Costa

Roberto Landell de Moura

João Pinto da Silva

Folklore e Lingua dos indigenas

M. Faria Corrêa

Lindolfo Collor

José Zeferino da Cunha

Roque Callage

Estutos e redação da Revista

Octavio Augusto de Faria

Lindolfo Collor

J. B. Hafkemeyer

Arthur Candal

Admissão de socios

Olavo Godoy

Achylles Porto Alegre

Benjamin Flôres

Augusto Daisson

*
*
*

INDICE

A historia e o Instituto Historico por Lindolpho Collor	3
A conquista das Missões e os cachoeirenses por Aurelio Porto	8
Invasão Paraguaya na fronteira brasileira do Uruguay. Conego João Pedro Gay.....	17
Memorias de Francisco Pedro de Abreu.....	22
Inauguração da herma de José Gomes de Vasconcellos Jardim em Pedras Brancas.....	45
Do Diccionario Geographico e Historico do Rio Grande do Sul. Octavio Augusto de Faria.....	68
Documentos interessantes com notas do Tenente Souza Docca	83
Vocabulos tupís na geographia rio-grandense — Tenente Souza Docca	89
Annaes do municipio de Estrella. Octavio Augusto de Faria	92
Octavio Augusto de Faria.....	95
Bibliographia	99
Actas do Instituto.....	107
Os Estatutos do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Sul.....	135